



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

FRANCISCO DAS CHAGAS ALEXANDRE NUNES DE SOUSA

POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE:
TENSÕES E MEDIAÇÕES CONSTRUINDO O JORNALISMO ESTUDANTIL.

FORTALEZA,
DEZEMBRO DE 2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

FRANCISCO DAS CHAGAS ALEXANDRE NUNES DE SOUSA

**POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE:
TENSÕES E MEDIAÇÕES CONSTRUINDO O JORNALISMO ESTUDANTIL.**

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob a orientação do Profº Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

**FORTALEZA,
DEZEMBRO DE 2008**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

**POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE:
TENSÕES E MEDIAÇÕES CONSTRUINDO O JORNALISMO ESTUDANTIL.**

AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS ALEXANDRE NUNES DE SOUSA

Defesa em: 09/12/2008

Conceito obtido: aprovado e recomendado para publicação sob forma de artigos.

Banca Examinadora:

Profº Dr. Alexandre Almeida Barbalho

Orientador

Profº Dr. Geovani Jacó de Freitas

Universidade Estadual do Ceará

Profª Dra. Luciana Lobo Miranda

Universidade Federal do Ceará

*À memória de Araci G. (que completaria 80 anos),
Caio F. (que completaria 60 anos),
e Ana C. (25 anos após sua partida).*

*Para todos os jovens que transcendem os locais previamente instituídos para seus
corpos.*

Eu gostaria que os jovens se conscientizassem que eles não são meros seres vivos que só existem pelo único motivo de servirem à hierarquia, obedecendo ao sistema que envenena a sociedade. Que deixassem de obedecer a qualquer ordem ou orientação [...]. Só assim eles deixaram de ser, aos olhos do restante da sociedade as crianças que eles interpretam nesse eterno teatrinho de ser ou não ser.

Emanuela Horácio Ideodato, 14 anos – integrante do jornal Ctrl.Alt.Del do Projeto Clube do jornal em 04 de maio de 2005.

“Os dragões não conhecem o paraíso, onde tudo acontece perfeito e nada dói nem cintila ou ofega, numa eterna monotonia de pacífica falsidade. Seu paraíso é o conflito, nunca a harmonia.”

Caio Fernando Abreu: os dragões não conhecem o paraíso

AGRADECIMENTOS

A todos (as) os (as) interlocutores (as) desta investigação, sem os quais, obviamente, este trabalho não passaria desta página. Obrigado pela disposição em remexer em suas memórias e afetos (tristes ou alegres).

Aos parentes que já se foram, pelo que deixaram de bom em mim: Elenira Freitas (Avó); Lúcia Maria (tia). E à Araci Freitas (avó) que ano passado nos deixou e que na véspera da minha viagem para Sobral, para apresentar parte desta pesquisa no II Encontro Cearense de Ciências Sociais, me disse, em nosso último encontro: “seja bem feliz”.

Aos parentes mais que presentes, pelo apoio e compreensão: Joana e Plácido (pais); Aline, Amanda e Daniel (irmãos) e Francisco Jack.

Aos amigos amigos: Ailson Lemos, João Paulo, Sérgio de Sousa e João Renato, pela camaradagem inestimável e por, não raras vezes, terem sido os primeiros a ouvir as idéias contidas nesta pesquisa.

Mais uma vez, à insuperável equipe do Projeto Clube do Jornal e a todos da ONG Comunicação e Cultura: Daniel Raviolo, Neuma Moraes, Mirleide Figueiredo, Érica Zaituni, Cinthia Raquel, Germano e Ary Diógenes, reafirmo que, como eles, aprendi a ser mais gente.

Aos colegas e professores conhecidos nestes dois anos de mestrado e a CAPES pelo financiamento desta investigação.

À minha eterna interlocutora, “alma gêmea na ciência e nos mistérios”: Leila Passos, pelo sempre disponível acolhimento ético, político, afetivo e amigo.

Ao meu orientador, professor Alexandre Barbalho, acertada escolha, com quem passei a entender melhor o que inicialmente eu apenas tateava: as políticas de cultura.

Aos professores membros da banca examinadora, Luciana Miranda e Geovani Jacó, pela disponibilidade, desde o projeto de qualificação, em contribuir na melhoria deste estudo.

RESUMO

Este trabalho analisa a construção do Jornalismo Estudantil feito por grupos de estudantes de ensino médio nas escolas públicas do Ceará através da ONG Comunicação e Cultura. Pretendeu-se, com isto, compreender e interpretar o caráter singular do espaço que esse tipo de mídia proporciona ao fomentar teias complexas de relações e significados muitas vezes conflitantes entre jovens e gestores educacionais, ao mesmo tempo em que põem em movimento suas políticas de cultura ao articular-se com bandeiras minoritárias e outras movimentações de juventude fora da escola. Para analisar este laço constitutivo entre as diversas e divergentes culturas e políticas emergentes naquele espaço público recorreu-se às reflexões de autores como Antônio Gramsci, Hannah Arendt e Jesus Martin-Barbero. Foram analisados discursos e ações dos sujeitos envolvidos na produção de jornais entre os anos de 2004 e 2005 nas escolas do município de Maracanaú, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, perfazendo um total de cinco grupos ou Clubes do Jornal.

Palavras-chave: sociedade civil, espaço público, comunicação alternativa, juventude como minoria, políticas de cultura.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas.....	09
Introdução.....	11
CAPÍTULO I: Sociedade civil, Terceiro Setor e ONG no Brasil..	23
1.1 Conceituando sociedade civil.....	26
1.2 Concomitâncias: a construção do conceito e da sociedade civil brasileira....	32
1.3 No início eram as assessorias: surgem as ONGs.....	35
1.4 E o que era ONG vira OSCIP: crítica da metamorfose da sociedade civil em Terceiro Setor.....	39
CAPÍTULO II: Educomunicação e a ONG Comunicação e Cultura.....	50
2.1 Mídia e educação: divergências e convergências.....	50
2.2 A Educomunicação na Escola.....	56
2.3 Surgimento e Objetivos da ONG Comunicação e Cultura.....	60
2.4 Programa e Projetos da ONG Comunicação e Cultura.....	65
2.4.1 O projeto clube do jornal.....	68
CAPÍTULO III: Jornalismo estudantil na Escola: construindo e disputando Espaços Públicos.....	79
2.1 Conceituando espaço público.....	80
2.2 Tensões entre Jornalistas estudantis e Núcleo Gestor Escolar.....	85
2.3 Tensões entre Jornalistas estudantis, a ONG e a escola.....	98
2.3.1 Ouvidoria: censura ou recurso pedagógico?.....	106
CAPÍTULO IV: As Políticas Culturais da juventude como minoria.....	113
4.1 As políticas culturais.....	114
4.2 Juventude como minoria.....	121
4.3 As pautas político-culturais das produções jornalísticas entre 2004-2005.....	129
4.3.1 Grande mídia <i>versus</i> jornalismo estudantil.....	129
4.3.2 Os direitos culturais nos jornais e no cotidiano dos estudantes.....	135
4.3.3 Proposta “política” <i>versus</i> assuntos triviais.....	141
4.4 Tensões “entre pares”: o jornal, grêmios e movimentos de juventude.....	145
Considerações finais.....	157
Referências bibliográficas.....	161
Anexos	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ABRAPIA	Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Infância e à Adolescência
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BID	Banco Mundial
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CeC	Comunicação e Cultura
COGED	Célula de Apoio à Gestão Escola na SEDUC
COMDICA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CREDE	Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FDCA	Fórum Cearense de ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTs	Lésbicas, <i>Gays</i> , Transexuais Travestis e Transgêneros
MLA	Movimento Livre Arbítrio
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OIJ	Organização Internacional de Juventude
ONG	Organização não-governamental
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCJ /CJ	Projeto Clube do Jornal
PCN	Parâmetro Curriculares Nacionais
PET	Programa de Educação Tutorial
PL	Projeto Primeiras Letras
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PT	Partido dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido Social-democrata Brasileiro
SEDUC	Secretaria de Educação Básica do Ceará
TL	Teologia da libertação

TV	Televisão
UE	União Européia
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
USAID	Agência Internacional Norte-americana para o Desenvolvimento Social

INTRODUÇÃO

No início de 2004 a ONG Comunicação e Cultura (CeC) acabava de tornar público seus resultados relativos ao ano anterior. Todos os índices divulgados no relatório superavam em muito os números dos anos anteriores. Foram publicadas 2.574 edições de jornais que alcançaram uma tiragem de 1.474.900 exemplares feitos por estudantes de escolas públicas de ensino médio e fundamental. Estabelecendo um crescimento de 55% e 83%, respectivamente, em relação a 2002. (COMUNICAÇÃO E CULTURA: 2004b) Naquele mesmo ano a instituição desenvolvia seus projetos em mais de 800 escolas de 121 municípios do Ceará e se consolidava como uma das maiores ONGs do Estado, com um orçamento anual de mais de um milhão de reais.

A tendência de crescimento quantitativo e a transparência na divulgação de resultados, este último dado é uma raridade entre a grande maioria das ONGs, impressionaram os analistas do Terceiro Setor no Estado que chegaram a falar do Comunicação e Cultura¹ como um verdadeiro modelo de Organização Não Governamental da *nova geração* de ONGs (FIEGI, 2003). Não só os números, mas também a estrutura física da organização demonstram a amplitude de sua ação. Esta ocupava, ainda em 2004, três andares inteiros de um prédio no centro de Fortaleza, mais uma gráfica própria no mesmo bairro, possuindo em seus quadros em torno de 40 trabalhadores, incluindo estagiários e pessoal da gráfica (IDEM, 2003).

É ainda do mesmo ano o relato perplexo de uma mãe de uma jovem, público-alvo do projeto, ao visitar aquelas instalações: “eu pensava que o jornal era uma brincadeira. Não tinha dimensão de que era tudo isso”². De fato, deve ser difícil para qualquer um que no máximo veja o produto final palpável – um jornal pronto – imaginar toda a estrutura e trabalho que está por trás dele.

Foi nesta época de visitas institucionais e avaliações internas de resultados que entramos em contato pela primeira vez e fomos contratados pelo Comunicação e Cultura. Exercer o cargo de assessor pedagógico naquela instituição foi motivo de grande felicidade, pois estávamos lidando diretamente com dois elementos amplamente

¹ Apesar de ser “a” ONG, utilizamos também o gênero masculino para designar a instituição, pois na linguagem cotidiana ela é chamada de “o Comunicação e Cultura”. A utilização deste artigo pode ser em decorrência também da expressão “o grupo Comunicação e Cultura”.

² Anotação feita em diário de campo em novembro de 2004.

analisados pelo pensador Antônio Gramsci nos seus *Cadernos do Cárcere*³: a escola e o jornal⁴. O entusiasmo não era por acaso, uma vez que o marxista italiano é amplamente estudado no curso de graduação em Serviço Social, o qual cursamos entre os anos de 2001 e 2005.

Desde os primeiros momentos de nossa atuação na ONG, ainda em 2004, não foram poucas histórias que ouvimos ou presenciamos no projeto onde fomos alocados: O Clube do Jornal (PCJ). Eram relatos de edições inteiras confiscadas, queimadas ou extraviadas por prefeitos do interior; processos administrativos movidos pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) contra diretorias acusadas pelos jornais por, comprovadamente, terem desviado material permanente da escola; suborno de alunos integrantes do jornal em troca da não publicação de denúncias; etc.

Veremos mais à frente que o projeto no qual trabalhamos desenvolve a publicação mensal de jornais feitos por grupos de estudantes com total autonomia nas escolas (pelo menos no discurso) em relação a professores ou diretores. Antes de ser distribuída a publicação, só é lida pelas pessoas autorizadas pelos grupos de estudantes e pela ouvidoria do projeto.

A definição de nosso objeto foi influenciada definitivamente pela leitura do livro da escritora Cristiane Costa intitulado *“Penas de aluguel”*. Em especial nos detivemos na parte dedicada ao escritor Caio Fernando Abreu. O livro relata a relação conturbada e muitas vezes odiosa entre os escritores brasileiros do século XX e a atividade jornalística. No livro, talvez quem melhor represente a percepção do jornalismo como uma atividade menor seja Caio Fernando Abreu. Seu desprezo declarado pelas redações – a despeito de sua vasta contribuição nelas – foi amplamente derramado em crônicas,

³ Neste trabalho utilizamos algumas das primeiras traduções para o Brasil dos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI: 1984, 1987, 1991) Estes começaram a ser publicados inicialmente na Itália, em 1948, não na ordem em que foram escritos, mas agrupados segundo temáticas, cujos títulos foram escolhidos pelos próprios editores. No Brasil, em geral os títulos são as traduções para o português dos enunciados em italiano. Com exceção, por exemplo, de “Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce” que, para passar pela ditadura teve que ser editado com um nome menos “marxista”, sendo denominado então por “Concepção dialética da história” (COUTINHO, 1988).

⁴ O caderno que mais se detém nesta questão é o dedicado aos “Intelectuais e a organização da cultura” (GRAMSCI: 1991). Nele Gramsci aborda a questão da formação da hegemonia cultural através de organismos da sociedade civil como a escola, que é dividida em profissional ou científica - mantenedoras da cisão trabalho braçal ou intelectual para classes dirigidas ou dirigentes respectivamente - e o jornal – um dos principais veículos de comunicação de massa da época.

contos e romances nos quais sempre apresenta personagens-jornalistas como seres decadentes, absorvidos até a medula pela superficialidade das notícias e pelo compromisso com massificação de comportamentos. De certa forma, ele traduzia na ficção o seu cotidiano. Este era relatado de forma menos metafórica em cartas e entrevistas nas qual o escritor declarava abertamente exercer aquele tipo de função apenas para juntar dinheiro e a cada dois anos pedir demissão para ter tempo de escrever seus livros. Como afirmou em uma missiva enviada no final dos anos 1970:

[o editor] falou que tínhamos que reduzir os textos, aumentar as fotos e o visual, que ‘o leitor não gosta de ler’: Eu disse [...] que achava que a gente não devia contribuir com a alienação. Ele me chamou de obsoleto. Eu fiquei puto e repliquei que minha formação foi feita antes de 64 e que se ele achava que cultura e leitura eram coisas obsoletas então íamos muito mal [...] Voou pena, gritei. Todo mundo em volta quieto. Aí resolvi calar a boca [...] Mas estou de saco cheio com essas coisas. De repente estou trabalhando num lugar que me obriga a ir contra tudo o que penso e sinto [...] a vontade é de agredir todo mundo, dizer meia dúzia de verdades e sair pisando duro [mas] não vou fazer nenhuma loucura (ABREU, 2002, p. 507).

A loucura, mais à frente ele diz, seria pedir demissão. Não citamos Caio Fernando Abreu por acaso. Foi durante a entrada no Mestrado em Políticas Públicas que lemos a maior parte da obra do contista gaúcho e suas ácidas declarações contra o jornalismo. Surgiam, portanto, diversas indagações diante de nosso objeto de estudo: o jornalismo estudantil. Seria o ato da produção jornalística **em si** e **por si** uma atividade exclusivamente perversa e degradante? Nas imprensas ditas popular ou alternativas estes conflitos caros à “grande mídia” desaparecem? Se sim, quais são os novos e específicos conflitos que emergem tendo em vista, por exemplo, que no jornal estudantil as “penas” que escrevem não são alugadas, ou seja, diferente do jornalismo profissional, aqueles jornais são produzidos sem contrapartidas financeiras.

Na contramão do maniqueísmo que reduz a mídia comercial à função “do mal” e a imprensa popular como sendo uma atividade “do bem”, analisamos a produção do jornalismo estudantil em suas contribuições, contradições e ambigüidades voltando nosso olhar para além da imagem límbica que geralmente é pré-estabelecida junto a uma ação desenvolvida por uma ONG.

Toda aquela vivência de acompanhamento do jornal na escola e a freqüente visualização de conflitos entre diretorias e os jovens produtores dos jornais, bem como a leitura de Caio Fernando Abreu desencadearam em nós a indagação central que

compreende o objeto de estudo desta investigação. Esta pesquisa teve, portanto, o objetivo de compreender os significados que os jovens participantes do Projeto Clube do Jornal (PCJ) atribuem às teias de relações (e tensões) que são tecidas a partir da produção do jornal estudantil. analisamos as principais pautas político-culturais que emergem destes processos nas diversas edições entre os anos de 2004 e 2005.

Vale adiantar desde já que não compreendemos política cultural **apenas** como política de Estado ou como política para as artes. Antes, percebemos a mesma como “o processo posto em ação quando um conjunto de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros” (ÁLVARES; ESCOBAR; DAGNINO, 2000, p. 24). No caso específico desta pesquisa, investigar as políticas culturais empreendidas pelos jornalistas estudantis diz respeito à apreensão das forças culturais e políticas que estes põem em movimento dentro e fora da escola, na medida em que tentam no mínimo desestabilizar diversas noções estandardizadas na gramática das mais diversas relações de poder⁵ ali estabelecidas. Ou, como dizem Álvares, Escobar e Dagnino (2000), compreender os processos nos quais eles “tentam dar novos significados às relações culturais dominantes da política, ou desafiam práticas políticas estabelecidas” (p. 24).

Logo, cultura é percebida aqui além do sentido artístico e antropológico⁶. Propomos a realização deste estudo a partir de um laço constitutivo entre política e cultura. Sendo este laço compreendido como o momento no qual a cultura passa a ser tida como concepção de mundo, conjunto de significados que integram as práticas sociais e relações de poder embutidas nessas práticas. Ao mesmo tempo em que a política passa a ser percebida em seu caráter cultural ativo que expressa, produz e comunica significados. (IDEM, 2000).

⁵ Veremos mais à frente que percebemos as noções de poder dentro da concepção gramsciana de hegemonia (GRAMSCI, 1984) articulada à discussão feita por Arendt (1994) acerca do poder como a capacidade de agir em concerto. Neste sentido o poder aparece, respectivamente, com a antítese do domínio do aparelho coercitivo do Estado e da violência. Outra interpretação fecunda diz respeito àquela feita por Foucault na qual “a idéia de que existe em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, de todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidado, mais ou menos coordenado” (1995, p. 248).

⁶ Retomaremos este assunto no Capítulo IV.

Chegar a este ponto de confluência foi uma tarefa difícil no primeiro ano em que cursamos o Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Nele não foram poucas as arguições que questionavam o vínculo de nosso objeto à área de políticas públicas. As provocações feitas à nossa intenção de pesquisa nos possibilitaram amadurecer não só a argumentação, mas também o referencial teórico que fundamenta este texto.

Por conseguinte, ao dizermos que a política cultural não é **apenas** uma política de Estado não estamos excluindo dela o poder público. Ao contrário, veremos principalmente no capítulo III como a Política Cultural desenvolvida no jornal estudantil pode gerar um importante instrumento de avaliação da gestão educacional, controle social da política pública de educação tendo em vista que a ação dos jornalistas estudantis promove a publicização daquilo que acontece “do lado de dentro” dos muros da escola. Portanto, compreendemos que este é um objeto que contempla a política cultural dos jornalistas estudantis desenvolvida no contexto - e para além - da política pública de educação.

Em outros termos, estamos tentando apreender o movimento feito pelo jornal estudantil como um potencial poder constituinte que interpela constantemente o poder constituído (TELLES & PAOLI: 2000) pelo controle e até proposição nas políticas públicas de educação, como também outras. Neste movimento aparece fecunda a noção de Estado Ampliado em Gramsci, que desenvolveremos mais à frente, nela, podemos visualizar a “Política de Estado” não apenas como mera política ou gestão governamental, mas, também, como a interpelação que sujeitos que atuam na sociedade civil promovem frente ao Estado (no sentido restrito) e desenvolvendo uma verdadeira dimensão instituinte da política pública de educação.

Nossos objetivos nos levaram a optar pela metodologia qualitativa tendo em vista que pretendíamos compreender os significados encarnados nas práticas e discursos dos jornalistas estudantis atuantes no PCJ. Nesta perspectiva,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e [...] se preocupa [...] com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operação de variáveis (MINAYO, 1994: 22).

Utilizamos ainda, posteriormente, a análise de discurso por entendermos que é principalmente por intermédio do discurso que os indivíduos expõem suas representações da realidade (GONDIM, 1999).

Nossa atitude ao focar as percepções dos jovens não é arbitrária. Em verdade analisamos em pesquisa anterior⁷ (SOUSA, 2005) os significados que os educadores, tanto da ONG como do Estado atribuíam aos mesmos temas aqui analisados. Finda aquela pesquisa, foi-nos sugerido pela banca examinadora dos resultados que déssemos continuidade à investigação, agora detendo nossos olhares sobre as percepções dos “maiores interessados neste assunto”: os jovens produtores dos jornais. Contudo, o leitor perceberá que em diversos momentos tomamos algumas falas dos educadores para contrapor os discursos quando julgamos necessário.

Decidimos ainda continuar estudando o Projeto Clube do Jornal (PCJ) devido ao vasto material acumulado, o que julgávamos ser merecedor de uma nova exploração. Eram entrevistas, diários de campos, relatórios institucionais, correspondências da ONG, etc., além dos próprios jornais produzidos entre 2004 e 2005. E foi exatamente este período que elegemos como marco temporal de análise do material produzido e recolhimento das falas dos sujeitos. Vale informar que data destes dois anos o nosso contato direto com os grupos de jovens nas escolas do município escolhido: Maracanaú-Ceará.

Dentro do universo das 11 escolas atendidas pelo projeto naquela cidade, delimitamos que seriam analisadas as vivências e produções jornalísticas dos grupos das escolas estaduais de ensino médio que publicaram pelo menos uma edição dentro do nosso recorte temporal. Eles perfizeram, pois, um total de cinco grupos/escolas: *Tanakara*/E.E.F.M. Clodoaldo Pinto; *O Verbo*/Liceu de Maracanaú; *Ctrl. Alt. Del.*/E.E.F.M. José Milton de Vasconcelos Dias; *GAMPH* – Galera a mil por hora/E.E.E.M. Professor Flávio Pontes; *Liberdade Jovem*/E.E.E.M. Professor Antônio Martins Filho. Ressaltamos que ficaram fora desta investigação o jornal *Folha do Tenente* /E.E.F.M. Tenente Mário Lima pela indisponibilidade dos ex-coordenadores em fornecer entrevistas bem como as escolas de ensino fundamental atendidas pelo projeto.

⁷ Pesquisa desenvolvida no Programa de Educação Tutorial – PET de Serviço Social da UECE entre os anos de 2004 e 2005.

As entrevistas com os, agora, ex-integrantes do Projeto Clube do Jornal foram realizadas no primeiro semestre de 2008. Optamos pela forma semi-estruturada com o objetivo de tentarmos interpretar falas, gestos, silêncios e expressões faciais e corporais. Houve também a utilização de gravador e a anotação das “comunicações não-verbais”, por compreendermos a linguagem falada como apenas uma das formas de comunicação possíveis do ser social. O percurso por nós percorrido durante as entrevistas nos mostrou que o “não dito”, a postura corporal e os silêncios comunicavam também sentimentos, significados e sensações relativas às temáticas abordadas. Como nos lembra o antropólogo Wagner Silva (2000), o que um entrevistado diz respondendo a uma pergunta muitas vezes permite que o entrevistador entenda por que ele se recusa a falar sobre certos temas. O formato de entrevista semi-estruturada possibilitou-nos ainda interpretar as opiniões atuais que interlocutores possuem acerca dos temas tratados.

Entrevistar todos os integrantes que participaram daqueles cinco grupos seria praticamente impossível, tendo em vista que havia jornais com mais de trinta pessoas. Então decidimos entrevistar apenas aqueles **ex-membros que exerceram em algum momento um papel de liderança dentro do jornal** como, por exemplo, a coordenação. Encontrá-los em sua maioria não foi difícil uma vez que estes frequentam alguns espaços em comum conosco. Tais quais a Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Instituto Dragão do Mar de Arte e Cultura, o Centro Cultural do Banco do Nordeste e a própria ONG estudada. Neste sentido, nossa amostra foi intencional, a mesma é utilizada quando:

O pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele. Por exemplo: ouvir a opinião de líderes do acampamento dos sem-terra, [...] de um grupo mais favorável ou outro que faz mais críticas ao funcionamento do acampamento, de grupos mais jovens ou mais velhos etc. (MARSIGLIA, 2001, p. 25).

Entretanto, para Martinelli, estes informantes não deixam de expressar de alguma forma o conjunto das vivências do grupo. Logo, “o importante nesse contexto não é o número de pessoas que vão prestar a informação, mas os significados que estes sujeitos têm em função do que estamos buscando na pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 30).

Nossos esforços foram dirigidos no sentido de tentarmos reconstruir e interpretar as vivências coletivas dos jovens nos grupos por intermédio não só das entrevistas feitas com os líderes, como também pela análise dos jornais e diários de campo.

Compreendemos inclusive que, mesmo nas entrevistas, não estão presentes ali opiniões monoliticamente individuais, pois fica clara, em diversos momentos, a tensão entre as práticas individuais e coletivas verbalizadas em um verdadeiro exercício de **traduzir-se** dos entrevistados. Como na poesia de Ferreira Gullar:

Uma parte de mim é todo mundo/ Outra parte é ninguém, fundo sem fundo/ Uma parte de mim é multidão/ Outra parte estranheza e solidão [...] traduzir uma parte / na outra parte/ Que é uma questão de vida e morte/ Será arte?”(GULLAR, 1983, p. 65)

Ainda neste sentido Bourdieu (2005) afirma que nos grupos e classes sociais há a emergência da figura do “porta-voz”. A este é incumbida a tarefa de representação discursiva e o posicionamento em diversas lutas simbólicas para o estabelecimento desta representação. Imbuído de legitimidade e deste poder de representação, o “porta-voz” faz uso das políticas de nomeação, que, por sua vez, tem um papel fundamental neste processo:

A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos [...] o porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente ao ato de nomeação [...] Esta existência reconhecida quase universalmente assenta ela própria na existência de uma *classe operária em representação*, quer dizer, de aparelhos políticos e sindicais e de porta-vozes permanentes, tanto àqueles que a ela pertencem como àqueles que a rejeitam, capazes de fazer *falar* a “classe operária” – e de uma só voz -, de a evocar , como se evocam os espíritos, de a invocar, de a exibir simbolicamente através da *manifestação*, espécie de aparato teatral da classe em representação, com o corpo dos representantes permanente e toda a simbólica constitutiva de sua existência – siglas, emblemas, insígnias por um lado e, por outro lado, a fração mais convicta dos crentes que, pela sua presença, permitem que os representantes dêem a representação da sua representatividade (IDEM, p. 159-160).

Veremos em alguns momentos que, mesmo quando estes líderes realizam atos sem a intenção de “representar” o jornal, aquelas manifestações são tidas como “atos do jornal”. Todo este sistema de representação é corroborado por Girardi Jr. (2007) quando afirma que estas instituições e nomeações não ocorrem despretensiosamente. Em verdade, elas ocorrem no processo de absorção para si de um *habitus* reconhecido e legitimado pelo grupo. Nestes termos, as lideranças necessitariam conquistar e provar diuturnamente esta legitimidade:

Essas lideranças são obrigadas a conquistar um considerável *capital simbólico* no interior dos movimentos, partidos ou grupos sociais. E, ao mesmo tempo, devem ser capazes de representar todo o grupo – fazendo-se grupo – legitimando-se como aqueles que falam em nome do grupo. Aqueles que precisam circular simbolicamente (discursivamente), como

representação do grupo, em vários mercados simbólicos, em várias regiões dessa esfera (IDEM, p. 130).

Diante destas configurações e eleições metodológicas pretendemos aqui enfrentar o desafio proposto por Geertz (1989) acerca do ofício antropológico. Para o autor, este ofício consiste na apreensão das “teias de significados” as quais os indivíduos tecem e nas quais se prendem, esboçando, assim, a cultura relativa ao grupo a que pertence.

Na esteira das formulações de Geertz, Wagner Silva (2000), afirma que não podemos, também, negligenciar a “teia” que liga o pesquisador aos informantes. Tal fenômeno é descrito por aquele antropólogo brasileiro como o estabelecimento da “rede de campo”. Ou seja, o momento em que se cria o conjunto de relações entre pesquisador e informante. Esta rede leva tempo para ser construída, até que se configure uma relação de confiança e colaboração (SILVA, 2000).

O processo de recolhimento das falas mostrou que a “rede de campo” – em outro tempo constituída e solidificada junto aos estudantes – havia sido esgarçada em determinados pontos. Logo, realizar entrevista com os jovens que mantivemos alguma forma de contato foi mais fácil que com os que tivemos de localizar. Alguns destes nem apareceram nos dias marcados (caso do Informativo *GAMPH*) ou simplesmente nem responderam aos convites feitos (caso do *Folha do Tenente*).

Como nossos dados empíricos coletados não dizem respeito aos grupos em atividade hoje, nosso trabalho de campo relativo à observação participante está separado há pelo menos três anos do período desta escrita. Logo, é fundamental aqui a dimensão da memória que reconstitui aquele passado revisitado não só pelos informantes, mas também pelo próprio investigador. Sobre o assunto, Roberto Cardoso de Oliveira argumenta:

A memória constitui talvez o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever. Seria “uma espécie de presentificação do passado” (OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Este tipo de etnografia contemporânea – baseada nesta presentificação do vivido - utiliza um método surgido na poesia inglesa do século XVIII e desenvolvido num

experimentalismo radial pelos integrantes do Bloomsbury⁸, na primeira metade do século XX. É o que nos informa o crítico de literatura José Arantes ao falar da mais célebre integrante daquele grupo:

Virginia Woolf amadureceu a escrita através de um método elaborado a partir das mais diversas influências: escrevia utilizando **a memória para trazer o passado para o presente**, o instinto e a cultura; dava ênfase ao que [William] Wordsworth (poeta tido em alta estima por ela) formulou como **emoção recordada com tranqüilidade** [...] a força da imaginação transfigurada em linguagem, em geral mais por poetas que por romancistas, mas que em Virgínia é fundamental para comunicar um halo luminoso, um invólucro semitransparente que nos cerca do princípio ao fim da consciência (2007, p. 74-75 – grifos nossos).

A “recordação tranqüila” daquelas “teias de significados” que pretendíamos interpretar foi amplamente favorecida pela utilização de nossos diários de campo relativos aos anos de 2004 e 2005. Estes nos serviram para rememorar e pautar alguns acontecimentos-chave que foram resgatados e analisados pelos informantes durante as entrevistas. Estes momentos, como veremos mais adiante, por vezes deixam transparecer nas falas certa emotividade por parte dos informantes em relação àquela época.

Os diários foram fundamentais inclusive para comunicar o que na citação anterior foi chamado de “invólucro semi-transparente que nos cerca”. Ou seja, para contrastar as visões que tanto os entrevistados como o entrevistador tinham e têm acerca do objeto da pesquisa. Optamos por reproduzir também, quando viável e coerente com o texto, algumas destas percepções contemporâneas dos entrevistados, tendo em vista que é recorrente nas gravações a diferenciação que os jovens estabelecem entre como pensavam naquela época e como pensam hoje. Logo, compreendemos, assim como Silva (1994) que a função do diário de campo tem o objetivo não só de registrar os *insights*, anotar dúvidas e expor perplexidades. Pois, além de esboçar o outro, o pesquisador esboça a forma pela qual a sua sensibilidade foi afetada pelo processo de imersão no conjunto de significados que investiga. Diante desta realidade complexa, o pesquisador escolhe alguns elementos e os privilegia na escrita. Os elementos aqui privilegiamos estão divididos em quatro capítulos:

⁸ Bairro no centro-oeste de Londres que deu origem ao grupo com o mesmo nome. Era um ponto de encontro entre intelectuais, escritores e artistas. Congregavam além do economista John Keynes e a escritora Virginia Woolf, o romancista E.M. Foster, a pintora Vanessa Bell, reformista social Leonard Woolf, poetiza Vita Sackville-West, dentre outros (ARANTES, p. 2007).

No capítulo I, intitulado “**Sociedade civil, Terceiro Setor e ONG no Brasil**”, traçamos alguns dos processos ocorridos na sociedade civil brasileira que viabilizaram o desenvolvimento dos espaços contemporâneos de atuação de movimentos sociais, associações voluntárias em geral e em especial das ONGs.

No Capítulo II - “**Educomunicação e a ONG Comunicação e Cultura**”, apresentamos o processo de emergência e desenvolvimento da Mídia - educação no Brasil, o surgimento do Comunicação e Cultura bem como sua adesão metodológica à educomunicação, o que redundou na ida das atividades da ONG para dentro das escolas, via Projeto Clube do Jornal (PCJ).

No Capítulo III – “**Jornalismo estudantil na Escola: construindo e disputando Espaços Públicos**” – analisamos as tensões emergentes e/ou publicizadas **dentro** da escola a partir da atuação do jornal estudantil. Neste momento, foi, portanto, fundamental a tomada do conceito de mediação de Martin-Barbero (2004) que propõe o deslocamento da análise apenas dos conteúdos das mídias para o campo da cultura e dos conflitos articulados entre esta e a hegemonia. Em outros termos, tentamos compreender o objeto deste capítulo com esteio na tessitura do que Vera Telles chamou de “etnografia das práticas de negociação” (TELLES, 2000, p. 124), no sentido de que estas relações negociadoras acontecem entre os diversos envolvidos na produção e consumo dos jornais **dentro** da escola. Aqui, privilegiamos a análise dos significados atribuídos pelos produtores dos jornais às interlocuções estabelecidas entre eles e os educadores da escola, bem como da ONG, que atuam primordialmente nas unidades de ensino.

O quarto capítulo, intitulado – “**As Políticas Culturais da juventude como minoria**” propomos a análise das ações e discussões empreendidas e/ou apoiadas pelos jornalistas estudantis juntamente com outras instâncias juvenis de atuação político-cultural **dentro** da escola (os grêmios estudantis) e **fora** da escola (os movimentos de juventude). Para tanto, abordamos a juventude como uma minoria que reivindica políticas culturais, nos temos em que já vimos anunciando neste trabalho. Ao final do capítulo, nos detivemos mais especificamente à relação dos grupos nas escolas com o Movimento Livre Arbítrio – MLA, que por intermédio dos jornais, tanto mobilizou parte da juventude maracanauense como divulgou sua principal bandeira e conquista – a saber, a meia passagem intermunicipal.

Nas considerações finais retomamos as principais questões que movimentaram nossa pesquisa acerca dos significados atribuídos pelos jornalistas estudantis a toda esta teia de relações estabelecida via projeto Clube do Jornal. E reafirmamos os dados (nas entrevistas e nas edições dos jornais) interpretados acerca da possibilidade de construção de um espaço público, via jornal, que dê visibilidade às bandeiras –ou políticas culturais – da juventude, sempre compreendida como uma minoria.

As realidades complexas e dinâmicas das políticas culturais minoritárias apontadas nesta investigação nos motivam a não querer encerrar os estudos sobre as mídias alternativas e tais políticas. Pretendemos, portanto, retomar o objeto de estudo voltando-o para o aprofundamento de outras questões que foram surgindo no decorrer desta pesquisa. Constitui-se, portanto, em nova investigação a ser desenvolvida a *posteriori* e que não nos interessa especificamente neste momento.

CAPÍTULO I:

SOCIEDADE CIVIL, TERCEIRO SETOR E ONG NO BRASIL.

“É sempre mais difícil ancorar um navio no espaço”

Ana Cristina Cesar: *Inéditos e dispersos*

“A crise consiste exatamente no fato de que o velho morreu e não deixa o novo nascer”

Antônio Gramsci: *Passato e Presente*

Interpretar o conteúdo da produção jornalística e das práticas dos jovens que fazem jornal estudantil em Maracanaú, sem entender os processos sócio-históricos que possibilitaram construção desse tipo de mídia na sociedade civil brasileira, parece-nos algo impossível.

Segundo a Organização Não-governamental Comunicação e Cultura (CeC) o objetivo dos jornais na escola é “a formação de adolescentes e jovens para a cidadania e a ação social mediante um processo de aprendizagem na prática cujos resultados têm influência na promoção da escola democrática” (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b, p. 03). A ONG ressalta ainda que o fortalecimento desta escola democrática se dará pelo avanço da capacidade dos educadores em aceitar a idéia de liberdade de expressão e conviverem com a existência de um órgão de comunicação independente dentro daquela instituição.

Ao se implementar o Projeto Clube do Jornal (PCJ), estaríamos potencialmente diante de um espaço de confluência entre, no mínimo, três *habitus* distintos: o da ONG, o da escola e o dos jornalistas estudantis. Para Bourdieu (2005), o *habitus* é um agrupamento de disposições que operam em seus agentes como uma segunda natureza, ainda que esta seja uma natureza adquirida socialmente. Os *habitus*, portanto “são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos e distinguidos [...] são geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 1997, p. 14).

Dessa forma, conduzimos nesta investigação uma abordagem que não se reduza (mas também não exclua) à instituição educacional e buscamos dar conta das repercussões destas confluências entre três formações culturais junto ao grupo de

jornalistas estudantis. Logo, consideramos fundamental compreender, interpretar e analisar o espaço de discussão que o jornal forma, juntamente com as práticas que são promovidas, disputadas e divulgadas a partir dele. Nosso objetivo foi, portanto apreender criticamente as visões de mundo e políticas culturais elaboradas e disputadas pelos jovens em seu cotidiano - **não apenas escolar**.

Enfatizamos desde já o caráter da abordagem “para além da escola” no sentido de que, apesar de estar **na** escola, não compreendemos o Jornalismo Estudantil como uma política cultural que emana “**da** escola” ou “**da** ONG”. Pois apesar de ser inquestionável o papel destas duas instituições na viabilidade do projeto (seja na questão financeira, pedagógica ou material), demos ênfase ao caráter *sui generis* do espaço que esse tipo de mídia proporciona. Ou seja, um *lócus* no qual pode até haver as influências dos educadores nos processos de feitura dos exemplares, mas não de forma mecânica e reprodutivista como se fosse estabelecida uma correia de transmissão.

Em poucas palavras, diríamos que nosso objetivo é exatamente perceber a complexidade das teias de relações e significados que se formam quando o jornal é instituído. Utilizamos a metáfora da teia para demonstrar exatamente a fragilidade das interlocuções que se estabelecem num espaço onde tende a existir a permanente tensão entre a autonomia dos estudantes e a intervenção do educador (seja ele da escola, da ONG, do movimento social, da Igreja, etc.); entre as denúncias propiciadas pela liberdade de expressão e a “vigilância” da responsabilidade com a ética jornalística; entre a tessitura de um espaço inédito e a hibridação de antigas e novas visões de mundo. Aproximando-se com o que Bhabha chama de um “terceiro espaço”, seria algo novo e diferente dos que o constituíram, nos termos do autor:

A importância da hibridação não é ser capaz de rastrear os dois momentos originais dos quais emergem um terceiro. Para mim a hibridação é o “terceiro espaço” que permite às outras posições emergir. Este terceiro espaço desloca as histórias que o constituem e gera novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas [...] o processo de hibridação cultural gera algo diferente, algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação (1996, p. 36-37).

Entretanto, embora esta nova área de negociação de sentidos gere um novo espaço, este não está “imune” às disposições que os agentes carregam e que foram adquiridas em “espaços” anteriores, como salienta o mesmo autor:

A importância da hibridação é que ela traz vestígios daqueles sentimentos e práticas que a informam, tal qual uma tradução, e assim põem em conjunto os vestígios de alguns outros sentidos e discursos. Não lhes dá a autoridade de serem antecedentes no sentido de serem originais: eles são antecedentes apenas no sentido de serem anteriores (IDEM, p. 37).

Este ponto de confluência aparece, para os agentes, como locais nos quais suas vivências, valores e visões de mundo são visibilizadas e até mesmo interpeladas. Como diz Girardi Jr., estes agentes não chegam “vazios” nestas iterações:

“O espaço de interação não parte do zero, os agentes chegam à interação com a sua história nesses espaços. A história dos agentes são as suas disposições em estado prático, o *habitus*. É com elas que jogam e chegam aos movimentos lúdicos ou dramáticos da interação. Os espaços de mobilização são na verdade mercados simbólicos em que o *habitus* é mobilizado.” (2007, p. 229).

Logo, analisamos, no transcorrer dos capítulos a seguir, como o jornal estudantil sendo este “terceiro espaço”, com uma dinâmica própria e que, apesar de parecer sofrer uma maior influência do *habitus* da ONG dentre todos os outros, tende a possuir uma relativa autonomia em relação tanto a esta como às outras instituições. Destarte, a ONG CeC aparecerá aqui sempre como um daqueles espaços que possuem uma “autoridade” sobre o jornalismo estudantil, não por ser o “estado originário” das publicações, mas por ser imediatamente anterior a elas.

Neste primeiro capítulo, portanto, abordamos os processos sócio-históricos que possibilitaram a emergência de toda essa rede de instituições (ONGs, movimentos sociais, Igrejas, etc.) que, das formas mais diversas, atuam na sociedade civil, fundando novos *habitus* e espaços públicos. É no centro deste processo que ocorre o que Costa (2002) chamou de “o revival da sociedade civil” e, em particular, sua consolidação no Brasil.

Muito se tem discutido acerca das retomadas do conceito de sociedade civil na contemporaneidade. Entretanto, um consenso acerca do tema parece estar longe de ser definido, demonstrando, assim, que seus conteúdos e formas de apropriação dizem muito das visões de mundo que seus defensores disputam dentro da própria sociedade civil. Sentimos, portanto, antes de adentrar os aspectos sócio-históricos anunciados acima, a necessidade de delimitarmos como compreendemos, neste trabalho, este difuso e fluido conceito de sociedade civil.

1.1 Conceituando sociedade civil

Dialogamos, inicialmente, com Antônio Gramsci e seus principais comentadores para mediar a interpretação de nosso objeto de estudo. Percebemos que a análise das políticas culturais dos estudantes que produzem mídia alternativa na escola passa invariavelmente pela compreensão das metamorfoses ocorridas na sociedade civil contemporânea.

Não são poucos os intérpretes de Gramsci que reivindicam a centralidade da sociedade civil nos estudos de seu pensamento. Em suas reflexões no cárcere Gramsci elucidou, no início do século XX, algumas questões que as teorias marxiana e marxista não conseguiam mais dar conta. Ele foi o responsável pela “ampliação” do conceito de Estado na proposta de Marx e sua “obra da maturidade, marcou o verdadeiro ponto de inflexão no desenvolvimento da teoria marxista” (COUTINHO, 1994, p. 50).

Em Marx, as relações sociais se desenvolvem por meio da sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) e do Estado. O que equivale, respectivamente, à estrutura econômica e à superestrutura ideológica. A sociedade civil seria, pois, o reino das relações econômicas que são o pressuposto ontológico de toda a sociedade, pois, para este autor:

As relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*) [...] a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na economia política (MARX, 1982, p. 25).

Em última instância, a sociedade civil marxiana - que em alemão é sinônimo de sociedade burguesa – equivale à infra-estrutura econômica. Como fica claro no livro escrito em conjunto com Engels:

A sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] é o verdadeiro centro, o verdadeiro palco da história [...] Ela abrange o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um estágio de desenvolvimento determinado das forças produtivas. Abrange o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa (MARX & ENGELS, 1993, p. 55).

Diferentemente, em Gramsci⁹, a sociedade civil consiste num momento não apenas infraestrutural, mas também superestrutural que interage dialeticamente com a

⁹ Para uma compreensão das diferenças entre Gramsci e Marx no que tange à sociedade civil, recomendamos a leitura de CARNOY (1990); COUTINHO (1980); PORTELLI (2002).

sociedade política (Estado restrito) e com a base econômica. Designando mais precisamente: são as instituições que organizam diversos interesses das classes e grupos presentes nesta sociedade. Estas organizações seriam responsáveis pela disputa de valores simbólicos e de ideologias. Compreenderiam o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações artísticas e científicas etc. (GRAMSCI, 1984). Nos termos do militante marxista: “a sociedade civil [...] é frequentemente empregada nestas notas [...] [no] sentido [de] hegemonia política e cultural de um grupo social sobre a inteira sociedade, de conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 1980, p. 190).

Para Portelli (2002) Marx e Gramsci partem do mesmo princípio hegeliano de sociedade civil, mas chegam a conclusões distintas. Coutinho (1981) diz, entretanto, que seria um equívoco afirmar que Gramsci desvia idealistamente o foco das bases materiais ou re-inverte a dialética hegeliana para seu estado original, como afirmou Norberto Bobbio¹⁰. Em verdade, Gramsci anuncia de forma original e criativa a emergência de uma nova esfera social dotada de estatuto ontológico próprio que não foi visualizada a tempo por Marx. A nova configuração das relações sociais vai compor um novo bloco histórico onde o desenvolvimento e a socialização da política possibilitará um peso maior das organizações privadas não-produtivas nos rumos da sociedade. Daí o grande papel do pensador sardo na ampliação da teoria política marxista, como afirmou seu maior tradutor em língua portuguesa:

[Gramsci] trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação dos sindicatos, de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova. Dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado. (COUTINHO, 1981, p. 89-90)

Esta esfera é denominada por Gramsci (1984), de sociedade civil. Para nosso autor, o Estado contempla tanto a sociedade política - correspondente ao poder coercitivo, o aparato repressor e jurídico denominado de Estado no sentido restrito - como a sociedade civil, materializada no conjunto das diversas instituições “*particulares*” existentes em nossa sociedade. Logo, para a manutenção de uma

¹⁰ Em sua análise clássica da sociedade civil Bobbio (1982) acerta ao afirmar que a chave para a reconstrução do fragmentário e disperso pensamento de Antônio Gramsci está no conceito de sociedade civil. Entretanto se equivoca ao destacá-lo da base material.

hegemonia político-cultural¹¹ não seria suficiente o controle dos aparelhos repressores - o domínio do aparato estatal – mas, também, a legitimação da sociedade civil, através da sua “*direção*” em vistas da manutenção de um *status quo* vinculado à concepção de mundo de um grupo ou classe. É aqui que emerge todo um sistema de instituições intituladas por ele de “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia”, que compõe a organização da cultura¹² de uma sociedade. Essas instituições teriam o papel de produzir e transformar a cultura na sociedade como um todo, mantendo com ela uma relação eminentemente pedagógica (GRAMSCI, 1991). Tem – se, assim, o Estado Ampliado¹³, na concepção gramsciana.

Coutinho nos lembra que Gramsci sempre utiliza a expressão “privado” entre aspas para significar que, apesar da adesão a estes aparelhos ser voluntária, tornando-os verdadeiramente autônomos em relação ao Estado no sentido restrito, “eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade” (COUTINHO, 1994, p. 55).

Outra advertência, que também compartilhamos, é que em momento algum estes “*aparelhos*” devem ser confundidos com os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, teorizados por Althusser¹⁴. Nesta visão althusseriana, toda aquela rede cultural que emerge e funda “ontologicamente a ‘sociedade civil’ (COUTINHO, 1994) não existiria de forma relativamente autônoma, pois possuiria uma relação umbilical com o Estado-burocrático. Os efeitos deste tipo de abordagem seriam extremante reducionistas para

¹¹ Segundo Portelli (2003), a sociedade é composta por um bloco econômico (infra-estrutura) e de poder (superestrutura) chamado bloco histórico, no qual ambas as dimensões se autodeterminam e articulam numa relação dialética em vista da manutenção de um consenso. Este é compreendido como a manutenção de uma ideologia em vistas da sua aceitação articulada ou não com o poder coercitivo do Estado.

¹² Cultura é entendida por Gramsci e Lefebvre como *civiltá* (ABREU, 2002), ou seja, corresponde ao modo de ser, pensar e agir sob a hegemonia de uma classe. Retomaremos a interlocução entre política e cultura no capítulo IV.

¹³ Gramsci propõe o seguinte esquema didático: “poder-se-ia dizer que Estado [ampliado] = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia mais coerção” (GRAMSCI, 1984, p. 149) A partir desta citação, Coutinho propõe por analogia outro esquema de conceitos caros às formulações gramsciana, tais quais: Estado Ampliado = coerção + consenso; dominação + direção; ditadura + hegemonia. Tendo ainda como base material: aparelhos coercitivos e burocráticos + aparelhos “privados” de hegemonia. Sempre respectivamente. (COUTINHO, 1994)

¹⁴ CARNOY (1990) afirma que Louis Althusser transformou a perspectiva estruturalista à obra de Marx como resposta ao humanismo marxista de Lefebvre e Sartre. Para o teórico dos Aparelhos Ideológicos do Estado “a estrutura social não tem em seu núcleo nenhum sujeito criativo. A formação social é antes um sistema de processos objetivos, sem sujeitos.” (p. 120). Assim, ainda segundo CARNOY (1990) Althusser rejeita a noção de homem como sujeito ou agente da história, argumentando que os indivíduos são “suportes” ou portadores das relações estruturais nas quais se situam.

nossa investigação uma vez que o jornal estudantil passaria a ser analisado apenas como mero reflexo da política educacional da SEDUC – principal financiador- ou retransmissor da visão de mundo da ONG administradora do projeto. Veremos nos próximos capítulos que os processos de negociação entre estes atores nos apresenta quadros contraditórios de disputa de poder e significações dentro e fora dos grupos de estudantes que produzem a mídia impressa na escola.

Não pretendemos, contudo, instaurar uma ortodoxia gramsciana ou ainda enquadrar o movimento da realidade dentro dos esquemas analíticos do pensador italiano. Neste sentido, Sérgio Costa elucida questões preciosas para o debate atual acerca da sociedade civil. O autor afirma que o “revival” contemporâneo da sociedade civil tendeu a subestimar “claramente a habilidade adaptativa das elites políticas, sobrevalorizando, em contrapartida, o potencial político das associações voluntárias” (COSTA, 2002, p. 51). Esta questão não passa despercebida pelo Coordenador executivo da Ong aqui estudada: há [...] uma dinamização forte da sociedade a partir das ONGs e não tanto com a mídia faz acreditar, a mídia, eu acho [que] levanta muito a bola das ONGs, muito mais que nós temos capacidade¹⁵.

Ainda segundo Costa (2002), essa supervalorização da sociedade civil como potencial transformadora da realidade produziu um fosso entre a sociedade civil concretamente existente e as expectativas dos que nela apostam. É neste cenário que surgem aqueles que sugerem o abandono do conceito de sociedade civil, justificando o fato de que essa expressão “tem contribuído mais para obscurecer do que para revelar a complexidade, os conflitos e tensões e, ainda, as divergências em torno dos projetos sócio-políticos em disputa nessa esfera social” (ALMEIDA, 2004, p. 95-96). Não é o caso deste trabalho nem dos autores aos quais filiamos nossas reflexões. Entretanto, há a necessidade de elucidarmos algumas questões presentes no debate contemporâneo que são expostas ainda por Costa (2002).

Para o autor, temos que trabalhar a sociedade civil como o esteio de três campos medulares à contemporaneidade: 1) Os aspectos institucionais da democracia que nos anos de 1990 trataram a sociedade civil como uma panacéia para atender aos problemas gerados na sociedade, o que promoveu, por um lado, o aumento da participação e, por

¹⁵ Entrevista concedida em 29 de dezembro de 2005

outro, a burocratização e o engessamento político das organizações civis; 2) A interação da sociedade civil com os meios de comunicação de massa ainda permanece insuficientemente estudada; e 3) O apelo a uma sociedade civil transnacional.

O primeiro ponto levantado por Costa diz respeito àqueles teóricos que acusam as ONGs de fragilizar, burocratizar ou substituir os movimentos sociais não-institucionalizados. Na realidade micro da escola, percebemos que também existe essa relação tensa e ambígua entre projeto Clube do Jornal (implementado pela ONG) e Grêmios estudantil (representante a priori dos estudantes)¹⁶. Há, às vezes, substituição, disputa de espaços ou ainda justaposição entre ambos.

No que tange ao segundo ponto este estudo pretende contribuir para a interpretação das conexões entre as diversas mídias e aquela pequena parcela da sociedade civil dentro da escola.

Teoricamente a questão três parece ser a mais polêmica. Pois se por um lado é Antônio Gramsci o principal propugnador da renovação dos estudos de sociedade civil, por outro vimos emergir no contexto contemporâneo organizações transnacionais das mais diversas “cores” e matizes (sejam elas a União Européia - UE, os movimentos anti-globalização, ou ainda Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial - BID) que não estavam postas ao marxista italiano na primeira metade do século XX e que agenciam pautas que transcendem as fronteiras do Estado-nação. Ora, sabemos que Gramsci formula toda a sua reflexão a partir da (e para a) consolidação da unificação nacional italiana, contra o fascismo de Mussolini e a favor de um posterior Estado regulado (leia-se socialista). Ou seja, suas teoria e práxis política são fundadas no fortalecimento das realidades nacionais, no combate ao intelectual cosmopolita e a favor de uma cultura nacional-popular¹⁷. Logo, aqueles novos dados da realidade - o terror nacional-socialista e burocrático-soviético¹⁸ - demandam alguns acertos de contas com

¹⁶ Perceberemos mais à frente que os grêmios, apesar de serem instituídos, sendo até alvo de políticas da própria secretaria de educação, possuem relações, mais ou menos consolidadas, com os movimentos de juventude não-institucionalizados. É o caso do movimento Livre Arbítrio.

¹⁷ Não é nosso objetivo aqui aprofundar estas questões. Para entender a estratégia gramsciana para o socialismo-nacional na Europa, vide Gramsci (1984). Já para compreender a crítica ao Intelectual cosmopolita e a reivindicação de uma cultura nacional-popular recomendamos Gramsci (1991).

¹⁸ Na *Ontologia do Ser Social*, Lukács demonstra como Stalin foi empobrecendo paulatinamente a teoria marxiana e leninista em favor do culto a sua personalidade e de seus esquematismos pretensamente filosóficos. Chegou-se a um momento em que “a filosofia oficial [na união soviética] reduziu-se a um comentário das publicações de Stalin. Marx e Lênin aparecem apenas enquanto peças de apoio”. O filósofo húngaro não deixa de salientar o papel renovador de Gramsci neste processo, embora este tenha

as estratégias do fundador do partido comunista italiano, que foi vítima do próprio nacionalismo fascista.

É neste sentido que as abordagens da sociedade civil tomando-se por base **apenas** as realidades nacionais hoje parecem ser irreconciliáveis com os avanços e conquistas de direitos culturais, como a Declaração dos Direitos Humanos. Para além das fronteiras de Estado, esta declaração foi aprovada após momentos críticos nos quais populações inteiras estavam sob o domínio das perspectivas nazistas – e também stalinistas- a saber: depois da segunda guerra mundial. Aquela declaração e mais que ela, a Própria Organização das Nações Unidas (ONU) foi uma das grandes propugnadoras, durante a segunda metade do século XX, de outras declarações supranacionais, sejam elas os direitos da infância, da educação ou ainda da diversidade cultural. Esta discussão não passa despercebida pelos gramscianos contemporâneos quando enfáticos afirmam que:

Quarta geração de direitos, que protegem as minorias, são simplesmente irreconciliáveis com a soberania nacional ou até mesmo com uma concepção da política que considere o Estado-nação como ponto definitivo de referência organizativa. Os direitos não são simplesmente dos cidadãos de uma nação, mas dos seres humanos. Isso significou uma adoção global dos direitos [...] O ‘ponto de partida’, definitivamente, não pode ser nacional, até mesmo contra Gramsci (DAVIDSON & WEEKLEY, 2003, p. 95-96).

Estas advertências nos são fecundas para reafirmarmos que não pretendemos, aqui, enquadrar a dinâmica da realidade dentro das estruturas do pensamento gramscianos. Antes nos filiamos à proposta de contextualização gramsciana feita por Stuart Hall. Este reivindica a necessidade de adaptação dos argumentos gramscianos diante da contemporaneidade. Sobre o tema, o integrante dos estudos culturais britânicos afirma: “Para que se possa generalizá-las [as idéias Gramsci] é necessário desenterrá-las delicadamente de seu solo concreto e de sua especificidade histórica e transplantá-las para o novo terreno, com muito cuidado e paciência” (HALL, 2003, p. 297). Este foi nosso intento no próximo tópico, quando valemo-nos de mais algumas das categorias do fundador do Partido Comunista Italiano para mediar nossa compreensão sobre a sociedade civil brasileira.

sido estrategicamente isolado: “[o] nascimento da República Soviética estimulou em diversos países um estudo do marxismo em termos novos, criativos, não deformados pelas tradições da aburguesada social-democracia [...] De Gramsci a Caudwell, há toda uma série de tentativas neste sentido [...] Mas a pressão staliniana, dirigida para a vulgarização e esquematização, reduziu bem cedo ao silêncio na Internacional Comunista essas tendências [...] A maturidade e a concretude dessas tentativas [deveriam] ser estudadas despreconceituosamente, sem superstições” (LUKÁCS, 1981: 107-108).

1.2 Concomitâncias: a construção do conceito e da sociedade civil brasileira

Malgrado todas as tentativas da Ditadura Militar de calar a expressão da sociedade civil brasileira, as décadas de 1970 e 1980 marcam o processo de sua “ocidentalização”. O termo é de Antônio Gramsci, que tentando compreender o fracasso do comunismo nos países desenvolvidos da Europa Ocidental e recusando as distorções protagonizadas pelo marxismo-leninismo¹⁹ na União Soviética, descobre uma distinção fundante entre sociedades por ele diferenciadas como “ocidentais” e “orientais”.

Para ele, as sociedades “ocidentais” seriam formadas por instituições de organização da cultura, como jornais, escolas, opinião pública, sociedades artísticas e científicas que por sua vez manteriam a hegemonia²⁰ (ou direção) dentro de uma sociedade, de modo relativamente autônomo. Dessa forma, tornar-se-ia inviável a antiga estratégia de ataque frontal e tomado de assalto do Estado como ocorrera na Revolução de 1917 – a chamada guerra de movimento, tendo em vista que nas sociedades “ocidentais”, por trás da sociedade política (ou do Estado no sentido restrito) existe uma robusta sociedade civil. Assim, neste caso, seria necessária a construção de um consenso ativo dentro dessas instituições para a disputa e concretização de uma hegemonia alternativa – o que o autor chama de guerra de posição. Nos termos do pensador sardo:

No oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa: no ocidente, entre estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada; a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura de sociedade. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (GRAMSCI, 1984, p. 75).

Com base nestes estudos de Gramsci que Carlos Nelson Coutinho (1988) discorre sobre o recente processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira. O cientista político baiano – assim como Stuart Hall²¹ - afirma que estas distinções não são de

¹⁹ Coutinho (1988) ressalta que o “marxismo-leninismo” pouco tinha de Marx e Lênin, era antes uma distorção da obra destes dois autores para a manutenção do Estado burocrático soviético.

²⁰ Utilizamos aqui hegemonia político-cultural e direção como sinônimos. Entretanto os termos apresentam diversas explicações no decorrer dos Cadernos do Cárcere. Em alguns momentos a hegemonia é o sinônimo de direção intelectual e moral da sociedade civil e em outros momentos ela representa o equilíbrio orgânico entre as forças que compõe a direção da sociedade civil + dominação da sociedade política. Para um aprofundamento destas distinções vide Carnoy (1990).

²¹ Em um outro contexto, o pensador dos Estudos Culturais Britânicos reflete sobre a relevância das categorias gramscianas nos estudos de raça e etnia, e ainda a atualidade dos Cadernos do Cárcere para a discussão de questões contemporâneas como as desigualdades entre “Norte/Sul” e a construção do “Oriente/ Ocidente”. Sobre este último tema, o autor discorre no mesmo sentido que Coutinho: “aqui o

modo algum diferenciações geográficas entre o leste e o oeste do mundo, mas “indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função, sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado” (IDEM, p. 65). Desta forma, nas formulações gramscianas, quanto mais forte a sociedade civil mais “ocidental” ela seria.

Entendemos a consolidação da sociedade civil brasileira no século XX (ou a perda de sua característica “gelatinosa”) como um processo de fortalecimento e relativa autonomização daquelas instituições responsáveis pela organização da cultura em relação ao Estado. Ou seja, é durante o século XX que, por exemplo, a imprensa deixa de ser apenas Oficial e comercial, surgindo nos anos 1920 a imprensa operária (de viés anarquista) e a mídia alternativa; é nele que se amplia o processo no qual os intelectuais e artistas não são mais exclusivos homens de Estado; que surgem os partidos de massa, os Centros Populares de Cultura, a União Nacional dos Estudantes, etc. Mostrando que a tomada do Estado Brasileiro (da sociedade política) como ocorrida na ditadura de 1964 não seria suficiente para abafar as estratégias de sobrevivência desta sociedade civil, tendo em vista que aquelas organizações continuaram existindo, mesmo que algumas na ilegalidade, enquanto que outras se metamorfoseando em distintas frentes de lutas.

O golpe de 1964 é um exemplo de como essas forças sociais disputam poder contraditoriamente no seio da sociedade civil, pois se por um lado os governos militares foram ditatoriais, com uma hipertrofia da sociedade política, por outro não foram ditaduras que disputaram a hegemonia cultural com a intensidade das experiências totalitárias da Europa. Sobre o polêmico assunto, Coutinho argumenta:

O regime militar brasileiro [...] jamais foi uma ditadura fascista clássica, ou seja, não foi um regime reacionário com bases de massa organizada. Apoiando-se na camada militar-tecnocrática, esse regime não foi capaz de criar organismos capazes de conquistar uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos dessa como ‘correias de transição’ de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália e na Alemanha (1988, p. 124).

Apesar de não ter sido um regime que cooptou as massas com a mesma intensidade como fizeram os governos totalitários do Nazismo e da URSS, a ditadura militar foi um regime de ampla política cultural e ideológica. Basta lembrarmos das

‘ocidente’ deixa de ser uma identificação puramente geográfica e passa a representar um novo terreno da política. Criado por formas emergentes de estado e sociedade civil e relações novas e mais complexas entre eles” (HALL, 2003, p. 317).

propagandas do “Ninguém segura esse País” e exacerbação nacionalista junto às copas do mundo; das declarações do presidente Figueiredo junto ao Jornal Nacional quanto dizia que toda noite ia dormir tranqüilo, pois o mundo estava em guerra e o Brasil em paz. Contudo, toda essa estratégia de manipulação e censura das mídias, assim como a ocultação dos crimes contra os direitos humanos não foram capazes de suprimir as expressões daquela sociedade civil. Como afirmou o sociólogo Welfort:

Não queríamos uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender de um Estado monstro à nossa frente. Isso significava que se não existisse precisávamos inventá-la. Se fosse pequena precisávamos engrandecê-la [...] nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos a liberdade (1988, p. 518).

Foi o que diversos movimentos fizeram, seja na luta armada ou na contracultura. No Brasil ou no exterior. A resistência ao regime autoritário ganhou, contudo, nuances e cores que não se restringiam a um centro organizativo e imediatamente político no sentido convencional. Como afirmou o escritor gaúcho Caio Fernando Abreu²², ao comentar sobre a volta de um auto-exílio em Londres, após ter atendido ao pedido de “Brasil ame-o ou deixe-o”:

Aquele Rio do começo dos anos 70, com a coluna ‘Underground’ e Luiz Carlos Maciel, no Pasquim, do píer de Ipanema, com as dunas da Gal (ou do barato), dos Jornais alternativos tipo Flor do Mal. Tempo de dançadas federais. Lindos sonhos dourados e negra (sic) repressão. Tempos de *Living Theatre* expulso do país, do psicodelismo invadindo as ruas para tomar contornos tropicais [...] primeiras overdoses (Janes, Jimi). Eu estava lá. Metido até o pescoço. Apavorado viajante (ABREU, 2001, p. 9-10).

A alvorada dos anos 1970 oferecia como alternativa de resistência apenas o binômio da adesão ou à guerrilha ou ao que se convencionou chamar de desbunde. Já no seu final, se por um lado tivemos o fracasso da resistência armada e a proclamação do final do sonho contracultural feita por John Lennon, por outro, há a emergência do chamado “novo sindicalismo brasileiro”, as grandes greves no ABC paulista (1978-1980), os novos movimentos sociais (*Gays*, negro, feminista) populares e os centros de assessorias. Todos eles, ainda que de início quase completamente ignorados pela grande mídia, cresceram em mobilização social e deram forma àquela sociedade que desejava a democracia e o retorno dos direitos civis e políticos, com destaque para o direito de voto para eleger o Presidente da República – reivindicação maior da campanha pelas “Diretas Já”.

²² Importante ficcionista brasileiro é considerado um dos maiores relatores da juventude dos anos 1960/70 e da perplexidade e solidão vivenciadas nos anos 1980 de Inflação, AIDS e redemocratização política.

1.3 No início eram as assessorias: surgem as ONGs

É dentro de todas as turbulências dos anos 1970 que as ONGs emergem. Tidas como “centros de assessoria” aos movimentos sociais, elas eram caracterizadas por portarem uma privilegiada capacidade técnica. Desenvolviavam, sobretudo, projetos de educação popular muitas vezes alinhada com a chamada “*Esquerda da Igreja*” que, com as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's,²³ faziam ecoar a Teologia da Libertação²⁴.

As ONGs até então não tinham a dimensão de institucionalidade que possuem hoje. Na verdade, numa ONG o sinônimo de um bom trabalho era aquele que “não aparecia”, pois seus resultados seriam mais ligados ao caráter voluntarista de atuação social, como nos apresenta Landim:

[elas] tinham sua razão de ser por estarem ‘a serviço’ de setores dominados da população tanto mais legítima quanto mais [...] subordinada a uma necessidade externa a elas. A invisibilidade social, o não fazer nome (ao contrário, por exemplo, da lógica acadêmica, ou do mercado), era uma qualidade cultivada em organizações que –assim como seus agentes- não existiam para si, mas para o outro [...] Em pouco mais de uma década, constituíram uma profissão sem nome e fizeram um nome coletivo através do qual passaram a se reconhecer: ONG (1998, p. 29).

Este misto de voluntarismo militante, democratismo, assistência e religião não se deu por acaso. Foi também nas Ongs que os mais diversos tipos de intelectuais tiveram abrigo durante a ditadura. Seja o militante comunista, o professor universitário compulsoriamente aposentado pelo regime, ou os religiosos progressistas. Ainda nos termos da autora:

É por esse final de década [de 1970] que essas entidades – que se multiplicavam – vão começar a ser povoadas por egressos de organizações e movimentos de cunho marxista, extintos ou em crise, gente que passara durante esse período por perseguições, pela prisão ou clandestinidade, ex-quadros de movimentos estudantis dos anos 60[...] pouco havendo cruzado em sua trajetória de vida, com esses agentes cristãos [...] gente que retornava a Universidade e que se reinseria nos movimentos sociais de novos tempos (IDEM, p. 41).

²³ Segundo Haguette, as Comunidades Eclesiais de Base “funcionam como verdadeiras escolas para cidadania” (HAGUETTE, 1994, p. 91). São constituídas por grupos que tentam fazer uma articulação entre evangelho e vida, fé e política (ABREU, 2002, p. 132).

²⁴ Segundo Abreu (2002) a teologia da libertação (TL) tenta estabelecer uma ligação entre cristianismo e marxismo realizando uma crítica às relações de exploração e dominação das sociedades capitalistas sobre as classes subalternas. Leonardo Boff, uma dos maiores expositores da TL no Brasil, afirma que os teólogos que aderiram a essa interpretação utilizaram algumas categorias analíticas de Gramsci para explicar a realidade brasileira daquela época. (Entrevista do teólogo da libertação concedida ao programa “Canal Livre” da rede bandeirantes, em dezembro de 2005)

Todo esse universo dos mitos de origem das ONGs parece guiar num primeiro momento a percepção de alguns jornalistas estudantis acerca destas instituições no que tange tanto ao significado de sua inserção na sociedade como no tocante a aquele clima gerado em torno da luta pela redemocratização. Como afirma o ex-coordenador do Jornal *O Verbo*: “é indiscutível que há alguns anos era outro momento [de mobilização social]. Eu queria muito ter nascido naquela época. Mas enfim parece que houve esse declínio [na participação] daquela época para cá, do regime militar”²⁵.

Aparece ainda nestes discursos temas relativos àquela empolgação “não-oficial” do início das ONGs, talvez porque as lutas pela democratização dos espaços dentro e fora da escola estejam no campo da eterna disputa. Passados dois anos da experiência junto ao Comunicação e Cultura (2004-2005), a estudante do jornal *Tanakara* reflete:

Eu tinha aquele sonho juvenil de que se os nossos pais não fizeram o dever é nosso. [a ONG] era uma ferramenta a mais na luta contra o sistema, para levantar as bandeiras de rebelião contra o sistema, para levantar as bandeiras de rebelião de juventude das quais eu acreditava. Eu acreditava na questão da gente poder construir uma sociedade diferente. Uma sociedade socialista [...] A minha visão de ONG era a mais apaixonada possível. [Por] que servia para a gente trocar conhecimento com as outras pessoas²⁶.

As diversas visões de mundo parecem conviver – assim como nos primórdios das ONGs – ainda que com conflitos advindos do choque entre si. Pois se na fala anterior o jornal do Comunicação e Cultura aparece ligado a uma transformação estrutural da sociedade, na declaração a seguir aquele tipo de publicação já aparece mais com um viés assistencial, do prazer em ajudar etc. Como percebemos na fala de uma outra jornalista estudantil, esta do Jornal *Liberdade Jovem*:

[Uma ONG] é voltada para um trabalho mais social e tem pessoas que se preocupam com a educação. Com esse tipo de coisa e ela tem o prazer de investir naquilo ali para o bem social [...] Teve uma época que eu peguei uma discussão com [um integrante do jornal] devido ao socialismo. Só que eu sou um pouco realista. Eu não julgo a pessoas que é socialista, agora eu me considero capitalista porque não tem como eu fugir disso [...] [mas] a época de maior revolução no colégio foi a época do jornal²⁷.

A revolução da jovem se refere aos conflitos que emergem na escola a partir da cobrança de participação e monitoramento da implementação da política pública de educação via jornal. Quando o Jornal passa a cobrar a divulgação das contas da escola, o conserto do bebedouro, querer saber o que foi feito da verba destinada à construção da

²⁵ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

²⁶ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

²⁷ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

quadra de esportes ou ainda denuncia a sujeira no banheiro e a falta de professores, ele passa a construir uma espécie de observatório das ações da escola.

Assim como na fala contemporânea da estudante, este fenômeno ocorreu também durante os anos de 1980 junto aos movimentos sociais, a saber: há o refluxo da bandeira socialista em favor da democratização dos mecanismos de participação política e do controle social do Estado, juntamente com as políticas culturais empreendidas pelos diversos movimentos sociais das minorias LGBTs, étnicas etc. Inserida neste processo, a ONG em questão não poderia deixar de difundir essa visão de mundo acerca destas bandeiras, como afirma um integrante do jornal *O verbo*: “No Comunicação e Cultura que eu fui despertando essa idéia de fazer um mundo melhor onde as pessoas possam viver de forma mais igual, possa ter o direito da liberdade de expressão. Possa discutir, possa amar do jeito que querem amar”.²⁸

É desta época o grande ganho de relevância das ONGs não na dita “perversa” substituição dos movimentos sociais, mas nas novas articulações políticas pelos direitos culturais das minorias via manifestos, passeatas, publicações alternativas etc. Uma conquista emblemática dessa movimentação ocorrida na sociedade civil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta é uma das expressões de uma sociedade civil que não vive mais à sombra do Estado, que, por sua vez, começa a ser percebido como uma instância que deve ser pressionada para a obtenção e garantia dos direitos. Neste contexto, as ONGs também passam, cada vez mais, a ser atores políticos e potenciais parceiros do Estado em ações e políticas sociais.

Este processo de redemocratização conquistado potencializou ainda o surgimento de uma rede de proteção social à criança e ao adolescente, em vias de consolidação a partir da década seguinte. A retomada das liberdades individuais e coletivas, ratificadas na “Constituição Cidadã” de 1988, demandava, entre outros direitos, a reconfiguração das instituições na abordagem deste segmento da população e suas novas contradições.

É com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990) que se firmará uma concepção do público infanto-juvenil como sujeitos de direitos. Nega, assim, o antigo termo, que os caracterizava como “menores” e os

²⁸ Entrevista concedida em 05 de março de 2008

colocava em “situação irregular”. Esta nomeação discriminatória era, e ainda hoje é imbuída de uma carga de significados cultural e historicamente construídos, na qual os “menores” são percebidos como:

Apenas ‘pobres’, expressão que sugere mais do que uma simples descrição sociológica da realidade porque expressa uma indiferenciação que é a forma mais radical da destituição: os pobres são aqueles que não têm nome, não têm rosto, não têm identidade, não têm interioridade, não têm vontade e são desprovidos de razão (TELLES, 1999, p. 119).

Percebemos que a substituição da antiga legislação eleva seu público-alvo à situação de “*Cidadãos em situação peculiar de desenvolvimento*”. Substituiu-se o “Código de Menores”, no qual crianças e adolescentes só eram alvos de políticas públicas quando estivessem nos limites: entre vítimas, nomeados “*menores abandonados*”, ou “agressores” taxados como “*delinquentes juvenis*”. E é a exigência dos segmentos progressistas - como Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua (MNMRR), as pastorais sociais da Igreja e ONGs em geral - por um maior controle social do Estado, bem como, pelo aprofundamento radical da democracia, que potencializou o surgimento de uma rede de novas instituições que intervêm nesta expressão da questão social²⁹ brasileira, com destaque para a área de criança e adolescente.

A atuação das ONGs face a este público é expressiva, situando o segmento infante-juvenil numa posição privilegiada entre as mesmas. A infância e juventude ocupam o primeiro lugar entre as principais categorias de público atendido pelas afiliadas à Associação Brasileira de ONGs - ABONG³⁰. Nessa perspectiva, Carvalho afirma:

Esta foi a área de atendimento que mais cresceu no país na década de noventa, quando a defesa dos direitos deste segmento populacional passou a contar com a atuação de novas entidades como, igualmente, com a colaboração de outras que não se orientam prioritariamente para essa questão, a exemplo da organização de defesa étnica ou de caráter artístico cultural (CARVALHO, 1999, p. 137-138).

²⁹ Segundo Yamamoto e Carvalho “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresário e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983). Esta questão social está pulverizada no cotidiano as classes que vivem do trabalho e se materializa fenomenicamente em diversas expressões, ou no dizer de Netto refrações que são ocultadoras “da categoria ontológica central da própria realidade, a *totalidade*” (NETTO, 1992, p. 91).

³⁰ Única associação de ONGs do Brasil, fundada em 1991 composta por 145 entidades (LAMDIM, 1998).

No Ceará, a ONG Comunicação e Cultura transformou seu projeto institucional no bojo da emergência desta discussão. Se até 1994 trabalhava prestando assessoria/suporte técnico aos mais diversos movimentos populares e associações de moradores de Fortaleza, a partir deste ano, redefiniu como seu público-alvo exclusivo as crianças e adolescentes estudantes de escolas públicas cearenses. Retomaremos esta discussão no Capítulo II. Por enquanto, analisaremos o pano de fundo que promoveu uma intensa reconfiguração das atividades das Ongs no Brasil dos anos 1990: o projeto neoliberal³¹.

1.4 E o que era ONG vira OSCIP: crítica da metamorfose da sociedade Civil em Terceiro Setor

Durante os anos de 1990 a jovem democracia brasileira se deparou com implementação tardia, mas não menos voraz, do projeto neoliberal em suas políticas. Este é entendido por nós não só como um ajuste econômico, mas como

parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais [...] Os pobres passam a ser uma nova ‘categoria classificatória’[...] mantendo sua condição de pobre por uma lógica coerente com o individualismo que dará sustentação a esse modelo de acumulação (SOARES, 2000, p. 12-13).

Para Verónica Schild (2000) os projetos do neoliberalismo não se configuram apenas como institucionais e econômicos, mas também essencialmente como políticos e culturais. Neste contexto específico, as distinções das atribuições entre Estado e sociedade civil ficam cada vez mais apagadas.

Em verdade, nesta perspectiva a figura do “pobre”, que nunca foi superada na sociedade brasileira, ganha novas tinturas de desprovimento. Limitam-se assim as transformações no seio da sociedade civil, que culminaram na Constituição Federal de 1988, e que trouxeram um elemento significativo: uma “nova cidadania” que pretende

³¹ Corrente político-ideológica que ganhou hegemonia mundial a partir dos anos 1970. Atribui a crise econômica daquela época ao Estado de Bem-Estar Social. Há a defesa do Estado mínimo, da desregulamentação do mercado e dos direitos sociais através da privatização dos serviços públicos. Segundo os teóricos e outros adeptos aos neoliberalismos, os males da sociedade adviriam, dos “excessos do Estado interventor”, concluindo-se que, ainda segundo seus defensores, “todos os processos que apresentam obstáculos, controlam ou suprime o livre jogo das forças do mercado terão efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos” (LAURELL, 1995, p. 161). Note-se que no Brasil, o Neoliberalismo contesta um “Estado de Bem-Estar Social” que nem chegou a existir nos moldes da social-democracia européia. Pelo contrário, tivemos um verdadeiro “Estado de mal-estar Social” (IAMAMOTO, 2003) agravado pelo Novo Liberalismo da Era FHC (1994-1998; 1998-2002) e da Era Tasso (1986 – 1990; 1990-1994; 1994-1998) no estado do Ceará.

se colocar em oposição à pobreza (TELLES, 1999). A implementação do projeto neoliberal no Brasil pode significar a perda dos princípios de cidadania e direito onde

[...] os princípios de justiça e social trocados por princípios de caridade privada, havendo uma ênfase na cidadania como matriz profundamente individualista e moralista, de acesso aos direitos do indivíduo (DAGNINO, 2002, p. 139).

Em outros termos: há a reatualização da figura do “pobre” em oposição à tentativa de construção da figura do cidadão consciente da violação de seus direitos (TELLES, 1999) uma vez que o desmonte das políticas públicas joga contingentes populacionais imensos na dependência do solidarismo privado, sem regras ou estabilidade do que se convencionou chamar de Terceiro Setor.

Esta contradição vai atravessar a sociedade civil brasileira e, especialmente, as ONGs, uma vez que, se por um lado, a luta por uma cidadania ativa³², empreendida nas décadas anteriores, fazia emergir a possibilidade de construção de espaços de participação e manifestação da pluralidade de discursos e projetos existentes nesta sociedade; por outro lado, assistimos a um processo de absorção por parte do Estado em relação às ONGs para torná-las executoras terminais de suas ações. São dois lados de uma mesma relação, conforme afirma Teixeira:

De um lado, após o restabelecimento da democracia, tivemos um processo de criação e consolidação de espaços de interlocução com o Estado e sociedade civil [...] de outro lado, o processo de abertura de canais de interlocução [...] foi acompanhado por um processo de ajuste estrutural que previa a transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade e inserir as ONGs no projeto de colaboração em políticas compensatórias (2002, p. 107).

A questão não passa despercebida pelos jornalistas estudantis do projeto Clube do Jornal. Eles vêem as conseqüências destas transformações ainda que o tema não seja diretamente trabalhado e nem mesmo pautado pela ONG (SOUSA, 2005). Assim nos narra o integrante do Jornal *O verbo*:

Me foi (sic) apresentado [...] que as ONGs fazem aquilo que o governo deveria fazer e não faz. E quanto mais ONG é o reflexo que o governo não está fazendo o que deveria fazer. Eu não acredito que seja tão desta forma. Porque talvez essa descentralização de exercício, de coisas que precisam ser feitas, talvez faça com que as experiências sejam vividas de forma melhor. Talvez se uma ONG como o Comunicação e Cultura fosse dirigida pela SEDUC não tivesse o papel que desempenha. Seria exercido pelo Estado,

³² Utilizamos o termo na mesma perspectiva de Telles (1999) quando analisa os textos de Hannah Arendt. Seria a consciência do “direito a ter direito” e a participação política dos sujeitos sociais na esfera pública na conquista destes direitos.

pelo poder público, por um governo. Mas será que ira ter esse papel de confrontar [as ações dentro da escola]. De falar sobre a direção do colégio como existe [hoje]. Será que essa liberdade existiria?³³

De fato esta é uma questão lucidamente colocada pelo informante: se o jornal alternativo fosse uma política de Estado gerenciada pela escola, seria dissolvido todo o caráter conflitivo da proposta do jornalismo estudantil. Pois, como afirma o coordenador executivo do Comunicação e Cultura, “quem é monitorado não pode participar do instrumento de monitoria”³⁴. Logo, existe a compreensão de que em determinadas áreas as instituições que atuam na sociedade civil possuem um capital social e cultural riquíssimo que, de forma criativa e propositiva, estabelecem interlocuções fecundas com o Estado sem a pretensão de substituí-lo. Embora a realidade mostre que cada ONG trabalha de acordo com a sua política institucional e não são poucas delas que substituem sem constrangimento o Estado em áreas estratégicas de desenvolvimento como determinados programas de educação, saúde ou assistência³⁵. Essa questão também não passa despercebida pelo ex-coordenador do *Jornal O verbo*:

Existem ONGs que desempenham funções que deveriam ser exercidas estritamente pelo governo. Eu acho que [elas] deveriam incentivar para que as pessoas lutassem pela transferência desses exercícios. Por exemplo, uma ONG que trata de com desabrigados [...] essas ONGs deveriam incentivar para que as pessoas lutassem pelo próprio direito [à habitação] junto aos governos, ao Estado e não continuar alimentando uma idéia [de dever] que não é deles, [o certo seria que a ONG] surgisse como um processo [de reivindicação].³⁶

Na contramão desta afirmativa, o que presenciamos no decorrer dos anos de 1990 foi a adesão de diversas ONGs não ao modelo que tenciona o Estado por direitos e políticas públicas, mas a sua substituição pela iniciativa privada. O aprofundamento desta questão se dá durante a Era Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1998 e 1998 - 2002), na qual se realizou a implementação do Programa Comunidade Solidária, a

³³ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

³⁴ Entrevista concedida em 29 de novembro de 2005.

³⁵ Não podemos deixar de frisar um ponto negligenciado naquelas narrativas, como a de Montañó (2003), que propõem a volta das ONGs a aquilo que julgam ser o seu inicial e “verdadeiro” papel: a exclusiva assessoria aos movimentos sociais em vez da ação direta com o Estado. Tais discursos tendem a revelar que apenas as ONGs contemporâneas assumiriam um papel junto ao Estado. Ora, sabemos que as primeiras ONGs também executavam ações que deveriam estar no âmbito do Governo, como os programas de alfabetização de adultos; assistência técnica rural alternativa, etc. Outro ponto importante, mas que nossa pesquisa não pretende dar conta, é que uma vez monitora das ações do governo, quem monitoraria as ações das ONGs? As estratégias da ABONG, neste sentido, é a obrigação de divulgação de relatórios anuais das finanças de todas as suas associadas. Neste sentido, não é a toa que a ínfima parte de ONGs brasileiras estão vinculadas àquela associação.

³⁶ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

aprovação da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) – Lei nº9.790 de 25 de março de 1999 (TEIXEIRA, p. 2002) e do firmamento de parcerias com ONGs em geral. As raríssimas exceções que não aderiram a esta perspectiva são aquelas ONGs filiadas à ABONG. É neste sentido que citamos a fala de uma educadora do Comunicação e Cultura:

nem tudo que se diz ser ONG que é ONG [...] Eu acho que o que a define seria o compromisso dela em fortalecer as políticas públicas [...] Então eu acho que a identidade que ela deveria ter seria muito nesse sentido.³⁷

A diversidade de significados e projetos político-culturais e institucionais que o termo ONG agrega, levam alguns intelectuais (ABREU, 2002; MONTAÑO, 2003) a afirmarem que existe uma contradição no cerne destas organizações. Pois, segundo eles, as Organizações Não-Governamentais ao mesmo tempo em que fragilizam algumas concepções de direitos sociais, tais quais a relação formal de trabalho assalariado (parcialmente substituída pelo voluntariado) e a universalidade das políticas sociais via Estado, estas ONGs estão também na base dos processos de crítica e resistência ao Estado autoritário e na construção de alternativas de sociedade e reivindicação pela criação, efetivação dos mais diversos tipos de direitos.

Na verdade, este processo de precarização está inserido num movimento maior de flexibilização da economia e relações de trabalho no capitalismo contemporâneo³⁸ dos quais as ONGs não estão imunes. Essa flexibilização mostra também a face do enfraquecimento dos projetos profissionais e de suas especificidades. Como na maioria das ONGs, os funcionários do Comunicação e Cultura são contratados para desempenhar funções institucionais e não por conta de suas profissões de origem. Esta tendência generalizante é percebida por Landim (1998) ao intitular um de seus trabalhos de *A invenção das ONGs: de serviço invisível à profissão sem nome*. Percebe-se que, diferentemente das primeiras ONGs, o Clube do Jornal não surge com anti-

³⁷ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2006

³⁸ Segundo Harvey a acumulação flexível é caracterizada pelo “surgimento de setores de produção interinamente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação, comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” (1994, p.140). Se o fordismo tinha como características principais o alto grau de especialização do trabalho e a rigidez laborativa e cultural, a nova fase de desenvolvimento do capitalismo vai consolidar um trabalho flexível e polivalente.

profissionais³⁹ em seus quadros. Ao contrário, o momento histórico em que a organização surge a coloca no movimento de enquadramento em modelos de gerenciamento semelhante aos de empresas com fins lucrativos, demandando do funcionário o cumprimento de metas, avaliações, projeções, relatórios institucionais etc.

Sua política de contratações vem seguindo a tendência geral de rotatividade de profissionais de diversas áreas nos distintos cargos. Por exemplo, a coordenação do Clube do Jornal já foi exercida por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e sociólogos. Sendo que o quadro de estagiários e funcionários do projeto abrangia em 2005 trabalhadores também advindos das mais diversas disciplinas das ciências humanas: comunicação social, letras, pedagogia e serviço social.

Na realidade, essa contradição inerente às ONGs juntamente com suas limitações em relação às expectativas de mudança nelas depositadas parecem ser responsáveis por uma espécie de “desencantamento” recente promovido em torno das instituições desta natureza. Contudo, se por um lado o “desencantamento” promove a descrença, como nos disse a ex-estudante do jornal *Tanakara*: “naquela época eu acreditava em alguma coisa. Hoje eu não acredito mais em nada. Eu não acredito nem no niilismo”⁴⁰ por outro lado, ele parece promover um “acerto de contas” com o movimento do real e, portanto, dentro das próprias ONGs. Viabiliza, assim, uma visão menos romântica e não-monolítica dos elementos que constituem uma Organização Não-governamental.

A citação desencantada da Jornalista estudantil nos remete inevitavelmente a um outro livro do já aqui citado escritor Caio Fernando Abreu no qual a personagem desamparada com o fracasso dos sonhos-projetos contraculturais, afirma: “Te desejo uma fé enorme, em qualquer coisa, não importa o quê, como aquela fé que a gente teve um dia” (ABREU, 2005, p. 29). Uma situação muito semelhante – embora não análoga - ao caso desta estudante quando citamos mais acima a sua percepção e agora descrença de que o jornal seria um instrumento de construção de uma sociedade socialista.

Quando questionada sobre sua atual visão sobre ONGs, a mesma estudante diz: “Hoje eu não sou mais apaixonada por nada. Só pela vida. Mas não por uma coisa

³⁹ Já discutimos aqui que os profissionais das primeiras ONGs se preocupavam em fazer com que a “obra social” aparecesse e pouco se importavam com a constituição de uma profissão e muito menos de um nome para ela. (Landim, 1998)

⁴⁰ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

institucionalizada como era. Era uma paixão institucionalizada”⁴¹ Para Costa, é equivocado aquele reconhecimento irrefletido e hipertrofiado que ainda se dá a uma ONG pelo simples fato dela assim se intitular. É como se nestes casos “a legitimidade das associações civis como portadoras de interesses generalizáveis não necessit[asse] ser construída publicamente, ela está suposta pré-politicamente como atributo ontológico das organizações voluntárias” (COSTA, 2002, p. 33).

Esse “mito da legitimidade” parece estar sendo desconstruído com aquele “acerto de contas com a realidade”. Como nos mostra ainda aquela informante do jornal estudantil *Tanakara*: “Hoje eu tenho uma visão menos apaixonada de ONG.”⁴² Mais uma vez Caio Fernando Abreu parece elucidar a questão na sua obra literária quando aquela personagem da contracultura afirma que: “Alguma coisa explodiu partida em pedaços, a partir de então tudo ficou mais complicado e mais real” (ABREU, 2005, p. 78). Se esta constatação expressou num momento imediato a falência do sonho-projeto juvenil de contracultura na sua versão brasileira dos anos de 1970, hoje, quase trinta anos passados, a obra nos remete a uma versão mais ampla do que começava a ser percebido nos anos 1980, a saber: as ditas pulverizações das ideologias e a sucumbência (ou refluxo) das metanarrativas no alvorecer e desenvolvimento da redemocratização brasileira.

Se outrora o inimigo tinha nome e endereço: o “Estado autoritário” dirigido pela ditadura e se da mesma forma o seu contraponto era bem definido como a necessidade de criação de uma sociedade civil coesa e indiferenciada, agora a “coisa que explode em mil pedaços”, para além da expressão pulverizada dos ideais juvenis, parece ser também o prelúdio do “espatifamento” de uma concepção homogeneizada de sociedade civil e a emergência de sua imagem complexa, contraditória e, portanto, mais real. Ao analisar os anos 2000 Canclini ratifica, em termos de ciência social, aquela idéia formulada anteriormente pela literatura, ao dizer que hoje vivemos num mundo fora da ordem:

A acumulação de desencantos atuais não só gera o ceticismo. Também nos deixa num mundo fragmentado, despedaçado e sem continuidade histórica. Muitos pensam que isto é mais evidente nas culturas juvenis. De novo, devemos dizer que os jovens têm a exclusividade (CANCLINI, 2005, p. 216).

⁴¹ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

⁴² idem

Percebemos, então, que tanto no início da redemocratização nos anos 1980 como no início do século XXI as culturas juvenis aparecem como uma espécie de termômetro das sensações vivenciadas na sociedade civil. Entretanto, como mostramos anteriormente, apesar da jovem entrevistada se auto-intitular até mesmo de não-niilista, o seu “acerto de contas com o real” a faz colocar a experiência junto ao Clube do Jornal em um quadro não mais mistificado ao mesmo tempo em que sugere uma visão não-monolítica das ONGs. Como podemos constatar na seguinte fala:

Para mim existem duas visões de ver as ONGs[hoje], a forma boa e a forma ruim. A forma boa seria ‘que bom que existe ONG porque assim o poder não fica tão centralizado dentro de uma esfera política então o poder para com a grande massa se descentraliza e cada ONG vai fazer a sua vertente. Mas que ruim que existe ONG porque o governo não consegue fazer o que foi deliberado para ele pela constituição. O governo não consegue dar moradia, educação, bem estar. Não consegue nem dar o direito de ir e vir que está lá na constituição muito bem pintado [...] Aí a gente fica naquele problema: e se não existisse ONG iria ser pior?’⁴³

Estas ambigüidades – substituir ou tencionar o Estado – das ONGs é o que faz com que elas, contraditoriamente, possam tanto participar de processos de despolitização como de conflitos e disputas. Adotamos aqui a mesma postura de Teixeira (2002, p. 105) quando afirma que as ONGs estão construindo suas “identidades” e que as interpretações sobre o que seria uma ONG estão em disputa. São múltiplos os atores sociais envolvidos nesta construção simbólica dos significados atribuídos às ONGs: acadêmicos, imprensa, governos, partidos, agências internacionais, organismos multilaterais, e distintas formas de associativismo em relação com o Estado, que formulam diferentes definições das ONGs.

A confusão estabelecida entre sociedade civil, ONG e Terceiro Setor, a nosso ver, expressa a própria disputa de significados que perpassa as instituições que se valem destes termos. Em verdade, parece prevalecer a imagem de que “tudo é ONG” como sinônimo de Sociedade Civil ou Terceiro Setor, assumindo uma responsabilidade com relação às políticas públicas de corte social. Para Paiva (2003), as Organizações não-governamentais vêm sendo vítimas de uma forte campanha que altera sua imagem, onde, na “frente da batalha”, estão

os órgãos oficiais e da iniciativa privada que avançou diluindo o significado da expressão ONG ao chamar desta forma um sem-número de organizações com semelhança jurídica, mas imbuídas dos mais variados propósitos. (PAIVA, 2003, p. 67)

⁴³ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

Além de afirmar que para mídia “tudo é ONG”, Paiva (2003) ressalta que a expressão ONG foi construída por um grupo de entidades da sociedade civil que ousaram ter entre seus objetivos a luta pela emancipação social e política através do efetivo apoio aos movimentos sociais e populares⁴⁴. É bem verdade que as ONGs são um patrimônio da cidadania, entretanto, a partir da década de 1990, com a já citada autonomização das ONGs, este perfil vai se pulverizar em múltiplas iniciativas que nem sempre se vinculam às propostas democratizadoras dos anos de 1970 e 1980 no Brasil.

Durante os anos 1990 os diversos governos começaram a procurar “parcerias” ditas menos “problemáticas” (DAGNINO, p. 2002). Em especial financiando aquelas instituições que se identificam como organizações do assim chamado “Terceiro Setor”. Para Almeida (2004), essa expressão redundante em interpretações que vão desde a identificação com pré-estatal e com o antiestatal, chegando até a sua identificação com o pós-estatal. Este amálgama bizarra chamada de Terceiro Setor é assim apresentada por um de nossos informantes:

uma denominação [...] de alguma maneira é problemática, por que é [...] um conceito que não é tão operacional assim. O clube de futebol é Terceiro Setor, as escolas de samba é(sic) Terceiro Setor, nós somos Terceiro Setor, a Fundação Odebrecht Terceiro Setor. Certo? Quando você vai pegar tudo isso no picadinho, de repente não há tanta homogeneidade entre essas instituições, mas é uma denominação que [...] tenta classificar o que existe na sociedade dessa maneira. O Primeiro Setor, o político; o Segundo Setor, o econômico; e o Terceiro Setor os que sobraram. Agora dentro do Terceiro Setor há muitas instituições que são dominadas pelo poder econômico ou pelo poder político, então em realidade é uma das tantas maneiras em que você pode apreender o social.⁴⁵

Se para o informante a percepção do “social” a partir do Terceiro Setor dificulta a interpretação da realidade - por que tenta colocar juntas instituições com projetos político-culturais muito diversos - isso não ocorre na interpretação de um dos maiores defensores deste termo no Brasil. Para o fundador da ONG Viva Rio: “enquanto que a noção de ‘sociedade civil’ coloca-nos numa oposição complementar e

⁴⁴ Esta afirmação está em sintonia com as concepções de ONG da ABONG, entidade que tenta minimamente definir os rumos ético-político-culturais de suas afiliadas através de diversas regras explicitadas em sua carta de princípios. Não é a toa que uma porção muito pequenas de Organizações da sociedade civil é filiada à ABONG uma vê que, como afirma Carvalho a instituição se preocupa em reportar a “trajetória histórica de um segmento pioneiro de ONGs com um perfil político de resistência de novos atores e movimentos sociais e proposição de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas; envolvidas na luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais, com a produção de direitos, a construção da cidadania e da defesa da ética na política. Seus esforços estariam orientados, em síntese, para a substantivação democrática do Brasil ”(CARVALHO, 1999, p. 141).

⁴⁵ Entrevista concedida em 29 de dezembro de 2005

sistêmica ao Estado, a idéia de ‘Terceiro Setor’ orienta a reflexão para outras direções, sem fronteiras definidas” (FERNANDES, 1994, p. 127). O termo representa um conjunto de iniciativas particulares, porém com fins públicos. O autor acredita ainda que, com este, seria possível superar a dicotomia público *versus* privado, pois sendo

Não-governamental e não lucrativo é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do compromisso das pessoas. Sua emergência é de tal relevância que se pode falar de uma virtual revolução a implicar mudanças gerais nos modos de agir e pensar. A relação entre Estado e mercado, que têm dominação da cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias. (FERNANDES, 1994, p. 127).

Aqui o termo “não-lucrativo” é mal colocado, visto que muitas destas intuições vendem serviços e bens, (como publicações, por exemplo) os quais apresentam uma margem de lucro e mobiliza parte da economia brasileira e internacional⁴⁶. O que as diferencia das empresas - no quesito lucratividade - não é a sua forma de inserção no mercado, mas seu marco ético, onde sua equipe de dirigentes, *a priori*, não redistribui os lucros entre si, mas os reinveste na entidade e em seu público-alvo.

Paiva (2003) percebe a emergência da expressão “Terceiro Setor” como uma estratégia de dissolução da linguagem conflituosa da emancipação por vias não-oficiais, sendo uma espécie de pasteurização dos movimentos organizados de cidadania em prol de uma cultura da “colaboração”. E foi no decorrer da era FHC (1994-1998 e 1998-2002) que todos os empreendimentos declarados como “*sem fins lucrativos e de direito privado*” foram abrigados sob o guarda-chuva do Terceiro Setor (PAIVA, p. 2003).

Ademais, como nos lembra Almeida (2004) o Banco Mundial⁴⁷ em relatório intitulado *do confronto à colaboração – as relações entre Sociedade Civil, o governo e o Banco Mundial* afirma uma coincidência entre ONG e Terceiro Setor, sendo os mesmos tidos como uma esfera virtuosa da sociedade colaboradora e parceira do Estado. Em última instância, essa “nova cultura” edificada em torno do termo sociedade civil parece redundar, de fato, numa verdadeira tendência ao amortecimento dos conflitos da questão social brasileira, conforme ressaltou Yasbek (2002) com o objetivo de obter uma gestão da pobreza fora do horizonte da universalidade dos direitos sociais e, supostamente, fora do campo da política, como afirmou Telles (1999). Parece-nos

⁴⁶ Vide o documentário ficcional “Quanto vale ou é por quilo?” (2003) do cineasta Sérgio Bianchi.

⁴⁷ Organismo multilateral “parceiro” de diversos Estados latino-americanos no financiamento de políticas sociais e culturais.

também equivocada a visão de que o dismantelo de Políticas Públicas seria um incentivo aos movimentos sociais na luta por “verdadeiras” políticas. A realidade nos tem mostrado que junto ao modelo neoliberal há a consolidação de uma cultura de desqualificação do que é público e enaltecimento do privado, além do já citado padrão de regulação das relações sociais regidos pelos solidarismos descontínuos e eivados de moralidade social junto à ideologia do “bem” e do voluntariado.

Sob perspectiva de “gerenciamento do social” emerge a tendência das ONGs aparecerem sempre como o “pólo virtuoso” da “parceria”. O outro lado – o Estado - seria o da corrupção e ineficácia. É inegável o verdadeiro “milagre” que algumas ONGs fazem para desenvolver suas atividades com o mínimo de recurso. Entretanto, mediante uma visão contraditória e diversificada da sociedade civil, seria ingenuidade ou mesmo má fé “fechamos os olhos” para o batalhão de instituições que se aproveitam dos recursos públicos e usuários em benefício de suas equipes dirigentes.

Para o cientista político Marco Aurélio Nogueira (2003), apesar de distintas das instituições que servem apenas de braço executor do Estado, a amálgama das ONGs comprometidas com a socialização da política e da democratização se apresenta também de forma problemática. A ela o autor dá um nome propositalmente tautológico: sociedade civil social. Estas ONGs fariam parte de

uma espécie de universal abstrato, acessível apenas aos bons valores, aos atores ‘eticamente superiores’, aos representantes da vontade geral. Os interesses, em sua materialidade bruta e suja, estariam fora dela: no político, nos governos, no Estado. Por este caminho, a sociedade civil social se despoja do político e se separa do Estado. **Há política nela, com certeza, mas se trata de uma política convertida em ética, que não se põe como poder, dominação, hegemonia, Estado: uma política, com poucas chances de se efetivar** (NOGUEIRA, 2003, p. 226 – grifos nossos).

No cotidiano da ONG CeC e dos jornais estudantis, esta “política convertida em ética” que não se coloca como *poder* tende a aparecer quando o Jornal se diz não representar de ninguém, senão a “liberdade de expressão” e não ser contra ninguém, senão contra o “sistema que cerceia este direito” (SOUSA, 2006).

Esta mesma sociedade civil contraditoriamente produz incentivos libertários e mobilizadores: autonomia, movimentação permanente, e aquisição de direitos. Deste ponto de vista é um campo de contestação ao sistema, mas que não se põe como governo do sistema (NOGUEIRA, 2003). Ou seja, segundo o autor, apesar do

importante papel frente às especificidades das questões contemporâneas, a falta de um centro organizador das pautas dos diversos movimentos entre si, sejam eles feminista, étnico, ambiental, LGBTs etc., efetivam apenas parcialmente a noção de sociedade civil em Gramsci, a qual, mais que um conceito complexo e sofisticado, é um *projeto político* de transformação da realidade não só na sociedade civil como também no âmbito da sociedade política. Nogueira (2003) reconhece ainda que a noção do pensador italiano não é hoje hegemônica - ou seja, não é capaz de dirigir – tendo em vista que há uma tendência a consolidação de uma sociedade civil ou liberal ou vinculada às idéias de Terceiro Setor.⁴⁸

A questão da fragmentação e pulverização das atividades das ONGs é constante tema de debate dentro das próprias instituições. Uma das saídas nas quais elas vêm se empenhando é a organização em fóruns como os que o Comunicação e Cultura participa: DCA, de ONGs AIDS e Enfrentamento da Violência e exploração sexual. Se estes espaços públicos estão conseguindo ou não diminuir esta distância entre as ONGs é uma questão que nossa investigação não pretende responder. Entretanto, há de se fazer mais uma ressalva: um dos empecilhos deste espaço é o mesmo que atinge a ABONG. As instituições vinculadas a eles são a diminuta (e geralmente mais organizada) fração de ONGs cearenses.

Para conhecer melhor a configuração do quadro de emergência do Jornal estudantil como atividade da ONG Comunicação e Cultura, que pretende adentrar este processo de disputa de poder na escola, retornaremos ao contexto que viabilizou a emergência deste tipo de mídia na sociedade brasileira. É o que abordaremos no próximo capítulo.

⁴⁸ Nogueira (2003) em seu ensaio faz uma diferenciação entre as duas formas predominantes de abordagem da sociedade civil na contemporaneidade: a sociedade civil neoliberal e a sociedade civil social. Após apresentá-las analisa-as à luz do que considera ser a interpretação gramsciana, que ele denomina de sociedade civil ético-política.

CAPÍTULO II:

EDUCOMUNICAÇÃO E A ONG COMUNICAÇÃO E CULTURA

*“Não serei o poeta de um mundo caduco
[...] O tempo é minha matéria, o tempo
presente, os homens presentes, a vida
presente”*

*Carlos Drummond de Andrade: mãos
dadas*

*“Não nos falta comunicação; ao
contrário, temos comunicação de sobra.
O que nos falta é criação. O que nos
falta é resistência ao presente”*

Gilles Deleuze e Felix Guatarri

Mídia-educação, Educação para a comunicação, Educomunicação. Diversos são os termos e também as nuances emergentes e nem sempre confluentes entre os teóricos e agentes sociais que vêm se dedicando às reflexões e práticas deste novo espaço de intervenção. Neste momento discutiremos a emergência da Educomunicação como prática criativa utilizada por muitas daquelas organizações da sociedade civil as quais, como veremos, estão majoritariamente voltadas para práticas educativas. Nossa discussão aborda ainda o surgimento da ONG Comunicação e Cultura - inserida no movimento maior que propugnou e disseminou as conquistas da redemocratização, tais como a retomada e conquista de diversos direitos civis, políticos, sociais e culturais.

2.1 Mídia e educação: divergências e convergências

Muitos foram os sujeitos que intervieram no percurso de consolidação da interface entre educação e as mídias. Dentre eles estão as alas progressivas da igreja católica, os diversos movimentos populares, as assessorias etc. Alves (2007) nos informa que é no contexto de ditadura militar que emerge e se intensifica a interlocução entre as duas áreas no pensamento, bem como, as propostas de ação de Paulo Freire. O educador brasileiro engendrou nos movimentos sociais da época uma concepção de comunicação e cultura de resistência baseada nas suas propostas de educação libertadora.

No âmbito estrito da educação formal, é desta época a crítica à “educação bancária”. Esta se baseia no esquema do educador como um emissor e o educando como

receptor. Freire enfatiza que mesmo diante do erro epistemológico deste tipo de educação, há a possibilidade de resistência por parte dos discentes:

O necessário é que [...] o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que aguçando sua criatividade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o 'imunize do bancarismo'. Neste caso é a força criadora do aprender, [...] da curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir além de seus condicionantes (FREIRE, 1996, p. 28).

Seja na experiência contemporânea dos jornais estudantis, seja no contexto em que as teorias de Paulo Freire foram formuladas – a saber: a educação tecnocrata da ditadura militar –, aparecem sempre as necessidades de instaurar o novo que escapa às interdições e superam os limites impostos – sejam de infra-estrutura, censura, dependência etc., e propugnam a necessidade de diálogo, da expressão, do grito. Uma vez que, mesmo nos mais dominantes e dirigentes regimes totalitários, o que nunca foi o caso brasileiro, a capacidade de pensamento e de diálogo – ainda que apenas consigo mesmo – não é por completo suprimida da condição humana. Hannah Arendt nos apresenta em sua obra - ao analisar a estratégia do regime nazista - a ascensão do isolamento dos homens como paralisia relativa, mas nunca total da capacidade de pensar e julgar a realidade:

O isolamento é a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, [nele] as capacidades humanas de ação e poder são frustradas. Mas nem todos os contatos entre os homens são interrompidos, e nem todas as capacidades humanas são destruídas. Toda a esfera da vida privada, juntamente com a capacidade de sentir, e inventar e de pensar, permanece intacta [diante do fenômeno totalitário]. (ARENDDT, 2002, p. 527)⁴⁹

Tendo em vista este diálogo crítico e a educação emancipadora, Freire vai ser um forte inspirador dos estudos latino-americanos de comunicação libertadora e de teóricos como Mário Kaplún e Jesus Martín-Barbero. Para Kaplún, a principal utilidade da comunicação libertadora na educação está no processo que possibilita ao sujeito a problematização da realidade. Sobre a questão o autor explica:

o que importa aqui, mais que ensinar coisas e transmitir conteúdos, é que o sujeito aprenda a aprender, que seja capaz de raciocinar por si mesmo, de superar as contradições meramente empíricas e imediatas de seu entorno (consciência ingênua) e desenvolver sua própria capacidade de deduzir, de relacionar, de elaborar sínteses (KAPLÚN *apud* ALVES, 2007, p. 52).

⁴⁹ Retomamos essa discussão no próximo capítulo, onde desenvolvemos as noções de poder e espaço público em Hannah Arendt.

No contexto da promoção da comunicação alternativa, há ainda a importância da leitura dos escritos de Antônio Gramsci junto a intelectuais e jornalistas brasileiros que, segundo Kucinski (1991), tinham durante os anos 1970 a tradução da obra *Os intelectuais e a organização da cultura* quase que como um manual, apesar de seu caráter fragmentário. Dagnino (2000) nos informa ainda que a tomada dos conceitos gramscianos, já discutidos aqui - como sociedade civil, hegemonia, organização da cultura - é importantíssimo para a crítica ao reducionismo econômico presente nas esquerdas brasileiras. Nesta perspectiva, a realidade passa a ser entendida como uma totalidade concreta - ou para utilizarmos o termo gramsciano, um bloco histórico. Uma síntese de múltiplas determinações onde não há uma relação mecânica entre economia e cultura. A autora acredita que o sucesso do escritor italiano dentro da esquerda latina se deu devido à confluência de três diferentes tendências: a crítica renovadora do marxismo tradicional, a ênfase na construção da democracia, com seu correlato fortalecimento da democracia, e - nos interstícios das duas - uma nova abordagem da relação entre cultura e política (DAGNINO, 2000)⁵⁰.

Já a década de 1980 foi marcada, sobretudo, pelo enorme crescimento no Brasil e na América Latina dos estudos de “Comunicação Popular” (PERUZZO, 1998). Os intelectuais daquela década trouxeram reflexões mais elaboradas que se contrapunham às previsões apocalípticas produzidas por Adorno e Horkheimer, na Escola de Frankfurt, como a instrumentalização total da razão, a passividade do espectador diante dos meios de comunicação e em especial da indústria cultural. Para a autora, nesta nova fase, inaugurada ainda nos anos 1970,

as investigações sobre comunicação popular implica[vam] a necessidade de a teoria abarcar os processos e contextos mais amplos em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio de comunicação em si mesmo, de um jornal, por exemplo, pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados (PERUZZO, 1998, p. 144).

O anseio por uma teoria de análise menos unilateral da realidade promoveu a emergência dos estudos das mediações, elaborado por Jesus Martin-Barbero (2008) e Stuart Hall (2003). Há neles o questionamento da capacidade das análises do binômio emissor/ receptor dar conta dos fenômenos comunicacionais. Ou seja, dali em diante seria necessário relativizar o poder das mídias e compreender as possibilidades que

⁵⁰ Retomaremos esta interconexão entre cultura e política nos próximos capítulos

mediam estes fenômenos, tais quais o cotidiano, as famílias, as competências culturais e as lógicas de consumo. É o que Alves defende quando afirma que:

a compreensão [da educomunicação] passa a requerer por parte do pesquisador e do agente social que pretende protagonizar uma ação consciente na esfera da comunicação popular já não pode centrar a sua atenção nos suportes técnicos e nas mensagens, mas, sobretudo nos processos de mediações impulsionados pela pulsão identitária de indivíduos e comunidades (ALVES, 2007, p. 09).

Esta abordagem propõe, portanto, uma nova postura metodológica que questiona a direção ideológica plenamente eficaz, sem brechas, sem fissuras ou contradições (ALVES, 2007; HALL, 2003; MARTIN - BARBERO, 2008) ao mesmo tempo em que desloca o centro da análise dos instrumentos (os meios) para os mediadores culturais e seus conflitos com a hegemonia.

Neste sentido, as configurações epistemológicas da interface entre mídia e educação se apropriam de contribuições teóricas vindas das mais diversas áreas das ciências humanas: semiótica, sociologia, estudos culturais, pedagogia e didática. É o que nos lembra um de seus maiores entusiastas no Brasil:

Além da comunicação e da educação, que formam os principais aportes teóricos para o novo campo, as áreas da antropologia e da sociologia apresentam-se como potencial para fornecer importantes subsídios a seu aprofundamento teórico e metodológico. Essa postura fica clara quando percebemos a indicação de subáreas voltadas para a cultura, para o desenvolvimento e o estudo das questões relacionadas à hegemonia e à dependência, nas relações político-sociais potencializadas pela comunicação social (SOARES, 2004, s/p).

Fantin (2007) argumenta que esta multiplicidade de adesão a instrumentos e métodos de outras áreas do conhecimento diz respeito a uma crise anterior ao surgimento da mídia-educação e que tem a ver com a própria crise de identidade que a comunicação social vive hoje.

Esta postura epistemológica que “confunde bibliotecários”⁵¹ é amplamente utilizada por Martin-Barbero. O autor espanhol radicado na Colômbia produz em sua teoria – além das já citadas - outra importante ruptura da comunicação: com aquela visão otimista e reificada de Herbert McLuhan na qual seriam os próprios meios que

⁵¹ A expressão é de Nestor Canclini acerca do clássico livro “*Dos meios às mediações*” de Martin-Barbero: “A obra de Martin-Barbero percorre várias disciplinas [...] Não é só um texto de comunicação. Bem informado sobre a renovação atual dos estudos sociológicos, antropológicos e políticos, parece ser um livro escrito para confundir os bibliotecários” (CANCLINI in MARTIN-BARBERO, contracapa do livro).

produziam os públicos, as subjetividades e, por conseguinte, as transformações nas sociedades. Nos termo do pensador canadense:

[o] automóvel criou os sistemas rodoviários e a vasta indústria de serviços [...] o carro é o que ele faz às pessoas e o que ele faz ao ambiente, e o mesmo se pode dizer, pelo que sabemos dos outros meios de comunicação. Um meio de comunicação cria um ambiente (MCLUHAN, 2005, p. 128-129).

Nesta perspectiva, o efeito dos meios é mais importante que os significados culturais encarnados neles. Ou seja, o importante seria a preparação para lidar com as conseqüências das transformações operadas pelas mídias em nosso cotidiano e não o entendimento das mediações culturais que se estabelecem e viabilizam estes processos. Nesta visão de mundo há pouco ou nenhum lugar para o “popular” e menos ainda para o entendimento de sua interlocução com o massivo.

Na contramão de Mcluhan, Peruzzo (1998) divide a comunicação popular em três correntes: 1) popular-folclórica: aquele tipo de mídia que interpreta e publiciza o popular como “o universo das expressões culturais tradicionais e genuínas do ‘povo’, presentes nas manifestações folclóricas, festas, danças, ritos, crenças, costumes, objetos etc.” (IDEM, 118) 2. o popular massivo: o universo da indústria cultural como as telenovelas e programas de auditório como Silvio Santos e Faustão; o jornalismo “mundo-cão” como “aqui e agora”; e programas que abrem espaço para as reivindicações das comunidades e informações de utilidade pública.

A terceira corrente diz respeito ao popular-alternativo. Assim como nos diversos documentos disponibilizados pela ONG CeC, temos também nos referido ao jornal produzido pelos alunos da escola como uma “mídia alternativa”. Entretanto, é necessário fazermos a distinção apresentada por Peruzzo (1998) entre a “imprensa alternativa” e “imprensa popular”. A autora conclui que muitos escritores acabam por igualar sem maiores distinções as duas mídias e terminam também por utilizar adjetivos correlatos como idênticos, tais como: imprensa comunitária, participativa, dialogal horizontal, etc. A autora explica ainda que o termo “imprensa alternativa” no Brasil tem uma conotação muito específica e datada. Era a denominação utilizada para aqueles jornais dos anos 1970 que faziam oposição à ditadura militar. O termo seria também:

[n]ão o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mais confortavelmente assentada na

condição de monopólio informativo. Também chamada de imprensa ‘nanica’. São exemplos dessa época, entre outros veículos: *Posição, Movimento, Pasquim, Coojornal, Versus, Extra* (PERUZZO, 1998, p. 120).

Incorreríamos, portanto, num erro metodológico se traçássemos uma linha de continuidade entre aquela “imprensa alternativa” e o jornalismo estudantil surgido nos anos 1990. Uma vez que já no subtítulo do clássico livro de Bernardo Kucinski *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* está expressa a idéia de ciclo terminado, de passado. Contudo, é o mesmo autor que abre caminho da utilização do termo para além daquela especificidade histórica. Quando define o “alternativo” como “algo que não está ligado à política dominante; [...] uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; uma saída para situações difíceis” (1991, p.08), percebemos que é possível, sob as condições específicas de nosso tempo, a utilização da expressão “mídia alternativa” hoje. Todavia, não estamos querendo analisar o jornalismo estudantil contemporâneo por intermédio dos “padrões” do fazer jornal alternativo dos anos 1970. Mesmo quando ilustramos, mais à frente, alguns paralelos entre os dois, pretendemos apreender a potencialidade desta alternatividade à política dominante no cenário da atual juventude que edita sua própria mídia. Uma vez que estes estudantes tendem a pôr em movimento diversas forças culturais dentro e fora da escola, e que os mesmos têm em potencialidade um instrumento capaz de viabilizar “novo significado às interpretações culturais dominantes da política, ou desafia [r] práticas políticas estabelecidas” (DAGNINO, 2000, p. 23).

A distinção didática feitas por Peruzzo (1998) entre três tipos de imprensa popular, como é de se esperar, não se estabelecerá na realidade com linhas divisórias rígidas. Perceberemos nos capítulos seguintes como os jornais transitam entre eles até mesmo em uma única edição. Alguns tendendo a querer expressar o mais fiel possível o padrão de jornalismo dos chamados “jornalões”, outros mais sensacionalistas, outros tendo uma visão mais alternativa de divisão de poder etc. Logo, perceberemos que as teias de relações estabelecidas para a formação dos grupos nas escolas serão decisivas no “projeto editorial” das publicações e para as posturas político-culturais dos jovens dentro e fora da escola.

2.2 A Educomunicação na Escola

A interlocução entre educação e comunicação também foi intensamente afetada pelo contexto dos anos 1990. Neles, como explicamos mais acima, as ONGs consolidam “parcerias” com Estado no desenvolvimento de atividades das mais diversas, dentre elas as de comunicação, principalmente dentro da escola.

É nesta época que surge o termo Educomunicação. Para um de seus idealizadores, Ismar Soares (1999), a Educomunicação, apesar de ter como possibilidade a sua execução na escola, não constituiria uma disciplina específica, mas um campo de intervenção. Este campo foi definido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) como:

o conjunto de ações voltadas para o planejamento de ecossistemas comunicativos abertos e criativos, envolvendo comunidades, empresas e escolas em programas destinados a ampliar a capacidade de expressão dos sujeitos sociais, tornando-os capazes de analisar suas práticas comunicativas bem como a produção da indústria cultural, garantindo, desta forma, maior coeficiente comunicativo para as ações educativas, sejam elas formais, não-formais ou as informais (SOARES, 2007, p. 42)

A definição surge dos resultados de uma pesquisa realizada junto a especialistas de 12 países da América Latina e Península Ibérica, no final dos anos 1990. Para os idealizadores, este conceito seria uma espécie de síntese do embate ideológico entre os diversos ideários que perpassaram a história latino-americana recente propiciando, a consolidação do que chamam de “práticas educacionais”.

Alguns estudiosos do assunto, porém, não falam de um novo campo, mas de uma interface entre educação e comunicação, sendo necessário resguardar as diferenças entre os dois campos. É o caso, por exemplo, de Bernardo Toro quando afirma que

Comunicação e educação são dois universos simbólicos, dois espaços de socialização e duas formas de intervenção social que interagem, mas são distintas. A comunicação não pode resolver os problemas da educação e a educação não pode resolver os problemas da comunicação (TORO, 2007, p. 27).⁵²

Neste sentido, a interlocução promovida entre educação e comunicação estaria ajudando a reduzir o fosso existente entre as realidades contemporâneas dos jovens e a

⁵² Uma das pesquisadoras em comunicação que têm criticado as concepções da Educomunicação é Mônica Fantin (2007). Para ela não é possível falar desta simbiose que interpenetra e indiferencia aquelas duas áreas do conhecimento. Como alternativa, a autora propõe a utilização do termo mídia-educação. Aqui, a presença do hífen demarcaria as fronteiras entre as duas disciplinas.

Escola, mas nunca a substituindo. O pensador italiano Antônio Gramsci viu as instituições educacionais como um dos grandes aparelhos responsáveis pela organização da cultura no seio da sociedade civil na disputa pela hegemonia político-cultural ou para utilizar os termos dele: para a “direção intelectual e moral” (1987, p. 13) da sociedade civil.

É necessário repensar estas proposições de Gramsci sob a luz da contemporaneidade onde uma das principais instituições das identidades coletiva da humanidade na modernidade, a escola, está em crise. Para Alves uma das saídas possíveis seria a valorização da diversidade cultural mediante a construção de “canais de comunicação e participação com franco acesso e franca liberdade de expressão a partir dos quais se dará o intercâmbio comunicacional entre diferentes identidades” (ALVES, 2007, p. 12).

Neste contexto de emergência do respeito às diferenças e de publicização das desigualdades, a Educomunicação, por meio do jornal estudantil, promoveria um **local** propício para a efetivação de alguns direitos fundamentais ainda não garantidos dentro da escola - como, por exemplo, a liberdade de expressão (SOUSA, 2005) - bem como a conquista de novos direitos – como a meia passagem intermunicipal. Além disso, a proposta de controle social da gestão educacional pelos jovens parece estar em sintonia com a afirmação de Gramsci quando o mesmo discorre acerca da necessidade de se criar uma escola que forme um jovem “como pessoa capaz de pensar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 1991, p. 136). Estar-se-ia gestando um espaço público.⁵³

A defasagem da escola frente ao mundo dos jovens é percebida também por diversos autores da comunicação e da cultura (MCLUHAN, 2003; ÁLVARES, ESCOBAR, DAGNINO, 2000; CANCLINI, 1997; MARTIN-BARBERO, 2008; FISHER, 1998) que, resguardadas suas divergências – às vezes diametralmente opostas – afirmam que, se o principal elemento de sociabilidade foi historicamente a escola, hoje é inegável o papel da comunicação neste processo. Os autores são ainda unânimes no que diz respeito à necessidade da incorporação das mídias no cotidiano estudantil, sob o risco de a escola continuar distante das reais vivências da juventude. Para tentar

⁵³ Voltaremos a este tema no próximo capítulo

ilustrar essa importância, sublinhamos duas linhas divergentes, mas que têm pensado em comum a atuação dos meios na escola.

A primeira diz respeito a Herbert McLuhan (2005) e seus predecessores. Criticado por fazer uma abordagem utópica dos Meios, McLuhan instigava os educadores a incorporarem as novas tecnologias de comunicação na sala de aula uma vez que, para o autor, seria indispensável à preparação dos jovens para a participação numa cultura pública saturada por estes meios. Nas palavras do teórico canadense:

Pela primeira vez na história humana, existem mais informações e dados fora da sala de aula ou da escola do que dentro delas [...] Qual seria, pois, o futuro da educação num mundo em que as proporções de informação se inverteram? No passado humano, o conhecimento e a informação eram maiores dentro da sala de aula do que eu fora dela, dir-se-ia que é possível também que a função da escola se tenha invertido, que a função da escola já não seja instruir, mas descobrir. (MCLUHAN, 2005, p. 127)

Muitas ressalvas podem ser feitas às considerações de McLuhan. Porém, nos deteremos brevemente a algumas que interessam ao objeto de estudo. Seus argumentos permanecem vinculados em nível de *informação* de dados que chegariam a todos sem a mediação da escola. Neste sentido o autor não faz qualquer diferenciação do que seja informação e formação. Uma vez que, o que nos chega hoje, principalmente via internet, são exatamente as “avalanches” de dados não selecionados, fragmentados e desconectados, ao ponto de alguns já falarem ao direito à não-informação (FISHER, 1998). Outra crítica que se faz à McLuhan e aos demais protagonistas da globalização é que eles tenderiam a propugnar uma visão a-crítica dos meios ao minimizar o papel monopolista das grandes corporações e maximizar a visão do mundo como uma Aldeia Global⁵⁴.

Numa linha oposta a de McLuhan, e defendendo a realocação crítica do papel dos meios de comunicação na sociedade, emergem os estudos de Martin-Barbero (2008) e Canclini (1997). Para este último autor

A maior parte das políticas culturais que os governos latino-americanos ainda realizam parece estar instalada nesta inércia burocrática [demonstrando] a incapacidade das

⁵⁴ Tom Wolfe, um dos defensores do pensamento de McLuhan, ao rebater as críticas a este conceito supostamente diz: “a aldeia global não era uma prescrição utópica. Na verdade ela poderia com a mesma facilidade tornar-se um banho de sangue. [...] aldeia global poderia reunir toda a humanidade para a carnificina tão facilmente como para qualquer outra coisa” (2005, p. 16). Ao falar isto Wolfe desautoriza a principal tese de McLuhan, pois ao dizer que a aldeia poderia se tornar qualquer coisa, desde uma comunidade hippie até um banho de sangue, ele está dizendo que o meio (no caso, a aldeia) “em si” **não** é a mensagem.

políticas para absorver o que está acontecendo na sociedade civil. Decorridos quarenta anos da apropriação da cena pública pelos meios eletrônicos de comunicação, que se convertem nos principais formadores do imaginário coletivo, os ministérios [de governo] quase nunca dizem ou fazem nada em relação às culturas urbanas modernas (CANCLINI, 1997, p. 247).

No Brasil, Fisher toma essa realidade analisada pelo escritor argentino radicado no México e a transforma em questão nos termos específicos de política educacional ao se questionar sobre o não-papel da escola na contemporaneidade:

É preciso dizer que os tempos são outros e que, como nos alerta Canclini, talvez estejamos vivendo uma época em que muitas das nossas inquietações sociais e existenciais acabam por ser capturadas e atendidas de forma bastante eficaz, não tanto pelos lugares convencionais de acolhida agregadora, como a escola, a família e até mesmo os partidos políticos, mas por instâncias maiores e mais complexas; absolutamente sem fronteiras, e que recebem o nome de Mercado, publicidade, mídia. Esses espaços estariam sendo mais ágeis e refinados em responder a nossas angústias, estariam falando mais enfática e produtivamente às pessoas do que outros lugares, como nossas salas de aula ou a privacidade de nossa residência. (FISHER, 1998, p. 426).

Emergem em todos os discursos, portanto, assim como em McLuhan e apesar da perspectiva diferenciada, a urgência de adaptação da escola a esta nova realidade. Entretanto, esta abordagem alerta, ainda, que seria ingênuo promover a simples incorporação das mídias de forma instrumental na escola, sob pena de se voltar à ilusão mcluhaniana de que o meio em si mesmo é uma força motriz de transformações sociais (MARTIN-BARBERO, 2004). Também sobre a redução da educação pela comunicação à dimensão instrumental, o autor salienta que esta atitude deixa de fora a parte mais estratégica do processo: as formas como a comunicação se insere no entorno educacional, visto que a mídia tornou este espaço descentrado com relação ao livro e à sala de aula e difuso em suas linguagens, informações e saberes.

Para tanto, a Educomunicação requer, no âmbito específico da escola, a compreensão da prática educativa para os meios (analisando-os), com os meios (utilizando-os) e através dos meios (produzindo-os). Assim, “Equipar-se com novos suportes técnicos não significa que a escola tenha compreendido a (sic) papel estratégico que tem a comunicação para a educação” (ALVES, 2007, p. 14).

Percebemos que emerge neste tipo de abordagem a questão arendtiana da criação do espaço público. Este não se constitui num espaço físico, fixo e dado *a priori*, mas vai existir no momento em os partícipes fundam um local do aparecimento e da visibilidade. Onde as questões são desprivatizadas e desindividualizada, ou seja, onde é

construído um mundo comum. Este é a forma específica de sociabilidade que se dá no espaço público e é regido pela pluralidade humana, quando muitos vêm a mesma coisa, mas de maneira diferente (TELLES, 1999). Para entender como toda a discussão acerca da mídia-educação se objetiva no cotidiano cearense, discorreremos, a seguir, sobre o contexto de emergência de sua principal fomentadora: a ONG Comunicação e Cultura.

2.3 Surgimento e Objetivos da ONG Comunicação e Cultura

O “Comunicação e Cultura” é uma Organização Não-governamental, juridicamente classificada como entidade civil sem fins lucrativos, fundada em Fortaleza - CE, em 03 de março de 1991. Segundo documentação disponibilizada pela instituição, a ONG é registrada em cartório - livro de pessoas jurídicas - no livro geral de contribuintes e no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA). É declarada de interesse público Municipal, Estadual e Federal⁵⁵ e foi, ainda, declarada de interesse público cultural do Estado; em 1998. Está inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social e participa da Associação Brasileira de ONGs – ABONG (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2004a).

A entidade é integrante ainda do Fórum Cearense de ONGs de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – DCA, do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Fórum de ONGs/AIDS. A instituição possui sede alugada, situada, desde a sua fundação, na Rua Castro e Silva, 121, no bairro Centro. Funciona de segunda à sexta, em horário comercial, de 8 às 18hs.

Apesar de ter sido fundada oficialmente apenas na década de 1990, os primórdios da ONG datam de 1987, ano em que os seus fundadores foram convidados pela Associação de moradores do Mucuripe para assessorar uma equipe de jovens que publicaria um jornal na comunidade. Após esse fato, realizou-se uma prolongada pesquisa-ação sobre mídia impressa popular, durante a qual foram acompanhados os trabalhos de mais de 30 grupos de editores no Ceará. Com o amadurecimento da proposta, já em 1991, surge a ONG Comunicação e Cultura e seu primeiro projeto: Jornais Comunitários Associados. Se durante a primeira metade da década de 1990 (1991 - 1994) o Comunicação e Cultura manteve-se com o objetivo de prestar assessoria aos mais diversos movimentos populares fortalezenses e da região metropolitana, com o

⁵⁵ Em 1992, 1998, 2004 respectivamente.

citado projeto, foi a partir de 1994 que a atuação da ONG passou a ser vinculada à promoção da Educomunicação no âmbito escolar.

Logo, a ONG aparece neste segundo momento como a responsável por suprir uma carência do Estado em determinada área educacional que, por ser nova, à época, não fazia parte do repertório daquela gestão governamental. Para Dagnino:

Em áreas sensíveis, onde o Estado não tem qualificação suficiente, o apelo às parcerias com a sociedade civil é freqüente [...] para aquelas ONGs cujas competências específicas se constroem incorporando às demandas de movimentos sociais organizados os direitos de grupos sociais marcados pela exclusão as parcerias são vistas como um instrumento para afetar a ação estatal na direção da expansão da cidadania (DAGNINO, 2000, p. 290).

Parece ser o caso da instituição investigada, pois, prevista como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's⁵⁶, a Educação para Comunicação que deveria ser trabalhada pelo Estado, por intermédio da capacitação de professores, é implementada no Estado do Ceará pelo Comunicação e Cultura. Como relata a Coordenadora de Gestão da SEDUC:

A gente pode dizer que quem mais deu este impulso da questão do jornal na escola, que é estratégia importantíssima na rede estadual foi o CeC [...] porque a gente tinha tímidas ações, mas assim, de um professor de linguagem, de um professor de língua portuguesa que puxava um trabalho do jornal, mas de forma muito artesanal, então o CeC ele entra com um projeto que aponta para um profissionalismo.⁵⁷

Mas este não foi um percurso instantâneo, em verdade, ainda em 1991 o projeto começa a ser demandado pelos estudantes de escolas públicas, e apesar de atendê-las minimamente, atuavam ainda numa perspectiva de jornalismo comunitário, como relatou o coordenador e sócio-fundador da ONG:

[havia] muita demanda de pessoas das escolas [...] Uma demanda que a gente não podia atender porque o projeto era comunitário [...] a gente tava a fim de atender, não podia atender porque não tinha financiamentos. Até que numa determinada hora apareceu o financiamento, apareceu a possibilidade de a gente negociar um financiamento e a gente começou a trabalhar [...] com o Projeto Clube do Jornal que naquele momento ainda era Projeto Clube do Jornal escolar. E [...] depois a gente encerrou as atividades na área comunitária [...] e nós ficamos só trabalhando com jovens.⁵⁸

No momento de transição para a criação do Projeto Clube do Jornal há ainda certa ambigüidade entre jornal ser escolar ou comunitário. Pois naquele momento a

⁵⁶ O PCN's são diretrizes gerais estabelecidas pelo ministério da educação, que definem a forma como escolas públicas ou privadas devem conduzir seus currículos.

⁵⁷ Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2006

⁵⁸ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2006.

ONG adentra a escola sem dar qualquer satisfação à administração educacional. Era uma publicação comunitária que, por sua vez, se inseriu o contexto da escola. De acordo com o Coordenador executivo do Comunicação e Cultura:

[quando] a gente criou o Clube do Jornal a gente levou para as escolas sem pedir autorização da SEDUC. Por que na realidade o que nós fazíamos era atender pessoas que vinham até aqui e pediam para implantar o jornal. A gente pegou essas pessoas pediu financiamento e tocou o projeto. A gente não tinha nenhum diálogo, nenhuma presença na escola, era uma extensão do trabalho comunitário que a gente fazia. Depois quando o Naspoline foi para SEDUC, aí a gente já começou a estruturar mais de dentro de política pública.⁵⁹

A entrada da ONG na SEDUC se deu pelo fato do Coordenador executivo do escritório do UNICEF no Ceará – importante financiador dos trabalhos do CeC- ter se tornado secretário de Educação do estado do Ceará. Face à necessidade de adaptar-se àquela nova realidade, onde deixa de ser um apoio (ao movimento popular) e passa a ter centralidade nas relações com o Estado (GONH, 1997) a ONG CeC redefine sua missão, na seguinte perspectiva:

Promover atividades e projetos junto às populações de baixa renda do estado, em especial os (as) adolescentes, com o objetivo de contribuir com a formação destes para atuarem de uma forma crítica na sociedade mais justas, igualitária e solidária, particularmente no que diz respeito ao envolvimento na esfera pública e o exercício de direitos. Utilizando como recursos a comunicação alternativa e a mobilização social (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2004a).

A citada instituição propõe, ainda, com esteio nada produção de mídia alternativa, – especificamente, o jornal estudantil-, a incorporação de alguns ganhos do Estado democrático de direito que ainda se apresentam precários no interior das instituições de ensino. Em especial na efetivação da liberdade de expressão. Sobre este assunto diz o coordenador executivo da instituição: “a liberdade de expressão [...] é uma forma expressiva da liberdade de imprensa é um direito fundamental que está sendo reivindicado desde o século XVII e é o fundamento da democracia”.

A ONG acredita estar contribuindo na formação de cidadãos cearenses pelo fato de ser a mediadora de um processo no qual não há assistencialismo e o jovem é visto não como problema, mas como solução. Este pressuposto, ancorado na metodologia do protagonismo juvenil⁶⁰, estaria ajudando na formação de um jovem autônomo, solidário

⁵⁹ idem

⁶⁰ Segundo um de seus maiores expoentes no Brasil, Antônio Carlos Gomes da Costa, o protagonismo juvenil é uma metodologia inscrita na tradição da pedagogia ativa, encerrando um conjunto de práticas e

e competente que atua nos espaços públicos por meio da publicação de um jornal. A entidade tenta refutar, portanto, as abordagens prevencionistas ou moralistas tipicamente utilizadas com este público.

O processo de mudança de público-alvo do Comunicação e Cultura foi decisivo no firmamento da “parceria” com o Estado. (SOUSA, 2006). Como vimos anteriormente, durante o início da década de 1990 e concomitante à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve todo um movimento de ampliação do número de instituições da sociedade civil que lidam com a problemática deste público. Neste contexto é que o Comunicação e Cultura deixa de lado o “*trabalho em comunidade*” para assumir esta nova demanda.

A entidade busca se afirmar, neste momento, como uma formadora de espaços públicos⁶¹ e gestão democrática na escola, conforme descrito em sua missão e em seu material educativo, a exemplo da “Folha Educativa nº. 2”, distribuída ao público-alvo, que ressalta:

Participar da vida pública (como por exemplo, da vida escolar) pode ser muito empolgante [...] precisamos [...] sempre agir pensando na função social do jornal e no respeito que todos merecemos (RAVIOLO & LIRA, s/d).

Os diversos documentos fornecidos pela instituição não esclarecem especificamente o motivo da adesão específica à metodologia da Educomunicação na escola. Entretanto alguns deles sinalizam a esse respeito. É o caso do chamado *Conceitual do Projeto Clube*, o mesmo justifica a opção pela escola pública estadual por acreditar que

Se há uma instituição que pode dar uma contribuição significativa para a solução dos problemas nacionais, essa é a escola pública. Trata-se de uma gigantesca estrutura cuja mobilização pode significar uma verdadeira transformação, qualificando adequadamente milhões de pessoas para o exercício da cidadania, o desenvolvimento pessoal e a vida produtiva. Porém, todos sabemos que estamos muito distantes deste sonho. (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b).

Ainda sobre a transformação dos jornais comunitários em estudantis, um dos fundadores e atual coordenador geral da instituição afirma que a atuação na área escolar

vivências que percebe o jovem como a solução e não o gerador de problemas, bem como, fonte de iniciativas e não apenas receptáculos delas. Nessa perspectiva, o Protagonismo Juvenil objetiva construir jovens autônomos, competentes e solidários. (COSTA, 2001).

⁶¹ Retomaremos este assunto no Capítulo III.

não apagou as raízes de “Educação Popular” construída durante anos de atuação diretamente junto às comunidades. Tal metodologia, segundo o coordenador, faz parte da identidade institucional do Comunicação e Cultura (COSTA, 1999).

A ONG acredita ainda que a escola brasileira, como aparelho tradicionalmente autoritário, não tem condições de dar, sozinha, respostas às demandas da modernidade. E dá ênfase ao “enorme capital humano” existente em seu interior, passível de ser trabalhado pela ONG. Este “capital humano”, fortalecido e capacitado, elevaria a escola ao estado de “escola de cidadãos” (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b). Em verdade, o PCJ é desenvolvido num Estado que foi tradicionalmente apropriado por elites portadoras de uma cultura patrimonialista caracterizada pela privatização do Estado e pelas relações de favor. Percebemos que esta tendência se enraíza não só nos discursos dos dirigentes, mas também dos dirigidos e dominados. Sobre esta questão, a ONG complementa:

Boa parte da população que frequenta ou está envolvida com a escola pública – alunos e pais de alunos – participam subordinadamente da cultura do clientelismo e da passividade política que ainda domina o Ceará. Isso explica a nosso ver, grande parte das dificuldades encontradas no processo de democratização da escola. Com efeito, como esperar que não-cidadãos tenham, de repente, um comportamento proativo e autônomo, nas instâncias de participação criadas pela reforma escolar? (correspondência enviada ao Secretário de Educação e ao Coordenador do escritório do Unicef no Ceará, 2001b).

Essa tendência é percebida, como diz a correspondência acima, dentro do próprio cotidiano escolar. A escola nunca foi tida como um dos espaços mais democráticos das sociedades modernas. A implementação da Educomunicação neste tipo de instituição vem questionar estas tácitas regras estabelecidas (o favor, o apadrinhamento) e contribuir para a efetivação da escola democrática. Neste processo, a ONG tem consciência do caráter pedagógico e conflituoso de sua proposta:

Como não poderia ser de outra maneira, a expressão pública de opiniões e reivindicações entra, não poucas vezes, em conflito com interesses pessoais ou corporativos de quem trabalha na escola ou, ainda, com a própria rigidez da instituição, gerando situações problema do tipo democracia e autoridade; liberdade e responsabilidade. (Comunicação e Cultura, 1999, s/p).

Para Coutinho (1994) esses interesses pessoais e corporativos são expressões da invasão da esfera pública por aquilo que Gramsci (1984) chamou de consciência “egoístico-passional”. Ou seja, o primado dos interesses privados em detrimento daquilo que é público. Como um espaço público e, por conseguinte, não se restringindo

apenas a mais uma metodologia, ou ainda a uma disciplina, a educação para a comunicação para se efetivar passa invariavelmente pela disposição dos sujeitos que atuam na escola em socializar poder, lidar com a crítica e aceitar como legítima a dimensão conflituosa das relações humanas. Em outros termos, ao realizarem o Jornal como produto e como processo, os jovens parecem não reproduzir passivamente os conteúdos debatidos pela escola ou mesmo pela ONG, estes são assimilados, reelaborados ou descartados tendo a partir das múltiplas mediações que se estabelecem nesses espaços, a saber: os integrantes do Clube, a direção da escola, os funcionários da ONG, demais alunos, religiosidade, movimentos estudantis, etc. Estas nuances serão analisadas no próximo capítulo, mas, antes, nos deteremos nos projetos desenvolvidos pela ONG e em especial no Clube do Jornal.

2.4 Programa e Projetos da ONG Comunicação e Cultura

O programa “Escola de Cidadãos” surgiu ainda em 1991 com a criação da ONG. Único programa desenvolvido pela Comunicação e Cultura até 2007⁶², sua concepção esteve sempre intimamente vinculada ao objetivo geral da instituição que é:

Formar jovens para a cidadania, atuando em escolas e outros espaços de aprendizagem promovendo o protagonismo [...] na melhoria do ensino público e das condições de vida nos bairros onde moram. Para isso atua na capacitação dos jovens e na viabilização de atividades de comunicação, principalmente a publicação de jornais alternativos. (SOUSA; ALBUQUERQUE, 2004, p. 02)

O programa se subdivide em dois projetos: Primeiras Letras e Clube do Jornal. O primeiro destinado às escolas de ensino fundamental e o segundo as de ensino médio.

Ente 2004 e 2005, o Projeto “Primeiras Letras” (PL) foi desenvolvido em aproximadamente oitocentas escolas públicas municipais nos seguintes estados: Ceará, desde 2000; Pernambuco, instituído em 2003 e Pará, desde 2004. Sua principal atividade é implementar o jornal em sala de aula, o qual está inserido no planejamento das escolas públicas envolvidas. Cada grupo de alunos na escola é responsável pela editoração de seu próprio jornal, escolhendo o nome, a periodicidade e a tiragem. O jornal é publicado no máximo uma vez por mês e distribuído pela própria escola. Cada aluno recebe um exemplar. (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005a).

⁶² Hoje o Programa foi reformulado e se chama: Programa Jornal escola.

O jornal escolar é utilizado como recurso pedagógico em sala de aula, garantindo visibilidade do trabalho da escola na comunidade. Seus objetivos estão intimamente vinculados à proposta de letramento e alfabetização. Este projeto é desenvolvido diretamente em parceria com as secretarias municipais de educação e absorvidos por estas em seus planos pedagógicos (SOUSA, 2005). Segundo folheto informativo da instituição (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005a), o jornal estaria ajudando a formar “consensos sociais”, bem como a recepção crítica dos meios de comunicação.

A sustentabilidade do PL é feita de três formas. Ela é auto-intitulada de co-responsabilidade financeira, onde há a participação tanto do poder público, como da sociedade civil e, também, do meio empresarial. Vale lembrar que neste momento institucional, apesar das restrições ao termo “Terceiro Setor”- vide a declaração feita pelo coordenador do CeC citada anteriormente sobre o tema -, a ONG afirma orientar sua sobrevivência numa perspectiva de co-gestão entre os ditos primeiro, segundo e terceiro setores da sociedade: Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Analisamos em outra investigação (SOUSA, 2005) como o processo de negociação nos municípios, para recebimento de recursos, se dá mediante um longo e difícil diálogo. Notamos que, em algumas cidades, a parceria é subordinada à “sensibilidade” do gestor municipal na compreensão da importância do projeto. Entretanto, as diversas estratégias de captação de recursos⁶³ utilizadas pela ONG permitiram na época que a alguns municípios que não estabeleceram convênio com o projeto, participassem das atividades sem nenhum prejuízo para as escolas. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú. A ONG entende que o pressuposto fundamental para continuidade do projeto na escola seja a existência do grupo e a disposição deste em fazer o jornal estudantil. Neste sentido, Maracanaú,

⁶³ O “Comunicação e Cultura” tinha, em 2004, convênios firmados com o Poder Público nos âmbitos municipal, estadual e federal, com empresas privadas e públicas e com outras organizações nacionais e internacionais. As parcerias eram estabelecidas com: UNESCO; UNICEF; Secretaria da Educação Básica do Ceará; Secretaria de Cultura e Desportos do Ceará; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Coordenação DST/AIDS); Instituto Ayrton Senna; Instituto C&A de Desenvolvimento Social; Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Fundação MacArthur; COMDICA; AVINA; CEPIMAR - Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão; SINTERÔNIBUS - Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo; Intermunicipal e Interestadual do Ceará e UNDIME. E também tinha o apoio da Ashoka, Lei Estadual de Incentivo à Cultura e do PRONAC (SOUSA E ALBUQUERQUE, 2004).

mesmo sem a prefeitura estabelecer qualquer tipo de contrapartida, possuía, em 2004, alguns dos jornais mais antigos, cujas fundações datam do projeto em 1994.

A equipe institucional do projeto Primeiras Letras (PL) é responsável pela articulação com as secretarias e a capacitação dos educadores no desenvolvimento do Projeto nas escolas. Os professores-coordenadores são profissionais da rede pública responsáveis pelo jornal da escola. Participam de encontros periódicos de avaliação e planejamento, onde trocam experiências com outros coordenadores do projeto na escola. São ainda capacitados para a editoração eletrônica ou diagramação manual das matérias produzidas em sala de aula. Feito o jornal, este é enviado à ONG parceira no Estado, para a impressão. Atualmente, todos os jornais são impressos na gráfica do Comunicação e Cultura (SOUSA, 2005).

Estes professores não recebem nenhum acréscimo em seus vencimentos ou qualquer espécie de contrapartida e são responsáveis, ainda, pela captação de recursos, através de uma contribuição obtida pela venda de espaços na publicação aos comerciantes locais. O estímulo à “*responsabilidade social*”⁶⁴ das micro-empresas circunvizinhas é efetivado através da emissão do certificado “*estabelecimento amigo da escola*”, ofertado aos patrocinadores da publicação. O terceiro eixo de sustentabilidade do projeto é promovido pela própria ONG, que complementa o recurso com apoio de agências de financiamento nacionais e internacionais, patrocinadores e vendas de serviços.

Como pudemos perceber, o desenho do projeto é voltado para alunos de ensino fundamental, em sua maioria crianças, que como tais, têm a dependência em relação ao educador como característica principal. Neste sentido, o jornal se volta mais para os processos de aquisição de habilidades relacionadas à escrita, à leitura e à comunicação dentro da sala de aula, fazendo-se indispensável - ao contrário do Clube do Jornal - a presença do professor como mediador de todos os processos.

⁶⁴ Fenômeno disseminado no Brasil durante a década de 1990 que se caracteriza pelo chamamento às empresas privadas a assumirem ações frente à questão social. Geralmente estas encolhem apenas uma temática a qual vinculam as suas imagens para desenvolverem seu *marketing social*. Paiva (2003) nos lembra que estas “empresas cidadãs” investem dinheiro proveniente dos impostos que ela deixou de recolher por conta de leis de incentivo. Entretanto Durão afirma que é necessário separar as instituições que são “simples parasitas” daquelas como GIFE e Instituto Ethos que, segundo o autor e diretor geral da ABONG, estão voltadas para a “inclusão social e para a promoção de um desenvolvimento sustentável, numa perspectiva sócio-ambiental” (DURÃO, 2004: 1-2).

2.4.1 O Projeto Clube do Jornal

Se o Projeto “Primeiras Letras” (PL) é uma ação que ocorre, sem maiores conflitos, não podemos dizer o mesmo do projeto em que deteremos nossa investigação: O “Clube do Jornal” (PCJ). Este tem seu foco não na leitura e a escrita, mas na viabilização da liberdade de expressão nas 123 escolas estaduais de Ensino Médio dos 31 municípios atendidos por suas atividades no Ceará.

O projeto fora inicialmente chamado “Clube do Jornal Escolar”. Porém, como exposto por uma informante da ONG, por haver confusão em relação à autonomia do projeto frente à escola, em especial às suas diretorias, retirou-se o adjetivo “escolar”. Enfatizou-se, assim, o termo “*jornal na escola*” em contraposição ao “*jornal da escola*”. Logo, a publicação deixa claro que não pode ser apropriada pelo núcleo gestor, pois não “*é da escola*”. Ainda sobre o resguardo da autonomia da publicação em garantir a efetivação do protagonismo juvenil, a entrevistada ressaltou a extinção da figura do “*professor-facilitador*” – responsável pela mediação do processo de feitura do jornal – contratado pela instituição para acompanhar e facilitar os processos grupais na escola. A coordenadora enfatiza, ainda, o contexto em que aquela função foi extinta do projeto:

Eu não estava aqui na época que tinha um professor, alguém que na realidade era para animar o grupo. O que aconteceu com o passar do tempo? Esse professor acabava influenciando o grupo. Quando tinha uma matéria que ia causar polêmica, o professor era tencionado a tirar essa matéria porque quando o jornal saísse ele seria pressionado pela direção da escola [...] e aí o Clube do Jornal percebeu isso e tirou essa figura do facilitador.⁶⁵

Para preencher o vazio criado pela ausência de um educador no projeto, a ONG criou a função de Assessor Pedagógico contratado pelo próprio Comunicação e Cultura. A chegada deste profissional na escola se dá de distintas formas e varia de acordo com a existência do grupo na escola e a simpatia (ou não), previamente apurada, por parte da coordenação em relação ao jornal. Como veremos nos capítulos a seguir, a recepção do projeto na escola depende muito da predisposição da direção e do núcleo gestor em dividir poder naquele local.

A presença do assessor parece facilitar ainda o trabalho da maturidade com os jovens, bem como os processos e discussões ocorridas dentro do grupo e junto à direção

⁶⁵ Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2006.

das escolas. O educador teria a função de alertar os jovens sobre até que ponto eles tinham razão em determinados assuntos. Segundo uma ex-participante do Jornal *Tanakara*, esse educador junto ao grupo era fundamental uma vez que em alguns momentos havia o que a mesma caracterizou como “paranóia” ou “síndrome de perseguição” por parte dos jornalistas estudantis daquela escola em relação aos educadores.

Pudemos perceber também quando o grupo de estudantes não existia, o profissional da ONG era o responsável por contatar previamente o núcleo gestor da escola para fazer uma mobilização nas salas de aula apresentando o projeto em linhas gerais e divulgando a chamada “reunião de apresentação” da proposta do jornal. Tivemos oportunidade de acompanhar diversas destas atividades e percebemos a recorrente indagação de diversos estudantes no sentido das vantagens materiais que o jornal lhes traria. Nos próprios termos deles: “o que é que eu vou ganhar se eu participar?”. Transparecendo, assim, toda a cultura de recompensa financeira que é tradicionalmente vinculado a projetos sociais mais assistencialistas que propriamente políticos. O esclarecimento de que os “ganhos” em se participar dos jornais não se traduzem em vantagens monetárias de curto prazo faz uma espécie de triagem inicial dos alunos que minimamente se identificam com a proposta do projeto e não com a expectativa de contrapartidas financeiras. Quando o grupo já existe na escola, esta atividade de mobilização é repassada aos seus integrantes que produzem suas próprias estratégias de divulgação.

A “Reunião de Apresentação” era outro momento onde se discutia o projeto com maior profundidade. Nela os assessores da ONG apresentavam os “passos” para a concretização da edição ao mesmo tempo em que faziam o levantamento das expectativas dos integrantes. Percebemos que num primeiro momento as motivações apareciam difusas e imprecisas sendo as respostas mais recorrentes: gostar de se comunicar; gostar de escrever; talvez querer ser jornalista. Segundo o ex-coordenador do jornal *O verbo*, a entrada da maioria dos alunos se dá pela curiosidade de saber de que se trata a proposta da ONG:

A grande maioria [...] vai para reunião para saber como é. [...] no primeiro momento quando me foi apresentado o jornal não foi a liberdade de expressão [que me motivou a participar]. Não foi isso porque na realidade eu nem conhecia. Foi pelo simples fato de

que [...] eu poderia fazer alguma coisa, fazer algo melhor. E esse algo era escrever. Então foi um espaço e uma motivação para escrever mais.⁶⁶

Raramente este momento de entrada no jornal aparece como algo relacionado à possibilidade do jornal em transformar o cotidiano político e cultural da escola. Este ponto é levantado apenas quando o jornal é associado e/ou confundido com o Grêmio estudantil. Como explicita uma informante do jornal *Liberdade Jovem*:

Eu participei do grêmio. Também a gente tentou unir as duas coisas ao mesmo tempo o grêmio e clube do Jornal. Era tanto que os mesmos participantes do clube do jornal eram os participantes do grêmio. A gente tentava conciliar o grêmio com o jornal⁶⁷

Veremos, nos capítulos seguintes, esta ambigüidade da relação entre estas duas instituições que possuem estatutos distintos.

Desde seu início, a proposta de fazer o jornal não aparecia como algo fácil, assistencialista ou tutelada. A afirmação de Paulo Freire, citada anteriormente, acerca da “aventura do conhecimento” para a comunicação e a educação se coaduna com as impressões de diversos jornalistas estudantis que diante das mais rigorosas adversidades empreenderam os jornais. Como nos disse o ex-coordenador do Jornal *O verbo*, sobre a participação no Projeto Clube do Jornal:

Ali era aventura. E eu acredito que ainda seja isso. Comunicação é fazer com que as informações se comportem como uma aventura. Por que [...] um jornal pode ser uma aventura para quem lê. Uma aventura para entrar numa discussão que não conhecia. Um aventuras para ir atrás dos direitos que não lhes eram assegurados porque agora você sabe que pode ter. Eu acredito que seja um despertar. Talvez a palavra também não seja nem aventura. Mas que seja um despertar para você fazer algo que você não fazia antes. É se aventurar numa nova experiência.⁶⁸

Esta experiência parece ser regada pelo fôlego de resistência dentro de estruturas de escolas que se apresentam aquém das necessárias para o desenvolvimento de atividades extra-classe, e, por conseguinte, para torná-las mais atrativas. Manter aceso esse gosto pela curiosidade criativa e criadora na mídia estudantil não é uma questão fácil. Sobre o tema, o jornalista estudantil continua:

Eu acredito que o jornal poderia ir até onde ele quisesse se houvesse mais estrutura [...] Se fosse um colégio com o CEFET que dá a oportunidade de isso tudo [refeitórios e vestiários] eu acho que o jornal poderia fazer o que ele quisesse. Você não poder ficar o

⁶⁶ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

⁶⁷ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

⁶⁸ Entrevista concedida em 05 de março de 2008

dia inteiro no colégio porque você vai sentir fome, você vai estar sujo e porque não vai haver a estrutura para você fazer o que você quer fazer [...]. Então você se supera todo dia meu amigo. É preciso amar para poder superar tudo isso, todo dia. E sem ganhar nada financeiro em troca. E só a vontade de você por sua idéia no mundo e poder melhorar o mundo por causa disso.⁶⁹

Estas afirmações ganham maiores proporções se levarmos em conta que o “*superar tudo isso, todo dia* nos remetem a um monólogo de Clarice Lispector em seu romance *Água-Viva*, quando a narradora-personagem desabafa ao falar sobre o processo de superação das adversidades: “Quiseram que eu fosse um objeto. Sou um objeto. [...] Sou um objeto que cria outros objetos e a máquina cria a nós todos. Ela exige. Mas eu não obedeco totalmente: se eu tenho que ser um objeto, que seja um objeto que grita.” (LISPECTOR, 1998, p. 79). Fazer jornal aparece vinculado, nos discursos dos jovens, com essa necessidade de dizer-se e de ruptura com o cotidiano escolar.

Por tudo isso é que, passada a euforia inicial, as reuniões seguintes as de apresentação do projeto tendiam a se dar com menos participantes. Segundo os informantes, a maioria destes integrantes deixava de ir por falta de identificação com o projeto e com a dinâmica das atividades extra-sala. Eles revelaram, contudo, que havia pessoas que deixavam o jornal por imaturidade: não gostar de algum participante, se desvincular após perceber que o nome não foi publicado em um expediente etc. Todavia, a questão da falta de infra-estrutura física na escola aparecia mais uma vez como um dos principais elementos dificultadores do desenvolvimento das atividades e da permanência dos jovens no grupo. Sobre este assunto, o ex-participante do *Jornal O verbo* conclui:

Eu acredito que essa história de diminuir [o número de componentes do jornal] é justamente por essa falta de estrutura [na escola]. É muito complicado você sair da aula 11:40 [e dizer]: ‘Ei vamos para reunião, vamos decidir a pauta hoje’. É muito complicado. Então a falta de estrutura de um clube faz com que realmente fiquem [...] quatro, cinco pessoas.⁷⁰

Nestes termos, não é de se estranhar que as questões da má conservação das instalações das escolas ou da ausência de equipamentos básicos fossem temas recorrentes nas publicações.

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Idem

Para capacitar aqueles que permaneciam nos grupos, a ONG promovia diversas oficinas divididas entre técnicas e temáticas. As técnicas dizem respeito à organização, diagramação, pauta etc. A Oficina de Organização era voltada para a divisão dos cargos obrigatórios no grupo estudantil. É desta época a afirmação, por parte do CeC, de que qualquer aluno pode participar do jornal, sendo único critério de participação a presença regular nas atividades, recomendando que as outras pessoas com participação descontínua sejam chamadas de colaboradores. Constituiria, ainda segundo a ONG, um erro grave proibir arbitrariamente a participação de qualquer aluno. Esta sugestão foi utilizada pelo jornal *Tanakara* que à época da investigação passava por problemas de organização interna, como registramos em diário de Campo:

a oficina de organização foi realizada com objetivo de descentralizar ações e atividades do grupo e reorganizá-lo. Vale ressaltar que este grupo se apresenta problemático, visto que há uma cisão interna: a coordenação do mesmo com os demais participantes, bem como uma tendência centralizadora por parte das [coordenadoras] acima citadas [...] As deliberações básicas em relação ao critério de sócio do projeto foi: cumprir as atribuições demandadas, participar regularmente das atividades (a ser definido posteriormente em outra reunião, quantitativamente o critério), ter direito a voz e voto. Por sua vez foi decidido que o “colaborador” poderia ter presença esporádica no grupo, porém com direito apenas a voz e não voto.⁷¹

Existia ainda, na oficina de organização, a divisão das funções entre os membros dos grupos. Os diversos cargos pareciam denotar uma relação de poder dentro do grupo e um elemento de distinção dentro da escola, como também registramos em Diário de Campo:

As coordenadoras [do jornal *Tanakara*] expuseram a problemática do grupo dizendo que ‘os participantes ocupamos cargos por *status* e não fazem nada’ – segundo uma das mesmas. Disseram ainda que há uma centralização consciente das atividades nas duas [coordenadoras] porque se for o contrário o grupo pára.⁷²

Estes cargos, além de revelarem um status dentro da escola, foram fundamentais para a interlocução do “clube” com a ONG. Destacamos aqui as três funções essenciais para o andamento do projeto: O Coordenador - responsável pelos estágios de toda a edição, articula reuniões. Geralmente era o mais experiente - o moderador ético e o tesoureiro. As duas últimas funções se apresentavam como propostas para evitar a centralização de poder do coordenador, havendo com todas elas uma interlocução constante com a Ouvidoria do Projeto na sede da ONG.

⁷¹ Anotação feita em diário de campo, 12 de abril de 2004.

⁷² Anotação feita em diário de campo em 13 de abril de 2004

O moderador ético era o aluno responsável pela leitura ética do jornal antes de sua publicação, verificando se as matérias estavam de acordo com o Código de ética do jornalismo estudantil. Quando, mesmo depois desta leitura, a Ouvidoria detecta algum problema ético no jornal, o educador entrava em contato com o moderador para que o mesmo encaminhasse a resolução da questão. O discurso institucional do Comunicação e Cultura sobre este “*Código de Ética*” é pautado na construção de um “*pacto*” entre CeC e o “Clube” na escola, estando baseado, intrinsecamente, numa espécie de “*contrato escolar*”⁷³.

É no código de ética que os princípios norteadores do “projeto político-cultural” da ONG aparecem de forma privilegiada. O mesmo determina que os jornais devam promover os Direitos Humanos, não podem ser utilizadas para promoção pessoal ou partidária, concedem direito de resposta na mesma edição. Não publicam textos anônimos, publicam prestação de contas e declaram tiragem (RAVILOLO e LIRA, S/D).

A outra figura de importante interlocução junto à coordenação do projeto naquela época era o Tesoureiro. Este aluno era responsável pela administração das finanças, publicação dos gastos e está à frente da captação de recursos para a publicação. Entretanto, esta captação não é – nem poderia ser- a única fonte de financiamento do Jornal. Na realidade, a ONG cobre cerca de oitenta por cento do custo das edições.

Todas as atividades do PCJ eram organizadas num eixo de sustentabilidade semelhante em alguns aspectos ao do Primeiras Letras. Contudo, por trabalhar majoritariamente com escolas públicas estaduais, a parceria com o poder público se dava no âmbito estadual. Este fornecia recursos à instituição pagos em duas parcelas via SEDUC.

Atualmente, as relações com o governo do Estado estão fragilizadas devido ao não repasse das verbas orçadas desde 2005. Este fato impulsionou o PCJ a buscar outras estratégias para a continuidade do Projeto, como por exemplo, a aproximação com a

⁷³ Retomaremos estes aspectos no Capítulo III ao analisarmos a relação do grupo na escola com a ONG e em especial na polêmica questão da ouvidoria.

prefeitura municipal de Fortaleza e também a proposta de implementação do jornal digital, via Ministério da Educação.⁷⁴

Assim como no PL, as micro-empresas circunvizinhas à escola também eram chamadas ao engajamento no discurso de “responsabilidade social”. Este se confirmava, inclusive, no material didático da instituição, especificamente na folha educativa nº5 denominada “O comerciante do bairro é um parceiro do jornal”. No material, encontram-se dicas de como conduzir o pedido de patrocínio ao proprietário. Conforme explicitado nos documentos do PCJ:

3. Seja claro com o anunciante: ‘estamos fazendo um jornal para melhorar nossa escola e nossa comunidade. Para evitar as drogas e a violência. O senhor pode apoiar-nos com pouco custo. Será muito para nós. 4. Além de praticar um ato de cidadania, o comerciante que apóia o jornal faz um bom negócio (RAVIOLO e GOMES, S/D.).

Além capacitar o jovem para lidar com esta situação a ONG disponibilizava também uma carta dirigida aos comerciantes assinada pelo seu coordenador geral que reafirma o mesmo discurso da folha educativa, a saber: o exemplo de cidadania ao apoiar um projeto onde “jovens que querem um Brasil melhor [...] trabalham sem outro lucro que não seja a satisfação de serem pessoas do bem” (RAVIOLO e GOMES, S/D).

A estratégia da ONG aparece aqui em sintonia com a visão da realidade com base em um terceiro setor que encerra em si “a gratidão, o amor, a compaixão e a solidariedade, numa perspectiva individualizada [...] que mobilizam as iniciativas [...] na produção de bens e serviços públicos” (ALMEIDA, 2004, p. 92). Contudo, a “pobreza” existente no Ceará encarna um dos principais empecilhos à publicação das edições, especialmente no interior: a ausência de estabelecimentos que apóiem o PCJ. Esta é uma das principais dificuldades expostas pelos jovens quando os assessores pedagógicos visitam as escolas e presentes em todos os discursos dos entrevistados.

Cria-se ainda um discurso junto aos jornalistas estudantis de que esse patrocínio do jornal não é um favor, mas uma “parceria” e que o jornalista estudantil deve entrar de cabeça erguida no diálogo com o anunciante (RAVIOLO e GOMES, SD.). De fato, além das relações de solidariedade, o anúncio no jornal é *um negócio*, uma venda de

⁷⁴ Analisamos em outro momento os limites e as possibilidades da interlocução entre A ONG Comunicação e Cultura e a Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Para maiores informações, vide Sousa (2005).

espaços na publicação, uma vez que o *sentimento de responsabilidade social* ainda é pouco difundido entre os micro-empresários cearenses. Logo, como afirmamos em um outro momento (SOUSA, 2005), a instituição, percebida de uma forma macro e atingindo mais de 1200 jornais, pode ser um forte impulsionador da *Cultura da Responsabilidade Social* em nosso estado.

Além destas atividades de autogerência e relativa autonomia dos grupos nas escolas, o CeC promove, periodicamente, encontros denominados intercâmbios gerais de experiência que reúnem os grupos de Fortaleza e Região Metropolitana para discutir a situação dos jornais em si e abordar temáticas referentes às publicações. Como o nosso município investigado é o de Maracanaú, região metropolitana, utilizamos aqui também as anotações do que foi observado nestes encontros e nas capacitações técnicas promovidas pela ONG.

Estes encontros eram programados no sentido de consolidar perspectiva do jornal como um possível veículo renovador da vida escolar que tenciona a efetivação dos direitos conquistados pela democracia dentro da instituição educacional. Não é por acaso que esta afirmação está contida no documento conceitual do projeto, a saber:

Para ser verdadeiramente democrática e participativa, a escola precisa urgentemente incorporar à relação educador-educando as conquistas básicas do Estado democrático de direito. Assim como a nossa sociedade, no plano macro, necessita de um novo contrato social, a escola, no seu rico e complexo microcosmo, demanda um novo contrato escolar. Se isso não acontecer, continuaremos reféns do binômio autoritarismo x permissivismo (COSTA in COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b, s/p).

A ONG CeC compreende o PCJ como um propugnador destas novas relações entre discente e docente. O jornal na verdade aparece como um complemento a outros dispositivos de orientações públicas desenvolvidos, tais como: a gestão colegiada, as eleições diretas para direção, a formação de conselhos escolares ou de pais e mestres e o próprio grêmio estudantil.

Não só a ONG, mas a própria SEDUC também produz este discurso. Afinal, o Governo do estado do Ceará não só reconhecia o Clube do Jornal como o financiou no decorrer dos seus dez primeiros anos (1994-2004) sob o argumento de que o jornal era um dos mecanismos de controle de sua política de educação pelos estudantes. Nos termos da Coordenadora de Gestão da SEDUC, em 2005:

Não dá para falar de gestão participativa se o maior segmento dentro da escola, que são os estudantes, está desorganizado [...] e aí o Clube do Jornal trabalha a questão da criticidade, da proximidade entre aluno e diretor. ‘Os jornalistas [estudantis] fazem essa ponte entre os alunos [...] o diretor às vezes acha que [...] não precisa estar comunicando as ações que estão sendo desenvolvidas e aí entra o jornal [...] é ali que eles [os alunos] começam a perceber o que acontece na escola e a exercer o controle social, através do próprio Clube do Jornal, da política pedagógica da escola [...] E o jornal, já ele em si é uma prova de como o trabalho vem sendo desenvolvido’⁷⁵.

A concepção de gestão democrática da escola parece de alguma forma facilitar o trabalho de inserção do clube do jornal naquelas instituições. Mas, se por um lado, no âmbito da SEDUC/sede, há esse esclarecimento em relação ao Projeto, por outro, o mesmo nem sempre ocorrerá dentro das escolas. Também na pesquisa anteriormente citada (SOUSA, 2005) nos deparamos com diversas situações que revelavam uma série de resistências por partes das diretorias das escolas em relação ao jornal, frente aos pais dos jornalistas estudantis e demais membros da comunidade escolar. Nestes espaços, o conflito tende a aparecer mais uma vez como algo ilegítimo. Assim comentou a coordenadora do PCJ nos anos de 2004 e 2005:

Os profissionais de educação que estão na escola, muitas vezes não entendem o projeto, a natureza do projeto. Já ouvi muito de diretores ‘para que esse jornal?’; ‘esse jornal só serve para esculhambar a gente’. Já ouvi muito de diretores de escolas e professores que não gostam do projeto pela natureza dele que é de denúncia, de fazer críticas, críticas muitas vezes construtivas de mostrar a realidade da escola, de tornar pública a realidade da escola, do sucateamento mesmo da escola pública [...] se a escola pública quer ter um aluno crítico, ela tem que se familiarizar com a crítica e a escola tem que receber as críticas sim e daí se construir o diálogo do diretor com o aluno, professor com o aluno e não ficar só no discurso vazio de que a escola diz que é crítica, mas quando os alunos fazem críticas os professores e os diretores não aceitam.⁷⁶

Aparece aqui mais uma vez o tema da reflexão qualificada dos estudantes que produzem o jornal alternativo e da recorrente crítica dos educadores a este respeito. Ou seja, até que ponto a escola quer um aluno crítico? Sobre o assunto a informante do jornal *Tanakara* afirma que quando o jornal pautava os problemas da escola a situação não era das mais tenazes:

O jornal ter uma posição política tudo bem. Mas não uma posição política que desagrade ao gestor. Que vá diretamente ao encontro do que está acontecendo dentro da escola. É muito bom você falar da Igreja católica, das posições atrozés da igreja católica, mas lá do Oriente Médio. Que não tem nada a ver com a nossa realidade. [...] Era mais ou menos isso. A gente dizia que tem uma posição política com um direcionamento e eles diziam

⁷⁵ Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2006.

⁷⁶ Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2006.

‘ótimo, maravilhoso é isso aí’. Mas quando a gente voltava esse posicionamento político para as questões práticas da escola eles se sentiam muito ofendidos.⁷⁷

Ressurge a questão já apontada de algumas reações de núcleos gestores que personalizam e tomam como ofensa pessoal os temas vinculados nas publicações relativos às problemáticas da instituição escolar.

A tentativa de construção de um diálogo democrático dentro da escola redundava na intenção de edificar-se nessa instituição um espaço público, que só pode ser construído pela ação e pelo discurso, vinculada à pluralidade humana. Por outro lado, a tentativa de supressão deste *lócus* significa, para Telles (1999), a dissolução do “*mundo comum*”, com conseqüências radicais nas experiências humanas em sociedade, pois ao jogar para “*debaixo do tapete*” a realidade da escola pública, limitando-se as decisões aos gabinetes das direções ou ainda manipular os órgãos colegiados, escamoteia-se um lugar que poderia ser, por excelência, o lugar da visibilidade e do aparecimento: o espaço público. Lugar onde se realiza a luta simbólica pelo poder de atribuir significados ao mundo social. Para Bourdieu, essa luta se dá na destruição do consenso intuído ao redor do poder simbólico.

A destruição deste poder de imposição simbólica radicado no desconhecido supõe a tomada de consciência do árbitro, quer dizer, a revelação da verdade objectiva é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia [...] e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele e que encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (2005, p. 15).

O Clube do Jornal parece tender para esse questionamento do poder instituído e ao mesmo tempo disputar uma nova hegemonia sob a forma da batalha de idéias em diversas instituições que compõem a sociedade civil maracajuense dentro e fora da escola. Toda essa teia de relações e disputas macro (financiamentos, “parcerias”, gerenciamentos de recursos) e micro (relações dentro dos grupos, nas escolas, na ONG) delineia discursos e práticas que englobam e transcendem os “passos” formalmente apresentados pela ONG para a concretização do jornal:

⁷⁷ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

CAPÍTULO III:

JORNALISMO ESTUDANTIL NA ESCOLA: CONSTRUINDO E DISPUTANDO ESPAÇOS PÚBLICOS

“É difícil defender,/ só com palavras, a vida [...] mas se responder não pude/ à pergunta que fazia,/ ela, a vida, a respondeu/ com sua presença viva./ E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar de seu fio,/ que também se chama vida,/ ver a fábrica que ela teimosamente, se fabrica”

João Cabral de Melo Neto: Morte e vida severina

Neste capítulo pretendemos abordar as questões referentes a algumas daquelas “práticas de negociação” referidas na introdução deste trabalho e que atuam na criação do jornal estudantil como um possível espaço de interlocução dentro da escola. Para tanto interpretamos as percepções dos jovens acerca da produção e das interações que se estabelecem para a concretização do mesmo.

Propomo-nos refletir sobre o jornal estudantil a partir da interlocução que este estabelece com o Estado (e neste capítulo, imediatamente, com a escola) visando o monitoramento da política Pública de Educação na escola ao mesmo tempo em que pretende construir e re-significar práticas e discursos político-culturais dentro daqueles estabelecimentos de ensinos.

Neste momento nos deteremos às negociações estabelecidas entre os jovens do jornal e os dois principais educadores que atuam na escola, a saber: o núcleo gestor e a ONG. Compreendemos a ONG como um dos atores que interagem na escola principalmente via a figura do assessor pedagógico. Vale lembrar que este é o profissional contratado pelo Comunicação e Cultura para acompanhar o cotidiano dos grupos nas diversas instituições de ensino onde o projeto se encontra.

Embora a relação inter-jovens, como grêmio *versus* jornal, por exemplo, também se realize em alguns casos dentro dos limites da escola, decidimos por abordá-la apenas no próximo capítulo, no qual dedicamo-nos às formas de organização e associativismo deste público. Por hora iniciaremos nossa discussão delimitando o que entendemos por espaço público.

3.1 Conceituando espaço público

Uma das propostas do Projeto Clube do Jornal é acompanhar a coerência entre discurso e prática dos agentes que atuam na escola. Ou, nos termos que vimos anunciando, tem o objetivo de tencionar a gestação de espaços públicos. Para tanto sentimos a necessidade de delimitar como compreendemos estes espaços. Desde já destacamos que percebemos a formação destes espaços sempre no plural, uma vez que são permeados por contradições, ambigüidades e descontinuidades que, por sua vez, reforçam aquela idéia de “teia de relações”. Sendo estas de caráter permanentemente aberto, reconfigurável e sujeitas inclusive à possibilidade de não-efetivação. Para nos ajudar a interpretar os processos de constituição desta teia utilizamos Hannah Arendt e alguns seus intérpretes contemporâneos.

Arendt (2002) já apontava sua discussão sobre espaço público nos últimos parágrafos de *As origens do totalitarismo* quando discute o fato de os fenômenos nazistas e stalinistas, mesmo com toda a habilidade na destruição da espontaneidade e na produção de comportamentos miméticos, não conseguiram destruir a natalidade, a capacidade de emergência do novo no seio da sociedade.

Embora ainda não utilize explicitamente o termo espaço público, a autora argumenta que aqueles governos não possuíam o controle total do nascimento (do vir a ser) que cada novo homem/mulher representa. Neste sentido, sempre segundo Arendt, os homens nascem para estrear um novo começo sob a terra. Um “novo” que se faz viável apenas devido à possibilidade de ocupação dos diversos locais públicos, que como tais, estabelecem a interlocução entre os seres humanos dotados de fala. É neste sentido que a escritora alemã finaliza aquela obra sombria, a saber, dizendo um sim à natalidade:

Permanece a verdade de que todo fim da história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única ‘mensagem’ que um fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est*- ‘o homem foi criado para que houvesse um começo’ disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós (2002, p. 531).⁷⁸

⁷⁸ É interessante perceber que no Brasil, em termos de literatura, essa percepção foi tematizada sob a ótica da juventude na, hoje, clássica obra de Caio Fernando Abreu, *Morangos mofados*. Nela podemos perceber a referência a este “novo começo” ininterrupto e peculiar à Condição Humana. Como diz um de seus

Ancorada nesta percepção da capacidade do homem de instaurar um novo início sobre a terra, Hannah Arendt desenvolverá sua teoria da *Vida Activa*. Para ela é somente no espaço público que se efetiva a condição humana. Esta significa dividir com muitos o mundo e poder confrontá-lo. Surge então a necessidade da pluralidade. Ou seja, “um pensamento que se pretende autêntico, que não dá crédito aos ‘muitos’, não aceita o desafio da pluralidade que permanece necessária à *condutio humana*” (SAFRANSKI, 2000, p. 443).

É neste momento que a noção de poder de Arendt se aproxima com a de hegemonia em Gramsci. Nela o poder não é aplicado nem armazenado, mas criado. É a capacidade de agir em concerto. Para que esta ação se faça é preciso um consenso daqueles ‘muitos’ os quais nos referimos anteriormente. Este poder é limitado apenas pela “existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder corresponde antes de mais nada, à condição humana da pluralidade” (ARENDRT, 2001, p. 36). Esta pluralidade vai marcar o espaço público arendtiano onde os seres vivos dotados de fala discutem e agem.

De forma semelhante Martin-Barbero nos lembra que Gramsci atravessa os *Cadernos do Cárcere* discutindo as disputas pela hegemonia que se estabelecem no seio da sociedade civil, ao afirmar que “não há hegemonia [em si mesma], mas [...] ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num ‘processo vivo’, feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação de sentido pelo poder de sedução e de cumplicidade” (BARBERO, 2008, p. 112). Ou seja, aqui, como em Arendt o poder não é simplesmente detido, mas derivado de uma relação.

Se Martin-Barbero afirma que o Poder/hegemonia se faz não só de força, Hannah Arendt vai além desta proposição ao afirmar que a “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência” (ARENDRT, 1994, p. 41). Nesta perspectiva a violência pode ser justificável no uso, por exemplo, do aparelho coercitivo do Estado, utilizando o termo de Gramsci, mas nunca será legítima. Só quem precisa e pode ser

personagens: “uma história nunca fica suspensa, ela continua no que se interrompe, ela é cheia de pontos finais” (ABREU, 2005, p. 50). Esta obra, assim como *As origens do totalitarismo* de Hannah Arendt, é perpassada por um clima sombrio e tem um desfecho que dá luz à natalidade, ao novo. Aqui, os morangos mofados são os sonhos contraculturais da geração de 68 que acabam, no final da obra, por ser substituídos por “vivos morangos vermelhos”, por um novo começo. Analisamos as convergências entre o pensamento destes escritores em Sousa (2007).

legítimo é o poder, este “emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa surgir-se” (ARENDR, 1994, p. 41).

Em nossa interpretação é, portanto, a hegemonia, com suas articulações acerca dos consensos em torno dos “negócios humanos”, que vai gerar o que Arendt chamou de o sexto sentido da comunidade humana: o mundo comum.

Não utilizamos o termo “negócios humanos” por acaso. Para Arendt (2001) a “fragilidade dos negócios humanos” é a mais profunda característica do mundo onde estão inseridos os indivíduos modernos. Sem referências para a orientação de seu agir na contemporaneidade, os homens estariam obrigados a enfrentar a problemática da convivência sem as garantias antes oferecidas pela tradição e pela religião. Tendo por base esse contexto Telles nos lembra que “se ambas [a religião e a tradição] perderam sua credibilidade no mundo moderno isto acarretou ao mesmo tempo [...] a perda da autoridade que o passado tinha sobre os homens e na qual [eles] se apoiavam (1999, p. 30)”.

Na modernidade os homens estariam sem critérios seguros de ação no mundo e de discernimento. Telles (1999) afirma que aqui a questão central de Arendt é saber em **que** pode se apoiar o discernimento para uma vida civilizada uma vez que vivemos mundo secularizado e desencantado (para utilizar a expressão de Weber). Este é o dilema do homem moderno, pois a convivência humana a partir de então tende a ser pensada em seus próprios termos, ou seja, sem pressupostos transcendentais ou das tradições.

Para Telles (1999) ao se questionar e relativizar estas “regras” da tradição ou da religião, os homens passam a depender inteiramente da contingência do conviver humano e, sobretudo, da capacidade de construir e partilhar um “mundo comum” derivado desta convivência. O “mundo comum” seria aquele “sexto sentido” que possibilitaria o estabelecimento da comunicação com os demais e a experiência da pluralidade humana. Arendt (2001) aproxima-se aqui mais uma vez da noção de hegemonia em Gramsci (1987), a saber: a capacidade de dirigir intelectual e moralmente grupos ou classes sociais.

O compartilhamento do mundo ou, nos termos próprios da autora, a construção do “mundo comum” conferiria ao homem aquela capacidade de orientação sobre a terra. Este “mundo comum” seria o espaço de discussão da medida do justo e do injusto que, por sua vez, transcende o conjunto de regras e técnicas rigorosas e científicas, apesar de não excluí-las. É ainda erigido dele o espaço público de interlocução, onde os seres sociais, dotados de **discurso** e da **ação** disputam a capacidade de dar significado ao mundo e, por conseguinte re-construírem permanentemente aquele mesmo “mundo comum”.

Arendt aprofunda essa questão ao discutir o fenômeno do Nazismo na Alemanha e em especial no julgamento de Eichmann em Israel, 1961. A banalidade do mal é a categoria que a citada pensadora coroa como ponto de chegada da ausência de um “mundo comum”. Aqui a medida do justo e do injusto é dissolvida e massacres cometidos contra seres humanos são institucionalizados. Como argumenta Telles, Eichmann não cometeu crimes contra o Estado, pois estava respaldado pelas legalidades. Daí viria “a dificuldade até mesmo de tipificar juridicamente o crime cometido. Pois não se tratava de um delito passível de ser qualificado com referência ao Estado, à lei ou a alguma norma consensual estabelecida” (1999, p.33). Arendt mapeia então uma época onde todos os valores foram subvertidos. Tempo em que o espaço público é devastado e os homens promovem a fratura entre o legal e o legítimo. É nesse contexto que se revela o significado da ‘fragilidade dos negócios humanos’ num mundo onde as fronteiras que distinguiam a barbárie e a civilização apresentam-se incertas, sem garantias e frágeis (TELLES, 1999).

Hannah Arendt voltaria ao modelo da polis grega para mostrar que foi a extinção (ou o retraimento) do espaço público que mergulhou o homem naqueles “tempo sombrios”. Segundo a autora foi a experiência totalitária que levou ao extremo o dilema da modernidade: a exigência de se pensar o convívio humano a partir de seus próprios termos. Ou seja, a história da modernidade seria a história da dissolução do espaço público. Sennett (1988) caminha nessa perspectiva ao relatar o desgaste crescente da vida pública e das organizações democráticas no século XX. O escritor critica ainda a fuga para a intimidade e a privatização ou o que ele veio a chamar de “narcisismo moderno”.

Alinhada à abordagem de Sennett, Arendt (2001) resgata a noção de privado na acepção dos gregos onde este “significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa e até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do Homem” (2001, p. 48). Era como se o indivíduo completamente privado não fosse inteiramente humano. A autora pontua ainda que esta noção muda substancialmente com o advento do moderno individualismo onde a privatividade será o local do íntimo. Logo, a ascensão da sociedade de massa é quem deflagra o que Arendt chamou de “fenômeno do conformismo” como característica do último estágio da evolução moderna. Ainda nesta direção a autora afirma:

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis exclui a possibilidade da ação [...] ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (2001, p. 50).

Esta ausência de espontaneidade foi, para a pensadora alemã, a principal característica que definiu de forma exacerbada de retração - e por vezes extinção - do espaço público germânico. A ascensão destes comportamentos previsíveis – como já falamos, levados às últimas conseqüências na sociedade total – vai ser uma das características do declínio daquele homem público. Seguindo outra abordagem, Lukács já apontava esta questão em seu “existencialismo ou Marxismo?” de 1947:

O homem que vive num mundo fetichizado não pode vencer o vazio interior senão por uma espécie de embriaguez contínua [...] ele **não poderia reconhecer que foi a perda de todo contato com a vida pública, [...] que lhe inspirou a necessidade de embriaguez permanente** (1979, p. 78- grifos nossos).

Por métodos e concepções teóricas distintas Arendt e Lukács chegam a conclusões semelhantes: a perda do público empobrece a vida em sociedade. É tendo em vista estes pressupostos que a noção de espaço público em Arendt se efetiva. Telles (1999), ao analisar tal formulação, diz que antes de tudo o espaço público é o local do **aparecimento e da visibilidade**. Visibilidade esta que constrói o mundo humano:

Para nós a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. [...] até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os delírios do coração, os deleites dos sentidos - vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que e até que sejam transformadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornar-se adequadas à aparição pública (ARENDR, 2001, p. 59-60).

De imediato esta parece ser a característica principal do jornalismo estudantil na escola: trazer à luz questões por vezes negligenciadas. Não é à toa que ela (a escola) será uma das temáticas mais visadas pelos jovens nas publicações. A abordagem dos problemas daquela instituição num veículo de comunicação permite a relativa despersonalização, ou nos termos de Arendt, a desindividualização dos temas tratados. Embora nem sempre ocorra desta forma. Analisamos estes processos no tópico subsequente.

3.2 Tensões entre jornalistas estudantis e núcleo gestor escolar

Pouco antes das férias escolares de julho em 2004, os jornalistas estudantis do *Liberdade Jovem* publicavam um situação que julgavam completamente imprevista. O editorial daquela edição relatou o ocorrido:

Um fenômeno inesperado aconteceu após nossas últimas edições, pois o nosso jornal que antes era bem aceito pelo núcleo gestor e um pouco rejeitado pelos alunos, acabou se invertendo. Isso aconteceu desde que começamos a tratar de assuntos relacionados aos problemas da escola (jornal *Liberdade Jovem*, nº 05, p.01).

A imprevisibilidade da reação dos atores escolares diante do jornal pode ser considerada como uma realidade típica de um espaço público formado, ou em vias de formação. Afinal, a relação como os gestores, que havia começado amistosa, mudara completamente suas configurações em um intervalo de seis meses, ou ainda, de três edições.

Esta mudança de postura nem de longe se assemelhava aos relatos esdrúxulos vivenciados anteriormente por outros jornais, tais como aqueles já citados aqui (jornais queimados, suborno de alunos etc.). Contudo, mesmo não tendo vivenciado uma experiência mais explicitamente constrangedora todos os informantes desta investigação relatam e tomam para si, como parte de uma espécie de “história comum”, aquelas situações de constrangimento relatadas em outros jornais, em outros tempos. Veremos a seguir que, frente às tentativas de ingerência por parte dos educadores da escola sobre o jornal, os estudantes erigem muitas de suas argumentações e estratégias de ação a partir da “memória coletiva” tecida pelos relatos de experiências conflituosas ocorridas no passado. Constitui-se, assim, uma espécie de “narrativa comum” que estimula e tece estratégias de atuação caso venha a emergir alguma situação similar àquelas.

A perpetuação das histórias de emergência do jornalismo estudantil nas escolas do Ceará mais que uma simples repetição de acontecimentos aparece como geradora de elos entre os diversos jornais. Este fenômeno poderia ser visualizado privilegiadamente quando a ONG promovia os encontros estaduais para o intercâmbio de experiência. Nestes, além do relato de situações problemáticas vivenciadas pelos jovens no presente, era possível ver também o constante resgate de uma espécie de matriz-do-passado para elucidar, e por vezes guiar, as ações do presente. Chegando ao ponto de alguns jovens desejarem vivenciar aquelas experiências já incorporadas ao “folclore” do jornalismo estudantil, como nos relata o ex-integrante de *O verbo*:

Nunca houve discussão e era meu sonho que houvesse. Eu amava ouvir dos adolescentes nos intercâmbios que ‘a direção queimou o meu jornal’ que ‘a direção trancou o meu jornal numa sala’ e eu morria de vontade que isso acontecesse. Mas nunca aconteceu. A relação [com a diretoria] sempre foi muito boa.⁷⁹

Somente o espaço coletivo dos próprios jornais é capaz de conservar este tipo de memória, também coletiva, da ação na escola. Memória que não se reduz a uma nostalgia em relação ao passado, mas que configura, ou pelo menos aponta estratégias de ação. É o que Arendt (2001) chama de preservação da ação contra o esquecimento. Esta preservação, mediada pela palavra, é o que garante a continuidade do espaço público. Espaço que só tolera o que for acordado como relevante e digno de ser incluído nesta memória coletiva. O que não fosse assim cairia automaticamente na esfera privada ou no esquecimento.

É neste sentido que os estudantes tomam para si aquelas narrativas de conflito vivenciadas anteriormente por outros jornalistas estudantis e as incorpora no sentido da explicitação e consolidação da imagem do jornal como um instrumento combativo que vem, ao longo dos anos, enfrentando conflitos e disputando poder principalmente junto àqueles educadores menos familiarizados com a crítica da gestão escolar.

Aquelas narrativas que conseguem se perpetuar acabam por fundar uma tradição que não é apenas a continuação do passado no presente, mas a criação de registros e signos através dos quais é permitido o contar de uma história e novas ações, tendo por base as vivências passadas. Para Arendt (2001) esta narração é uma das mediações que permite a durabilidade do “mundo comum”.

⁷⁹Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

O conhecimento desta “história comum” parece ser um dos motivos que impulsionam os jovens ao “empoderamento” de sua autonomia jornalística frente à escola. A consciência desta “tradição” e de que o jornal é uma publicação livre parece relativizar as relações de poder entre educador e educando quando estas se apresentavam de forma mais assimétrica. Como no caso do jornal *Liberdade Jovem*:

Era como se fosse uma ditadura dentro da própria escola. Eles diziam que se a gente falasse mal do colégio eles iriam acabar com o jornal. Aí eu dizia: ‘não você não têm o poder de acabar com o jornal porque o jornal é livre. E coordenadora ameaçava. [...] Eu não sei o que é que eles viam na gente que era aquela perseguição de querer acabar com o jornal na escola. Eles não gostavam do jornal.’⁸⁰

A precariedade artificial dos significados do “público” em nossa sociedade ou ainda sua indistinção com o privado vai redundar numa verdadeira simbiose entre “direito e favor”, “cidadania e privilégio”, “indivíduo e pessoa”. Da Matta (1997) atribui essa indiferenciação ao fato de, no Brasil, o *status* de cidadão ter sido historicamente construído como uma posição inferior. Num país onde a mediação quase universal é o favor (SCHWARZ, 2003), o cidadão é aquele não possuidor de privilégio. Este cidadão assume então, a figura do “indivíduo” subordinado às leis ou às regras sociais, não podendo transgredi-las, sob o risco de punição legal. Ao contrário disto, emerge a figura da “pessoa”, como momento predominante de identidade social. Quer dizer, no Brasil os seres sociais são reconhecidos pelas suas relações pessoais e pelas formas como articulam a detenção de privilégios. Nestes termos, não é de se estranhar que muitas daqueles conflitos gerados pelo jornal sejam tomados de forma pessoalizada. Para Da Matta não há, como na sociedade federalista norte-americana, a tradição de indivíduos que possuem como pré-suposto a igualdade.

O autoritarismo hierárquico ainda convive com a intenção democrática dentro de algumas escolas. Da Matta (1997) afirma, ainda sobre esta questão, que quando estas hierarquizações vêm seu *status* posto em cheque, por meio da transgressão de uma hierarquia, proferem a indagação: “Você sabe com quem está falando?”. Tal expressão é utilizada para demarcar a distância entre os supostos “superiores” e “inferiores”, respectivamente os mandantes e receptores de ordens, dirigentes e dirigidos. Foi possível perceber que, nas escolas pouco familiarizadas com esta tendência à horizontalização das relações de poder, esta assertiva é proferida e repetida

⁸⁰ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

exaustivamente aos adolescentes responsáveis pelo jornal. Tal fenômeno parece demonstrar que o jornal estudantil tenciona reconfigurações na cultura política escolar ao criar um *locus* sem a presença direta dos educadores ou membros dos Núcleos Gestores. Vale ressaltar: cria-se o “mundo comum” que permite a diversidade de discursos, interpretação e ações no cotidiano estudantil.

É interessante perceber como aqueles dois exemplos de convivência - dos jornais *O verbo* e *Liberdade Jovem* e seus respectivos educadores - com os problemas escolares no cotidiano institucional ganham caminhos distintos em relação às suas soluções de acordo com o teor da relação “direção e jornal”. No caso do primeiro jornal, que revelou não possuir interferências dos gestores, muitas vezes o problema já estava resolvido antes mesmo do jornal ser distribuído:

Se você tem uma boa relação com a direção e o banheiro do colégio sempre está sujo. Você faz um texto sobre o banheiro, você vai pedir o direito de resposta na mesma edição [...] [e então o diretor diz]: ‘não se preocupe que a gente vai mandar limpar o banheiro’. Quando o jornal sai o problema do banheiro sujo já não existe mais.⁸¹

A presença de um órgão de comunicação público no colégio é uma forma de “catalisar” a resolução de demanda por parte dos estudantes, pelo menos aquelas mais imediatas como conserto de bebedouros, limpeza das salas, etc. Na realidade dos jornais investigados, o resultado é que a maioria das reivindicações, excetuando-se o *Liberdade jovem*, é respondida antes mesmo de ser publicizada na impressão. Se por um lado o problema é resolvido, por outro os estudantes reclamam que o jornal se torna obsoleto. Nos termos do entrevistado: “perde o impacto”.

O caso do *Liberdade Jovem* constitui uma exceção. Lá, as demandas apresentadas na publicação ainda assim eram em sua maioria vistas como críticas pessoais. Dentre diversos episódios relatados e veiculados nas publicações, estão as cobranças pela divulgação das verbas orçadas e gastas pela escola e a questão da sala de “multimeios”. Esta seria, segundo os jovens do jornal, ocupada de forma indevida pelos demais alunos que a teriam transformado numa espécie de sala de recreação. As ilustrações veiculadas no jornal deixam claro como deveria ser o clima neste espaço:

⁸¹ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

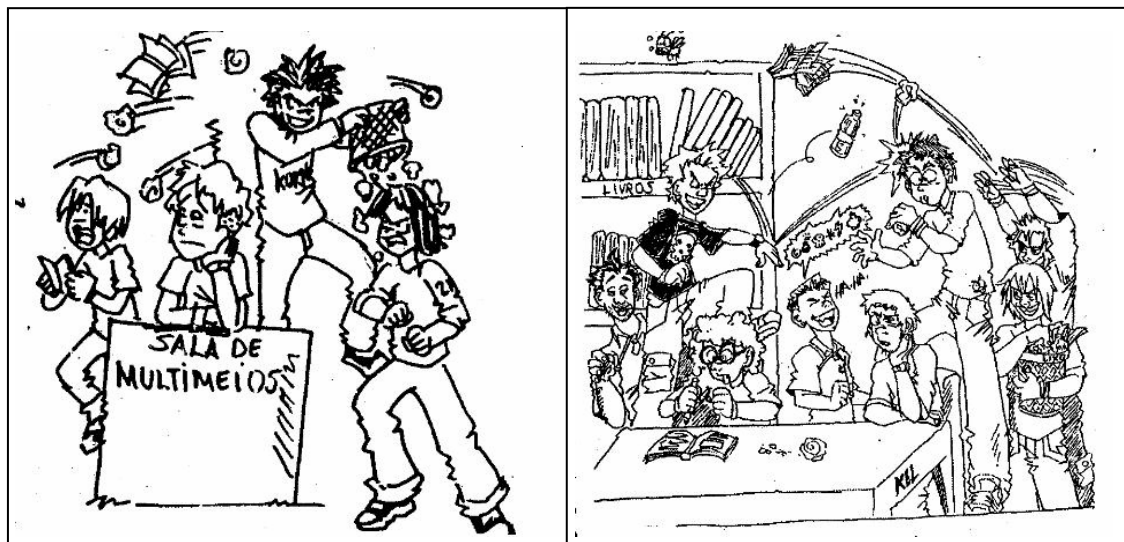


Figura 2

Figura 3

Como se pode ver, o fato é polemizado na edição de abril, sob o título de “Na mira: lotação no multimeios” (matéria ilustrada pela figura 2) e retorna em novembro com o título de “Tudo de novo: multimeios” (ilustrada pela Figura 3). As conseqüências do episódio foram relatadas da seguinte forma pela então coordenadora do *Liberdade Jovem*:

a pessoa que atendia na multimeios disse que ia processar o jornal porque a gente tinha falado mal da multimeios. Ela passou um tempão sem falar com a gente. Depois voltou, mas aí disse assim: ‘para mim o jornal morreu’ e que não era para a gente falar esse tipo de coisas. Ela disse que ia processar todo mundo, tentando intimidar a gente.⁸²

Uma característica do jornal *Liberdade Jovem* que permite esse acompanhamento/controlado dos encaminhamentos dados às demandas é a periodicidade constante da publicação que conseguiu publicar cinco edições em 2004. Enquanto que a média geral nas escolas investigadas foi de 2,8 edições no mesmo período. Talvez este seja um indicador que mostra o porquê das sucessivas polêmicas com a direção: a presença efetiva do jornal na escola.

Entretanto, essa “institucionalização” lá dentro tem aquela característica do nunca definitivo do espaço público, com seus refluxos e recuos. Como revela a entrevistada daquela escola: “a idéia do jornal morreu depois que a gente saiu do colégio no final de 2005. A gente não conseguiu tipo deixar discípulos. O que é muito triste porque a gente

⁸² Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

queria que tivesse continuado”⁸³. Mostrando que aquela “história em comum” (as experiências anteriores, bem sucedidas ou não) não está garantida em sua perpetuação e repasse.

Além das questões da instabilidade de participantes, havia também o questionamento da capacidade dos jovens em estarem reportando fatos nos jornais de forma coerente, como nos revelou pelo jovem do jornal *GAMPH*:

O colégio Flávio Pontes era muito pequeno e aí eu tinha feito uma matéria denunciando a coordenação de gestão da SEDUC por conta que não estava sendo passado recurso para o colégio estar se mantendo, se estruturando. E algumas pessoas do núcleo gestor achavam que eu estava criticando os funcionários da escola. [...] Eles tomavam como uma crítica pessoal. É tanto que algumas pessoas me chamaram de sensacionalista. Que eu estava inventando estórias, que não era aquilo.⁸⁴

Em ambos os casos, do *Liberdade Jovem* e do *GAMPH*, segundo os informantes, houve a argumentação de que aquele jornal iria para a SEDUC e que não seria interessante para a escola a veiculação daquele tipo de assunto. Sendo que um dos objetivos do jornal é exatamente este: mostrar a realidade escolar pela ótica do estudante. Não é sua meta ser uma espécie de relatório extra-oficial para a SEDUC, mas antes permitir que uma realidade restrita aos muros da escola, e conhecida quase sempre por intermédio do discurso oficial dos gestores possa ser vista por demais ângulos. Para Arendt, é essa capacidade de visualização de uma mesma realidade a partir de diversas perspectivas o que garante o seu estatuto de existência, bem como a emergência do espaço público:

A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado [...] Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouve de ângulos diferentes [...] o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe é permitido uma perspectiva (2001, p. 67- 68).

Logo, a ação humana só é possível quando a uma realidade é permitida ser visualizada por diversas perspectivas. Assim, nada do que existe poderia aparecer no singular. É o que a autora chama de pluralidade, sendo esta a capacidade dos homens de fazerem apelo ao “senso comum” e construir coletivamente a referência de orientação

⁸³ Idem

⁸⁴ Entrevista concedida em 8 de julho de 2008

no mundo, prevenindo-se, assim, do encapsulamento da vida privada (TELLES, 1999).

Nos termos de Arendt:

O único atributo do mundo que nos permite avaliar sua realidade é o fato de ser comum a todos [...] graças ao senso comum, é possível saber que as outras percepções sensoriais mostram a realidade e não são meras irritações de nossos nervos, nem de uma reação de nosso corpo (ARENDDT, 2001, p. 229).

São o reconhecimento e a experiência dessa polifonia que exigem a criação de um espaço próprio para o discurso e ação dos sujeitos. As opiniões deles seriam publicizadas exatamente via o diálogo público das questões que assim pretendem se apresentar. Emerge aqui a dimensão fundamental da comunicação como mediadora deste processo, posto que, “se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens, este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável” (TELLES, 1999, p. 45). Distinto, portanto, das experiências subjetivas e pessoais. Em outros termos: diferentes das experiências privadas.

Este diálogo público, entretanto, possui outras configurações que também limitam a ação naquela micro-esfera dentro da escola. Uma dessas limitações é a questão de até onde o núcleo gestor consegue resolver os problemas da escola, principalmente quando eles são de ordem de financiamento material. Um exemplo emblemático, embora pareça trivial, é quando a fotocopadora da instituição quebra. A temática é apresentada em matéria publicada na 21ª edição do jornal *Tanakara* sob o título “Mais uma vez sem xérox”. Como já afirmamos em outro momento (SOUSA, 2005), se tais limitações orçamentárias impostas pelo Estado não forem socializadas junto aos estudantes, poderá haver o “encurralamento” da gestão escolar entre a cobrança do jornal e a parca verba orçada pela SEDUC. Tais dificuldades financeiras nos são apresentadas pela coordenadora de uma escola estadual sob um contexto no qual a alternativa viável é procurar as chamadas “parcerias” com órgãos privados:

Há as dificuldades financeiras, a falta de autonomia da escola, dificuldade no quadro de funcionários defasado, dificuldade de funcionários que pedem licença de saúde e não tem substituto, uma máquina de xérox que passa um ano inteiro sem papel. Então são muitas dificuldades que a escola enquanto instituição pública enfrenta [...] Como nós não temos condições realmente diretas do órgão que seria o responsável pela instituição, que é o governo diretamente responsável, então a gente busca as parcerias. Eu vejo as parcerias

com uma alternativa. A escola não pode parar por que a máquina de xérox quebrou, por que não tem papel⁸⁵.

Tais “parcerias” não são, entretanto, apreendidas de forma acrítica pela profissional entrevistada: “eu me preocupo muito com essa idéia de colocar na cabeça da gente a história de ‘amigo da escola’, a história do trabalho voluntário por que isso está tirando o direito do cidadão de ter a sua função e ser remunerado”⁸⁶. Note-se que a gestão escolar está longe de ser uma correia de transmissão das idéias difundidas pela gestão estatal, neste caso específico, pela SEDUC (e sua defesa indiscriminada em favor das “parcerias”). Ou seja, a postura da professora se apresenta em oposição ao chamamento que aquela secretaria fomentava em torno da simples substituição das responsabilidades do Estado pela iniciativa privada. Como vimos, isso não impede, contudo, que os gestores nas escolas se dirijam aos órgãos privados “em nome” da continuidade das atividades da escola.

Outros empecilhos se põem frente à proposta de monitoramento da política de educação. Eles dizem respeito ao acesso a dados do Estado e até mesmo a viabilidade de interpretação deles por parte dos jornalistas estudantis. Esta realidade mais ampla de gestão de Estado, gerenciamento de política pública e orçamento para educação tende a aparecer de uma forma mais fluida nos jornais, sem a mesma objetividade que é possível perceber quando as publicações tratam das questões mais imediatas da escola. Talvez, como nos diz um informante do jornal *GAMPH*, pelo próprio processo de maturação do aluno que produz o jornal estudantil e a compreensão das questões mais amplas em relação a uma política pública:

Então a gente não tinha uma maturidade de parar para ver e ter uma perspectiva de não só abranger a escola [imediatamente]. Por que a partir do momento que a gente tentava ir além a gente tinha um trabalho bem maior, tinha que ter uma discussão bem maior. Então a gente às vezes era limitado às questões da escola. [...] O problema é esse. Nesse intuito de ir além a gente precisava ter uma responsabilidade no conteúdo do que iria ser publicado e a gente muitas vezes não se sentia preparado para discutir com as problemáticas mais amplas que queria levantar. De saber quem está fazendo aquilo, quem é o responsável [por aquela questão no âmbito do Estado]. E a gente ainda era estudante.⁸⁷

Neste momento a ONG entra em cena para orientar seu público alvo com cursos, capacitações, oficinas. Contudo mesmo os jovens, dentro de suas possibilidades,

⁸⁵ Entrevista concedida em 06 de janeiro de 2006

⁸⁶ idem

⁸⁷ Entrevista concedida em 8 de julho de 2008

também punham em movimento os assuntos para além da realidade atomizada de suas escolas. Um exemplo é que este mesmo jornal *GAMPH* foi um dos divulgadores, ao viabilizar em suas páginas as denúncias sobre o sumiço de material permanente de uma outra escola próxima que também possuía o jornal. Graças ao jornal, o caso foi parar na Ouvidoria do Estado e os envolvidos terminaram por ressarcir os danos – materiais – provocados à escola. A matéria do jornal Polivalente reproduzida no *GAMPH* dizia:

Galera, o assunto é sério. Nos últimos dias, nosso jornal [*Polivalente*] recebeu algumas denúncias de irregularidades e desaparecimentos em nossa escola com base em depoimentos de funcionários e membros do conselho escolar (Patrícia – secretária, Joelson – presidente e Isabel e D. Félix- conselheiras). As irregularidades são: Desaparecimentos: Material do laboratório: autoclave, destilador, dorso anatômico do corpo. Audiovisual: 01 TV 20”, 02 videocassetes, 01 DVD (o qual foi retirado da sala da direção), segundo o Conselho, o Coordenador financeiro afirma que este foi emprestado, mas não sabe a quem. *Ausência de boletins de ocorrência dos materiais desaparecidos. Falta de Transparência: [...] não foi feita a prestação de contas para a SEDUC, o que impede que a escola receba novos recursos. Realização de licitações: o conselho ou a comunidade escolar não foi consultada; corte de árvores da escola, feito pelos próprios funcionários que ainda receberam R\$ 600,00 para retirar as árvores que faziam sombra para os alunos da manhã e da tarde. Essa iniciativa fere ao Plano Estadual de Educação que ao contrário da ação diz: ‘cada escola, um jardim’, incentivando o verde na escola. [Ações] contra os preceitos da gestão participativa e democrática na escola [...] Com a palavra o Coordenador financeiro: uma cópia da matéria foi enviada para o núcleo gestor em 04/11 afim de que o direito de resposta fosse utilizado pelos mesmos e entregue até o fechamento desta edição (05/11) o que infelizmente não ocorreu [...] o direito de resposta referente a esta matéria poderá ser utilizado na próxima edição⁸⁸

A matéria citada corrobora com a tese apresentada aqui de o jornal tende a formar uma espécie de “observatório” da política de educação na escola. O incentivo à prática jornalística parece propugnar o olhar investigativo sobre aquela realidade, rompendo com a “educação bancária” enunciada mais acima por Freire (1996) e promovendo aquilo que Káplún (2007) chamou de passagem da “consciência ingênua” para o desenvolvimento de uma capacidade própria de relacionar, deduzir e elaborar sínteses. Na matéria, a argumentação dos alunos se baseia tanto em dados empíricos (sumiço, ausência de boletins de ocorrências), como também no confronto destes dados com os pactos pedagógicos e de gestão previstos, no Plano Estadual de Educação e na proposta de descentralização das decisões através do fomento à participação nos órgãos colegiados etc. Percebe-se que na matéria não há textos anônimos e os atores são nomeados. Há ainda o direito de resposta com a possibilidade dos interpelados contestarem o argumento, visto que os sujeitos envolvidos tiveram acesso à matéria

⁸⁸ Escrito por Renan William, Evanir Freire, Rafaely e Beatriz Freire. Publicado na 14ª edição do *Informativo GAMPH* em dezembro de 2004.

antes de sua publicação. Retomaremos este último tema – o direito de resposta - no próximo tópico deste capítulo.

Na época, embora tenha conseguido se candidatar ao cargo de direção em outra escola, um dos envolvidos nos sumiços foi derrotado nas urnas. Talvez pela publicização dos acontecimentos. Sobre o episódio, o mesmo jovem ex-integrante do *GAMPH* relata:

A gente tinha muita proximidade com outros jornais e estava acontecendo alguns problemas porque os jornalistas do Polivalente estavam sendo chamados pela direção por conta da matéria [de denúncia] que iria ser publicada. Então o pessoal do Polivalente nos chamou para estar criando este vínculo. Então a gente decidiu em conjunto que iria publicar aquela matéria. O que se queria mesmo era que as matérias do Polivalente fossem publicadas no maior número de jornais possíveis [...] E a gente achava que era importante publicar aquela matéria até para ser exemplo para outras escolas. Que elas percebessem que não éramos simplesmente um jornal. Como algumas pessoas falavam que o projeto era um jornaleco. Não era. Era um jornal que tinha um cunho social. Para mostrar o que tinha de certo e errado nas escolas E [especificamente neste caso] para mostrar que o jornal tinha essa função de denunciar.⁸⁹

Uma das estratégias dos estudantes de Maracanaú era consolidar a idéia de que nas escolas havia um instrumento de monitoria e que, por sua vez, este instrumento se coligava a outros jornais estudantis na tentativa de formação de uma rede de informações que fortificasse a credibilidade do que estava sendo escrito. Estes intercâmbios de informações e de jornais ocorriam privilegiadamente nos encontros promovidos pela ONG entre os grupos de jovens. Nestes encontros as experiências vivenciadas nas diversas localidades e realidades do estado do Ceará eram socializadas.

É importante percebermos que Telles (1999), ao refletir sobre a noção de espaço público em Hannah Arendt, argumenta que sem um espaço onde homens sejam ouvidos e vistos e possam ouvir e ver os outros a liberdade de expressão equivale à liberdade dos loucos uma vez que nada do que eles pensam pode importar a alguém. É interessante perceber que esta compreensão aparece no discurso de um dos entrevistados embora não elaborada exatamente desta forma:

É muito importante essa história da liberdade de expressão. Só que eu acho que não é só isso. Não era para ser. [...] É um conceito massa, mas **existe algo que precisa ser acrescentado á liberdade de expressão**, Eu não sei se a palavra é credibilidade, mas parece que as pessoas confiam menos [...] eu não acredito que só a liberdade de expressão possa trazer essa credibilidade. Eu acho que [o que trás essa credibilidade é] o

⁸⁹ idem

compromisso com essa liberdade de expressão no que diz respeito à qualidade de texto, a qualidade de informação.⁹⁰

O jovem parece falar da ausência ou contingência de um *lócus* que promova a organização – no sentido de ponto de convergência e também no sentido gramsciano de legitimidade, organicidade – e publicização das idéias. Sem ele a liberdade de expressão dentro da escola não passa de um jargão da retórica, letra morta na lei. É então que Arendt (2002) vai exaltar o direito à opinião. Para ela, a maior privação dos direitos humanos é quando se nega ao homem não o direito de pensar, mas de opinar e de agir. Ele estaria assim, privado de um local no mundo onde se tornem significativas as opiniões e efetivas suas ações. Esta ação, para Arendt, é o atributo efetivamente humano do ser social. Privá-lo dela é privá-lo da própria condição humana. Em seus próprios termos:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens [...] Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação (2001, p.31).

Aqui Arendt (2001) retoma as bases da filosofia aristotélica do homem como *Zoom politikon*. Ou seja, a prerrogativa humana é o agir na polis, na política ou se quisermos, decidindo os rumos da cidade. A autora mais adiante afirmaria que “sem a ação para pôr em movimento no mundo o novo começo de que cada homem é capaz por haver nascido, ‘não há nada de novo debaixo do sol’” (2001, p. 32).

A tematização constante da realidade escolar nas diversas publicações de Maracanaú criou alguns desses “novos começos” que traduziram na “legitimação” daquele espaço construído pelo jornal. Um deles é o fato de a equipe do Informativo *GAMPH* ter sido oficialmente convidada a fazer a cobertura jornalística das eleições e da apuração dos votos para os cargos de diretor e núcleo gestor realizadas dentro do período de tempo aqui investigado. Um outro fenômeno importante foi a criação de mecanismos que permitiriam acompanhar mais sistematicamente as ações dos educadores, como relatou a jovem que participou do jornal *Ctrl.Alt.Del*: “antigamente na nossa escola a gente não tinha [acesso às contas e aos planos]. Hoje em dia tem um mural lá. [...] daí tudo começou por causa do jornal.”⁹¹ Este não foi um fato isolado visto que em todas as declarações dos informantes ex-sócios do Clube do jornal houve o

⁹⁰ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

⁹¹ Entrevista concedida em 02 de junho de 2008

relato da criação destes painéis que eram não só de prestação de contas mas também de divulgação do que ocorreria na vida escolar.

Não podemos esquecer, entretanto, que esta relação entre educadores e jornalistas estudantis também é uma relação pedagógica e por vezes os primeiros intervinham quando os grupos se desmobilizavam, caso semelhante pode ser constatado no Jornal *GAMPH*:

Ela [a diretora] achava que os jornais tinham que ser independentes. [...] nunca interveio em nada no jornal e ela deixou bem claro: ‘você fazem o papel de vocês e com a gente vocês podem contar’. [...] É tanto que o Núcleo Gestor sempre cobrou quando a gente não tava lançando edição [...] e diziam que se fosse o caso eles bancavam (sic) o jornal. Mas a gente percebia que seria muito fácil para nós o Núcleo gestor ou o colegiado bancar o jornal e a gente [ficar] só publicando as matérias e cadê o protagonismo?⁹²

Os jovens tinham clareza que, se por um lado o fato do núcleo gestor se dispor a financiar o jornal demonstra o incentivo à publicação e traduzia um apoio, por outro esta atitude comprometeria o propósito de autonomia dos estudantes. É também neste sentido que a ONG argumenta o fato de não financiar 100% do custo da edição: para que os jovens aprendam na prática a gerir não só um grupo, mas também as finanças por meio da captação de recursos via venda de espaços publicitários no jornal (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b). Esta concepção parece não ficar restrita apenas à experiência, como afirma o jovem do jornal *O verbo*:

É uma coisa que eu tenho certeza que se eu for seguir o jornalismo profissional eu vou levar para o resto da vida, é muito importante [...] eu vou me policiar muito com a história da amizade. Até que ponto vai sua amizade com uma pessoa, com uma instituição que pode te vetar de alguma forma.⁹³

A criação destes dispositivos de orientação e fomentação pública talvez seja a maior possibilidade existente no PCJ. Mais do que apenas publicizar o conflito dentro da escola (o que já é muito) o jornal parece propugnar formas de construção da vida escolar para a participação nos rumos daquela micro-esfera, possuindo como característica a pluralidade dos agentes, tendo em vista a contingência dos acontecimentos e a imprevisibilidade das ações. Ou seja, erigindo um espaço público (TELLES, 1999). A ausência deste legítimo espaço facilitaria aos órgãos dirigentes a ignorância ou inobservância das demandas postas ou o exercício do autoritarismo, o que

⁹² Entrevista concedida em 8 de julho de 2008

⁹³ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

instauraria, nos termo de Arendt (2001), a violência⁹⁴. Sobretudo se tivermos em vista que, como já citamos anteriormente, a realidade da escola tente a permanecer lá dentro. Portanto, “a desprivatização das estruturas decisórias do Estado e a publicização do conflito representam [...] as condições favoráveis ao avanço de construções hegemônicas alternativas” (DAGNINO, 2002, p. 210). Logo, um dos papéis fundamentais que o jornal parece assumir é este controle social da política de Educação e em menor escala dos problemas ao redor dela. Neste sentido, afirma a assessora pedagógica da ONG:

Então o tempo todo se você for analisar os jornais você vai ver que [...] a maioria das matérias que noticiam a realidade da escola vai dizer para ao Estado e para a gente se a política de educação está realmente sendo implementada [...] No interior do Ceará já houve casos de o prefeito da cidade queimar o jornal. Por que ele queimou o jornal? Por que ele sabe que naquele jornal estava dito algo sobre a realidade daquele município que está sendo negligenciada. Essa matéria vai ter repercussão pra ele [...] o jornal é um elemento denunciador.⁹⁵

Este processo de disputa por hegemonias alternativas não ocorre de forma linear nem muitos de seus resultados são permanentes. A própria coordenadora de gestão da SEDUC parece ter consciência deste fato:

O jornal causa um impacto a longo prazo [...] é uma ação que vai crescendo paulatinamente [...] é um impacto que vai sendo sentido á medida que a qualidade do ensino vai melhorando que as estruturas, os mecanismos de gestão na escola vão sendo mais democráticos [...] O Comunicação e Cultura é uma ONG que atua numa área importantíssima para a educação.⁹⁶

O Projeto Clube do jornal parece ser, portanto, um instrumento pedagógico não apenas para os alunos, mas também para os educadores acerca da aprendizagem e do convívio com a pluralidade ou como com a “fragilidade dos negócios humanos”. Nesta convivência há uma porosidade de outras mediações e vivências que permeiam a vida escolar. Elas entram em ação quando o assunto é a capacidade dos jovens de gerirem um grupo dentro da escola, como nos relata a então coordenadora do projeto na ONG:

Eu não sei se com três, quatro, cinco visitas [da ONG à escola] dão tempo do grupo amadurecer. Eu acho que eles precisam de mais, não são nem de meses, mas, de anos. Quando a gente vê adolescentes que passam 3, 4, 5 anos no Clube a gente percebe esse

⁹⁴ Lembramos que a noção de poder em Arendt diz respeito ao exercício do discurso e da ação numa arena pública. Seria aquela capacidade de agir em concerto semelhante à hegemonia de Gramsci. Neste sentido o autoritarismo nunca seria uma forma de poder, mas sim a violência que o destrói.

⁹⁵ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2006

⁹⁶ Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2006

amadurecimento. Mas esse amadurecimento não foi só de um ano foi o amadurecimento de inclusive muitas outras vivências.⁹⁷

É, portanto, quando esses processos de maturação entram em conflito que o Comunicação e Cultura entra em ação com outras mediações, ou no termos da informante, outras propostas de vivências. Como, por exemplo, nas questões de direito de resposta e no episódio onde as estudantes do Jornal *Tanakara* extraviaram o mural de informações da escola por julgá-lo mentiroso. Trataremos deste tema no tópico subsequente.

3.3 Tensões entre Jornalistas estudantis, a ONG e a escola

Seria no mínimo ingênuo concluir que os caminhos de participação abertos pelo jornal são exclusivos reprodutores da lógica da ONG ou mesmo da escola. Igualmente equivocado seria conceber a produção dos jovens como ações “puras”, livres destas mesmas lógicas. Esta arena encontra-se permeada por interesses difusos, sendo necessárias investidas cotidianas para manutenção dos direitos existentes, bem como, para a criação de novos.

É inserido neste espaço que o escopo político-cultural proposto pela ONG Comunicação e Cultura surge como mediação que tencionam tanto a escola como o grupo de alunos a agirem sob o prisma de suas proposições (a escola democrática, liberdade de expressão, direito de resposta etc). Contudo, é importante destacar desde já que este estatuto de “mediação” não a exime, mas confirma fundamentalmente seu papel de agente ativo em muitos dos processos para a fomentação dos jornais. É importante ressaltar neste momento também que não entendemos aqui a “mediação” como mera negociação. Antes, percebemos todo o aparato ético-político (traduzido fundamentalmente em seu código de ética) como instrumento que disputa as formas como jovens formulam e como os gestores se apropriam do jornal.

Os estudos de mediação promovidos por Martin-Barbero são fundamentais para esta compreensão. Neles o escritor espanhol denuncia as limitações das análises de mídia baseadas no binômio de emissão e recepção de mensagens. Tanto o pessimismo dos teóricos da escola de Frankfurt (principalmente Adorno e Horkheimer) como também

⁹⁷ Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2006.

do otimismo cego de McLuhan teriam caído no mesmo reducionismo ao não irem além deste prisma (emissor/recepção) em suas análises.

Adorno percebeu a Indústria Cultural apenas como uma forma unívoca de degradação da cultura convertida em diversão. Para o autor de *Dos meios às mediações* esta constatação adorniana faz parte de “um aristocratismo [...] que se nega a aceitar a existência de uma pluralidade de experiência estética” (2008, p. 79). Neste contexto as contradições cotidianas que fazem parte do dia-a-dia das “massas”, juntamente com seus modos de produzirem sentidos e articulação simbólica que não seriam nem cogitadas como agente influidores.

Para se desvincular deste tipo de análise o escritor espanhol propõe que se assumam as margens da realidade não como tema em si, mas como enzima que potencialize a formulação do que ele chamou de “mapa noturno”. Esta formulação consistiria num método a partir do qual seria possível conhecer a realidade por meio das mediações e dos sujeitos (BARBERO, 2008).

Para tanto, Barbero utilizou um outro frankfurtiano como ponto de partida: Walter Benjamim. Esta escolha se deu pelo fato de Benjamim não fazer suas investigações a partir de um “local fixo” e por dissolver o “centro” como método em benefício daquelas “margens”. O escritor judeu tinha como método exatamente a mistura do “o que se passa nas ruas com o que se passa nas fábricas e nas escuras salas de cinema e na literatura, sobretudo na marginal, na maldita” (idem, p. 81). Esta postura, lembra Barbero, teria sido recriminada por ser tida como heterodoxia e por coroar a experiência – o empírico - como chave para a percepção e os usos das mediações culturais.

Tomando por exemplo o cinema, Barbero aproxima Benjamin de Hannah Arendt ao afirmar que para ele –Benjamim - a sétima arte produzia um enriquecimento perceptivo que nos permite “ver não tanto coisas novas, mas outras maneiras de ver velhas coisas e até a mais sólida cotidianidade” (IDEM, p. 86). Assemelhando-se assim com aquela noção de espaço público da também filósofa judia. A saber: a capacidade de ver a mesma coisa sob diversos ângulos é o que confere o estatuto de sua existência.

Os críticos de Benjamim, dentre eles, Horkeimer, minimizaram as resistências criativas das classes populares e as contradições que vinham das lutas operárias. De

costas para estes fatos, eles não conseguiriam ver nos meios de comunicação nada mais que um instrumento fatalista de alienação totalitária (IDEM, p. 86). Não é por acaso que Carlos Nelson Coutinho afirma um nexos entre as reflexões de Gramsci –outro pensador fundamental para entender as mediações culturais – e Benjamin, ao mesmo tempo em que descarta qualquer semelhança entre o italiano e as teorias de Adorno:

Há muito mais divergências do que convergências entre Gramsci e Adorno. [...] Enquanto Gramsci se empenhava em descobrir os momentos críticos contidos na cultura popular, até mesmo no romance de folhetim, Adorno via apenas degradação e alienação no que ele chamava de “indústria cultural”, na qual incluía não só a aberta manipulação ideológica, mas também o jazz, o cinema em geral, etc. [...] se quisermos estabelecer convergências entre Gramsci e os frankfurtianos - elas são bem maiores com Marcuse e Benjamin do que com Adorno. É evidente que não falo aqui em termos estritamente teórico-filosóficos, mas penso naquilo que Gramsci chamava de “ideologia”, ou seja, de “concepção do mundo com uma ética correspondente”.⁹⁸

Tendo em vista esta convergência Gramsci-Benjamin não é de se estranhar que as disputas de concepções de mundo serão fundamentais para a análise dos meios de comunicação em Barbero. Alves (2007) aponta nesta nova postura metodológica dos estudos de comunicação a percepção central de que a hegemonia possibilita não apenas aceitação, cumplicidade e resignação por parte dos “dirigidos”, mas também exercícios pontuais de resistência, de contraposição no que a autora chama de “esfera social politizada”. Local em que surgem formas organizadas ou espontâneas, coletivas ou individuais de reação à ordem predominante.

Como nos lembra o próprio Barbero (2004), esta não é uma proposição metodológica recente se levarmos em conta as experiências de Paulo Freire e de muitos grupos nos países da América latina mais ligados às questões de liberação da fala. Este tema seria um propósito fundamental para a definição do local do alternativo em matéria de comunicação no subcontinente. O autor ressalta também este ponto para advertir acerca do que chama de “modas” contemporâneas. Nelas estaria se definindo o “alternativo” apenas pela possibilidade “dialógica” que novas mídias viabilizam e não por conta de sua dinâmica de concepção. E acrescenta:

Não estou afirmando que as alternativas de comunicação popular devam ser unicamente marginais às grandes mídias, ou às massivas; estou alertando contra a velha e perigosa ilusão mcluhaniana - de que o alternativo possa vir do meio em si (2004, p. 119-120).

⁹⁸ Entrevista ao site www.gramscinobrasil.com.br acessado em 18 de março de 2004

Não são apenas novos meios que surgem na contemporaneidade, há também a emergência de outras mediações postas na realidade latina, principalmente depois das redemocratizações. Isto é, além dos mediadores socioculturais tradicionais e institucionais – com a escola, a família, a igreja, o bairro - há novos movimentos sociais e atores emergentes. Estes introduzem “novos sentidos do social e dos usos sociais dos meios. Sentidos e usos que, em seus tateios e tensões [...] supõem o reconhecimento na prática da complexidade cultural que hoje contém os processos e os meios de comunicação.” (BARBERO, 2008, p. 20).

Portanto, o Comunicação e Cultura adentra a escola neste tatear de novas mediações que são possibilitadas/conquistadas por aqueles movimentos: tais quais as noções de controle social, participação, ética na política etc. Ao mesmo tempo, a ONG é uma mediação que publiciza e atua na consolidação da percepção do conflito como algo legítimo e medular à democracia.

O encontro destas percepções com o *habitus* dos jovens será permeado pelas tensões anunciadas logo acima por Martin-Barbero. Esta é uma característica fundamental que atravessa toda a metodologia do protagonismo juvenil utilizada pela ONG: a linha tênue entre autonomia e a dependência dos estudantes. Nos termos do Comunicação e Cultura:

O protagonismo indica realmente o sujeito da ação [...] quando falamos em juvenil, pensamos na adolescência como momento de transição, travessias. Travessias estas entre a fase de criança (caracterizada pela heteronomia) e a fase adulta (caracterizada pela autonomia) [...] o objetivo é que os jovens possam ir construindo sua autonomia através de práticas, críticas e democráticas. Portanto, o protagonismo juvenil é uma forma de atuação com os jovens na qual eles sentem e percebem sua realidade (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 01).

Esta relação simbiótica com a ONG vai perpassar o discurso dos jornalistas estudantis, os quais, via de regra, revelaram um convívio com os educadores do Comunicação e Cultura sem a presença de grandes divergências. Tal postura quase poderia ser resumida na fala do informante do jornal *O verbo*: “a relação com o Comunicação e Cultura sempre foi muito boa. Nunca tivemos nenhuma discussão só por discutir. Sempre eram conversas pra conseguir alguma coisa”.⁹⁹ Se por um lado este

⁹⁹ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

tipo de orientação pedagógica é tida por eles como positiva, é a ex-coordenadora do *Tanakara* que revela um outro olhar sobre esta interlocução:

Na realidade, a relação com a ONG era mais que amistosa. Era uma relação quase patriarcal. Patriarcal não no sentido ruim, também é ruim, mas não é no sentido tão ruim assim. Porque a gente se sente num determinado acolhimento e isso é bom mais isso também é ruim porque por ter esse acolhimento a gente acaba, por mais livre que você seja, você sempre espera por quem te acolhe [...] A gente sempre ficou esperando por eles para que acontecesse uma pós-protagonização. Como se houvesse uma tutela.¹⁰⁰

Se em relação à escola as questões de “amizade” com os diretores apareceram como necessitadas de policiamento, como argumentou mais acima o integrante do jornal *O verbo*, com a ONG os estudantes entrevistados não tinham - à época - essa mesma preocupação. Veremos mais à frente que a mesma jovem relativiza esta postura considerada por ela como “tutelar”.

A ONG utiliza o termo “autonomia relativa” para qualificar o estado de desenvolvimento de seu público-alvo e justifica esta espécie de “co-direção” dos processos educativos junto aos estudantes. Neste sentido, o protagonismo não se trataria de “jogar” a responsabilidade para os jovens, mas numa co-responsabilidade entre educador e jovem. O Comunicação e Cultura, contudo renega qualquer denominação que se assemelhe àquele patriarcalismo citado na fala anterior:

A participação do educador não significa que é uma prática paternalista, assistencialista ou de manipulação. Isso precisa ficar claro para que possamos afirmar que o protagonismo não é só ‘jovens fazendo coisas’, mas jovens planejando, pensando, fazendo e avaliando coisas, com adultos facilitando este processo até perceberam que chegaram à sua finalidade: possibilitar a construção da autonomia dos (as) jovens. (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 01).

É obvio que neste processo a ONG, como qualquer instituição que atua na sociedade civil, entra disputando também a concretização de uma visão de mundo baseada em seus princípios éticos norteadores, os quais, por sua vez, pretende difundir:

Era mais ou menos isso mesmo: a gente ia lá. Assistia as oficinas, o oficineiro passava para a gente uma determinada visão de mundo que o comunicação e cultura tem e que ele mesmo tem por que mesmo que se queira que o jornal seja imparcial, mas ninguém é imparcial e a gente acabava reproduzindo aquilo e isso era uma forma de tutela institucionalizada.¹⁰¹

¹⁰⁰ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

¹⁰¹ idem

A impossibilidade da neutralidade, o falar sempre “a partir de um ponto” leva a jovem a concluir que havia a simples assimilação dos conteúdos da ONG, mesmo tendo em vista que estes prezavam pelos direitos humanos, cidadania, respeito às diferenças etc. Se por um lado é verdade que a ONG não discutia seu próprio papel junto aos jovens da mesma forma que discutia, por exemplo, as questões da escola, por outro, reduzir a atuação dos jovens a uma mera correia de transmissão do pensamento da ONG parece equivocado. Isso aparece claro quando veremos no próximo capítulo as questões de mobilização social dos integrantes dos jornais interpeladas por outros agentes que não o Comunicação e Cultura. De imediato, entretanto, é a própria entrevistada que nos fornece um exemplo que relativiza sua afirmação.

No ano de 2004 acompanhamos um caso polêmico envolvendo o jornal *Tanakara*. Membros da publicação haviam participado do extravio do mural de informação da escola ao escreverem frases de protesto nos dados divulgados pelo governo do Estado sobre a educação. Tratava-se daquele mesmo quadro demandado pelos componentes do jornal para a publicação dos assuntos da escola. Na ocasião foram chamados em reunião especial o assessor pedagógico dos grupos de Maracanaú, os “sócios” do *Tanakara* e o núcleo gestor. Depois de muita discussão, as jovens protagonistas do ato alegaram que naquele momento não representavam o jornal, estando no ato como sujeitos individuais.¹⁰²

Este ocorrido, independentemente da avaliação se era legítimo ou não, revela que as jovens envolvidas tinham consciência de que aquela não era uma atitude apoiada ou alinhada com as concepções da ONG, mostrando que as práticas delas na escola transcendem os limites do que é discutido pelo CeC. Não haveria, portanto, a reprodução unívoca de comportamentos miméticos como foi dito mais acima. Ao recordar o tema uma das participantes revela:

Eram estatísticas aí a gente rasurou. A gente colocou assim: quantidade não é qualidade. Porque realmente não é. Aí eles se sentiram bastante ofendidos com isso. Na realidade não era um ato do clube porque não estava todo mundo do clube ali de comum acordo. Nem houve uma deliberação. Mas as pessoas que realizaram o ato se sentiam legitimadas

¹⁰² É importante perceber aqui, como a noção de “porta-voz” tematizada por Bourdieu (2005) e Girardi Jr. (2007) se concretiza, pois, por mais que as jovens dissessem que naquele momento não representavam o jornal –como aparece na fala acima –, o local eleito para se realizar a discussão acerca do extravio não foi a reunião de conselho escolar, núcleo gestor ou grêmio estudantil, mas ocorreu exatamente na reunião do Clube e com a presença do assessor da ONG.

a isso. [...] foi um ato de protesto, mas não foi um ato do Projeto Clube do Jornal. Foi um ato [das coordenadoras do jornal] enquanto estudantes.¹⁰³

É nestes termos que percebemos como disputa, e não mera transmissão as concepções de mundo, o que a ONG viabiliza. Concepções que muitas vezes se amalgamam com as visões dos jovens, mas outras vezes não. Sobre a questão da vinculação imediata entre o ato pretensamente isolado e a imediata associação ao projeto da ONG, a mesma jovem acrescentou “depois de algum tempo eu andei fazendo uma avaliação sobre isso e eu pensei que até para você ser livre para falar você tem que ser institucionalizado”.

A institucionalização, entretanto, é relativa, tendo em vista que além dos jornalistas, como constatamos em um outro momento (SOUSA, 2005), os próprios educadores, tanto vinculados ao Estado como à ONG Comunicação e cultura, não se apresentam como representantes exclusivos das instituições nas quais trabalham. Este encontro entre os três *habitus* é o que possibilita a não percepção das instâncias estudadas como blocos monolíticos, mostrando que as atuações neles vão depender das correlações de forças em disputa. Esta arena encontra-se permeada por interesses difusos e parecem estar em permanente modificação.

Outra questão que permeia e dificulta a relação entre os editores do jornal e a ONG é o financiamento do Projeto por parte do governo do Estado. Os sucessivos atrasos no repasse dos recursos por parte da SEDUC, dentre outras conseqüências, desponta como uma das causas da fragilidade no estabelecimento de vínculos entre os educadores do CeC e aqueles estudantes:

Tiveram os problemas financeiros do Comunicação e Cultura. Era uma questão muito problemática a história dos assessores se locomoverem [de Fortaleza até Maracanaú para] fazer as oficinas. Então a gente ficou um tempo parado. A gente sempre teve acesso ao Comunicação e Cultura e aos assessores. Mas houve alguns momentos, a questão do CREDE 1, que a gente não tinha um acesso tão grande aos assessores [lá nas escolas]. E quando tinha acesso a eles era muita coisa para um curto período de tempo, [...] a gente teve uma porção de assessores. Quatro em menos de um ano. Quando a gente pensava que era um assessor já era outro. Não tinha um vínculo de apego a aquele assessor específico.

104

¹⁰³ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

¹⁰⁴ Entrevista concedida em 8 de julho de 2008. No Centro Regionais de Educação I os municípios contemplados pelo Projeto Clube do Jornal eram em 2004 e 2005: Maracanaú, Maranguape e Caucaia.

É importante destacar que a ONG sempre afirmou que o momento ideal de um jornal é aquele no qual não é necessário mais o acompanhamento tão próximo do educador. Entretanto, as limitações financeiras por vezes dificultaram que este “ponto ótimo” fosse atingido, como afirma o ex-integrante do jornal *O verbo*:

Com relação aos assessores era a história de não estar presente [...] que na realidade eu não sei se era uma dificuldade. Eu acho que era até melhor não ter tanto a presença do assessor. Mais era para ter a presença do assessor na hora em que a gente achava necessário. Aí era dificultoso [...] às vezes nem tinha [assessor].¹⁰⁵

A dependência financeira limita a atuação do PCJ na medida em que o atraso ou até mesmo o não repasse do recurso implica na diminuição das atividades, das visitas às escolas, de oficinas que trabalhem o “projeto político-cultural” da ONG. Neste sentido, abre espaço tanto para uma maior intervenção das direções escolares no processo de concepção do jornal, como também torna difícil a disseminação dos valores os quais a ONG propõe na escola. Fragiliza-se, portanto, aquela concepção de “protagonismo juvenil” na qual o jovem estaria na frente do processo de criação do jornal.

O Comunicação e Cultura se mostra preocupado com essa possibilidade de “vulgarização” do “protagonismo juvenil” em suas atividades visto que na atualidade um cem número de instituições passaram a denominar assim suas atividades pelo simples fato de possuírem como público-alvo a juventude. Como critica o coordenador executivo daquela instituição ao falar de metodologias que visam exclusivamente a absorção para o mercado de trabalho:

O discurso da necessidade de preparar os jovens para as mudanças no mercado (novas tecnologias, novas formas de trabalho, etc.) na medida em que dá a entender que o mercado é a solução, pode ser uma ameaça para a compreensão mais abrangente e completa da missão [do protagonismo juvenil]. A mudança da situação das classes as quais os jovens pertencem dependem de políticas públicas visando eliminar distorções históricas. Dependem, portanto de projetos e visões políticas¹⁰⁶

Percebemos aqui a sintonia entre o discurso e a ação da ONG se levarmos em consideração que a Política de Educação é o principal tema trabalhado pela ONG em seus eventos, cursos, oficinas e reuniões ordinárias com os estudantes. Sua pauta transcende, pois, o mero enfoque de “mudanças” individuais, ou privadas. Ainda segundo o coordenador, as políticas de juventude voltadas apenas para este enfoque

¹⁰⁵ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹⁰⁶ Carta do Coordenador da ONG ao instituto Airton Senna

individual não apontam para transformações de envergadura na vida social brasileira nem contribuem na reconfiguração das “visões de mundo” sobre tais injustiças históricas. Em verdade, o “Protagonismo Juvenil” virou moda, sendo reivindicado por quase todas as políticas públicas ou privadas que trabalham com adolescentes e jovens, entretanto, ainda segundo o coordenador da ONG:

Não são poucas as atividades promovidas como protagonismo juvenil que não conseguem fazer esta ligação com o quadro social mais amplo do país, ficando de fato no plano da salvação ‘individual’ dos jovens [...] não basta o projeto ser bom para os jovens participarem, ele **tem que atingir uma esfera ‘ampliada’, que é a esfera social**¹⁰⁷ (grifos nossos).

O Comunicação e Cultura acredita que capacitando os estudantes para o controle da política de educação e para a mobilização social em torno das pautas de juventude está contribuindo para a inserção dos jovens nesta “esfera ampliada” do social. A discussão destes temas com o público-alvo aparece nos discursos dos informantes também como meio de formação de um diálogo público. É nestes termos que o ex-participante do GAMPH reafirma a autonomia na relação entre jornal e CeC nos momentos de mobilização social: “algumas reuniões eram na sede do Comunicação e Cultura. Agora nunca teve uma pessoa para dizer assim ‘você vai para tal canto’ [...] o Comunicação e Cultura sempre divulgava as agendas. E a gente procurava também participar.”¹⁰⁸ Retomaremos este tema no próximo capítulo.

Além da presença da ONG na escola através do assessor pedagógico e da questão financeira, outro elemento re-configurador daquela teia de relações é a criação da Ouvidoria do projeto e com ela a questão da observância do Código de ética do Jornalismo Estudantil, principalmente quando era necessário inserir na publicação o Direito de Resposta. Discutiremos estas interfaces a seguir.

3.3.1 Ouvidoria: censura ou recurso pedagógico?

No início do tópico, que analisa a relação entre estudantes e núcleo gestor, mostramos como as ações do jornal produziram um fato inusitado: se antes o núcleo gestor da escola Martins Filho apoiava o *Liberdade jovem* e os alunos eram indiferentes à publicação, depois que o jornal passou a problematizar algumas questões da escola os

¹⁰⁷ IDEM

¹⁰⁸ Entrevista concedida em 8 de julho de 2008

alunos passaram a apoiá-lo (veremos mais a frente que os integrantes deste jornal chegam a vencer as eleições para o grêmio estudantil) e a diretoria passou a pressionar para que as temáticas sobre a gestão escolar fossem reduzidas.

Diante das tensões promovidas pelo ocorrido, os jovens não recuaram e sua postura e se valeram da figura do Comunicação e Cultura para mediar a situação de conflito eminente com os educadores. Lembremos aqui que nossa noção de “mediação” não está apenas na apreensão da ONG como uma amenizadora de conflitos ou como um terceiro elemento negociador. Quando afirmamos que os Jovens utilizam a mediação da ONG estamos dizendo que eles se valem de todo o aparato político-cultural adquirido via CEC - baseado nas noções de democracia, cidadania e direitos humanos – para argumentar a legitimidade do jornal. No auge da polêmica o editorial daquela mesma edição de Junho de 2004 argumenta:

Não conseguimos entender realmente o porquê das críticas recebidas, já que tudo que foi publicado veio acompanhado com as devidas explicações dos responsáveis pela escola, ou seja, o direito de resposta, então não há o que discutir, e os comentários feitos alegando que estamos exagerando e fugindo da ética é mais um ponto de interrogação, pois todas as matérias que escrevemos são avaliadas por pessoas de extrema competência no Comunicação e Cultura.¹⁰⁹

Como podemos perceber na fala acima, há a leitura das matérias por parte de um funcionário da ONG, o ouvidor, antes de serem impressas. Estamos falando da Ouvidoria do Projeto clube do Jornal. Araújo (2005) percebe esta atitude da ONG como uma postura tuteladora por parte do CeC além de, sempre segundo a pesquisadora, retirar o compromisso dos jovens. Para ela, os jovens deveriam vivenciar a responsabilidade plena do que produzem. Além do mais, “a ouvidoria pode comprometer a autonomia dos estudantes e ainda se configurar como censura prévia” (IDEM p. 53).

Ao contrário desta visão, a ONG rechaça qualquer discurso que tente igualar a ouvidoria à censura prévia. Antes, esta função é apresentada como uma instância garantidora da observância do pacto ético fundado entre o grupo na escola e o CeC quando, em comum acordo, se decide realizar o jornal. Como podemos ver, os princípios norteadores deste pacto estão no Código de Ética do Jornalismo Estudantil:

¹⁰⁹ Publicado no Jornal *Liberdade jovem* em junho de 2004, n°05.

Para acompanhar a aplicação do Código de ética, o projeto criou a ouvidoria. [...] Sua função em hipótese alguma pode ser considerada como censura, que é a agressão à liberdade de imprensa. O ouvidor tem como missão alertar sobre erros que violem o acordo de parceria que funda o projeto (RAVIOLO; LIRA, 1999, p. 06).

Este Código de Ética do Jornalismo Estudantil reafirma direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal de Direitos Humanos, dentre eles: a liberdade de associação, de livre expressão, direito de resposta igualmente proporcional, veto ao anonimato etc. É nestes termos que a ONG convida os jovens a afirmarem a mediação da ética como a possibilidade de negociar conflitos sem o uso da violência:

Participar da vida pública (como por exemplo, da vida escolar) pode ser muito empolgante. O fato de querer que as coisas funcionem corretamente mexe com as nossas emoções e faz com que, às vezes, defendamos nossas idéias de forma exagerada. O que fazer? Abandonar a paixão? De jeito nenhum! O que devemos fazer é sempre agir pensando na função social do jornal e no respeito que todos merecemos (COMUNICAÇÃO E CULTURA: S/D).

Entretanto, nem sempre existiu essa função de Ouvidor no Projeto Clube do Jornal. A transição para a incorporação deste novo agente nas relações dos jornais não foi facilmente integrada pelos jovens. Como nos revela o ex-participante do Jornal *GAMPH*:

Antigamente não tinha a ouvidoria [...] quando chegou essa fase de ter uma ouvidoria foi um baque para a gente por que a gente achava que o que a gente estava publicando era certo. Já tinham as oficinas sobre ética para isso, então a gente achava que dava para passar. E quando veio essa história tinham jornais que paravam, esperando o direito de resposta, esperando que os alunos fossem ao comunicação e cultura. Ou o Comunicação e Cultura ir às escolas para ver o conteúdo, para reavaliar.¹¹⁰

Como já discutimos mais acima, inicialmente quem acompanhava o grupo era um professor da própria escola que mediava o processo de leitura ética do jornal para ver principalmente as questões de textos anônimos e direitos de resposta. Entretanto, como relata o coordenador executivo do Comunicação e Cultura¹¹¹, com o tempo, a ONG viria a perceber que os membros gestores de diversas daquelas instituições se sentiam no direito de ler as matérias e censurá-las a seu gosto. Assim sendo, os professores-facilitadores sofriam diversos constrangimentos ao “permitir” a publicação de matérias que criticavam a escola. Quando esta função é extinta e surge a de Ouvidor impede-se a

¹¹⁰ Entrevista concedida em 8 de julho de 2008

¹¹¹ Anotações realizadas em diário de campo por ocasião do Intercâmbio de experiências sobre a Liberdade de Expressão na escola, ocorrido em 03 de setembro de 2005.

intervenção direta dos educadores da escola, pois agora as questões de ordem ética seriam “resolvidas” por um educador da ONG contratado especialmente para exercer aquele cargo. O não-acesso da direção escolar ao que é publicado é sem dúvidas o ponto de maior polêmica dentro do Clube do Jornal. Foi o que nos relatou a, então, coordenadora do projeto:

Até hoje [a SEDUC] pressiona. Se os diretores tivessem influência sobre a metodologia do projeto a primeira coisa que eles queriam seria a volta do professor-facilitador. E é uma pressão muito grande em cima do projeto sobre isso. Em 2004 nós tivemos uma reunião o dia inteiro com os técnicos da secretaria, os técnicos dos CREDES onde nós atuamos, pra explicar o que é o projeto e a discussão maior foi em cima do professor-facilitador. Por que eles diziam que se tivesse o professor-facilitador o projeto seria melhor.¹¹²

Compreendemos, portanto, a criação da Ouvidoria como uma estratégia da ONG para diminuir a influência dos educadores da escola na produção dos jornais em vistas da garantir a preservação daquele espaço público. Pois dali em diante o Comunicação e Cultura entraria em cena como uma instituição educativa de igual estatuto que a escola e que, como tal, deveria ter sua metodologia de atuação respeitada uma vez que era institucionalizada pela SEDUC. Esta atitude parece potencializar aquela característica da democracia que dá legitimidade ao espaço do conflito, sempre mediado pelo discurso. Esta também é a avaliação feita pelo coordenador da ONG:

O desenho do projeto é um desenho que é conflitante. [...] O Clube do Jornal não pode ser coordenado pela escola porque é um projeto que de alguma maneira vem para monitorar a escola [...] e a liberdade de expressão tem essa função: deixar que o público interno se expresse. E esse público se expressando vai de alguma maneira fazer a monitoria e a crítica do trabalho da própria instituição¹¹³

Se por um lado o CeC propugna esta maior autonomia do jornal na esfera escolar, por outro, com a absorção da função de “leitura ética” dos jornais, ele também “imanta” para si novas situações conflituosas, dentre elas a acusação de censura em alguns momentos. Como, por exemplo, em uma oficina da ONG sobre Protagonismo Juvenil, realizada em 2004, na qual uma das jovens aqui entrevistadas, ao falar sobre a autonomia dos jovens que fazem o jornal, afirma que “os moderadores éticos são quase forçados pela ONG a maquiagem o jornal”¹¹⁴ Recordamos que o cargo de moderador ético é exercido por um estudante responsável pela observância da aplicação do código de

¹¹² Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2006.

¹¹³ Entrevista concedida em 29 de dezembro de 2005

¹¹⁴ Anotação feita em diário de campo em 28 de abril de 2005

ética no jornal antes deste ser enviado para a ONG. Se na leitura da Ouvidoria é encontrado algum problema é com o moderador ético que a ONG entra em contato para se negociar uma solução. Nesta negociação entre jornal e ONG o material pedagógico do CEC afirma que existem quatro encaminhamentos propostos quando há problemas éticos na publicação:

Solicitar a modificação ou até a exclusão de matérias que ferem frontalmente o Código de ética. Pedir a substituição de expressões agressivas ou ultrajantes. Solicitar que o ponto de vista de uma pessoa ou instituição criticada seja ouvido e até publicado ('direito de resposta' na mesma edição). Aconselhar que seja feita uma pesquisa para sustentar a crítica (COMUNICAÇÃO E CULTURA, S/Db, p.01)

Na verdade, a ONG recomenda que os moderadores éticos sejam exatamente aqueles alunos capazes de sustentar sua opinião frente à do ouvidor, caso considere que há um equívoco. Esta polêmica era mais freqüente quando a ouvidoria julgava que em um texto cabia o direito de respostas. Como relatou o entrevistado representante do jornal *O verbo*:

Teve umas três, quatro vezes em que eu bati o pé dizendo que não precisava de direito de resposta porque em tal parte a outra parte se sentia contemplada. Eu também acho feio aquele negócio: matéria [apontando para cima] direito de resposta [apontando para baixo]. É por isso que em alguns momentos eu gostava de colocar no próprio texto. E às vezes a ouvidoria dizia 'cadê (sic) o direito de resposta?' e eu dizia 'fulano está aqui na própria matéria. Eu ouvi o outro lado e está no próprio texto'. E ela, a ouvidora, se sentiu contemplada com isso e deixava o jornal continuar.¹¹⁵

Além destas posturas havia aqueles jornais que traduziam uma concordância plena com a prática da ouvidoria como nos releva também as falas de dois jornais, respectivamente, *Liberdade Jovem* e *Tanakara*:

Eu achava isso aí corretíssimo. Já que a gente não tinha muita noção. Não tinha experiência de como se dava a publicação em jornal. Então a gente precisava sim de uma pessoa que estivesse ali olhando direitinho se a gente não estava fugindo da ética, às vezes sem dar o direito de resposta.¹¹⁶

A gente nunca teve problemas com a ouvidoria [...] a gente não precisava ser incomodado pela ouvidoria. Na época eu achava que era uma coisa muito boa que ia servir para filtra determinada coisas que precisam ser passadas para as pessoas, para avaliar e até para avaliar a conduta de quem fazia o jornal.¹¹⁷

¹¹⁵ Entrevista concedida em 05 de março de 2008

¹¹⁶ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

¹¹⁷ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

Se a primeira das duas citações acima é composta por uma fala que sustenta a mesma opinião até hoje, o mesmo não aconteceu com a jornalista do *Tanakara*. Sua interpretação contemporânea acerca da ouvidoria se aproxima das conclusões de Araújo (2005) que apresentamos mais acima, a saber, “como um instrumento de podaço, de controle”.

Araújo (2005) continua nesse mesmo sentido quando diz que o Comunicação e Cultura teria distorcido a noção de ouvidoria. Para autora a função do ouvidor é ser a voz e o olho do público, mantendo uma relação direta com ele, escutando reclamações e encaminhando soluções de problemas. A figura do *Ombudsman*, além de exercer esta função de ouvidor do jornal, possui também uma coluna e sendo inclusive um crítico interno e dos outros meios de comunicação. Similar postura possui o Jornalista do *O Verbo*:

O ombudsman conversa sobre a edição depois que a edição está vendida. E não é a mesma coisa que a ouvidoria. Então eu acredito que o direito de resposta deveria estar numa outra direção e a ouvidoria do jornal deveria ser feita depois do jornal impresso. Eu acredito muito que isso seria uma forma de melhorar essa liberdade de expressão. Por que o Ombudsman lê o jornal depois do jornal pronto. Porque na realidade [na ONG] não é uma ouvidoria é mais uma leitura ética.¹¹⁸

Ainda segundo Araújo (2005), a Ouvidoria da ONG se aproxima mais da função de editor dos jornais, por fazer uma leitura de todas as edições e analisar as abordagens de cada matéria modificando ou retirando o texto que não cumpra o código de ética. Esta função se aproxima, sempre segundo a autora, das características do editor porque que este seria o encarregado de perceber se as informações passadas pelos repórteres correspondem aos interesses e linha editorial da empresa em que trabalha ao mesmo tempo em que decide o que deve ser publicado.

Mesmo conscientes de todas estas ponderações, os jovens terminam por legitimar a atuação da ouvidoria. Até a estudante que classificou mais acima a atitude da ouvidoria como um “exercício de controle” mais à frente relativiza sua afirmação ao trazer à tona aquela questão do protagonismo juvenil acompanhado por um educador: “acontece que é muito difícil colocar nas mãos de um bocado de meninos de 13, 14, 15, 16 anos um instrumento de divulgação de idéias como um jornal e dizer: ‘façam o que

¹¹⁸ Entrevista concedida em 05 de março de 2008

quiserem com ele’¹¹⁹ Constatamos similar posição também no discurso do integrante do Jornal *GAMPH*:

Eu não concordo com a ouvidoria porque o jornal pára por um tempo na ONG. Mas tem a questão da responsabilidade, pois é óbvio que tem jovens que não têm noção do poder daquilo que ele está escrevendo e publicando e como aquilo pode repercutir tanto positiva como negativamente. Então por esse ângulo eu acho que está certo ter alguém para ser responsabilizando pelo conteúdo que está sendo impresso.

Este é um dos pontos centrais de tensão que caracteriza aquela teia de relações entre ONG, escola e grupo de jornalistas. Pois se é verdade que a criação da ouvidoria reconfigurou aquelas relações de tal modo que diminuiu a órbita de influência da escola sobre o jornal (mas por outro aumentou a da ONG), parece também verdade que se ocorresse a extinção daquela “leitura ética” o argumento da “necessidade de intervenção” da escola no jornal ganharia mais força. Já que na época aqui estudada, mesmo com o CeC assumindo as responsabilidades sobre a ética no jornal, muitos diretores pressionavam a SEDUC pelo retorno do professor-facilitador.

Além destas questões entre os jornalistas estudantis e os diversos educadores, havia também uma série de tensões elaboradas entre os próprios jovens, fossem eles integrantes do jornal, ou não, estivessem eles na escola ou não. Analisaremos algumas configurações destas relações no próximo capítulo.

¹¹⁹ idem

CAPÍTULO IV:

AS POLÍTICAS CULTURAIS DA JUVENTUDE COMO MINORIA.

“Eu as via passar. Acompanhei-as de longe. Sabia que o meu lugar era no meio delas, não porque era uma delas, mas porque as suas vozes agudas, o gritos, os seus gestos exagerados não tinham, ao que me parecia, outro objetivo senão o de querer furar a camada de desprezo do mundo. As Carolinas eram grandes.”

Jean Genet: Diário de um ladrão

Neste capítulo pretendemos refletir sobre a imbricação promovida pelo Projeto Clube do Jornal entre o jornalismo estudantil e as diversas políticas culturais das minorias juvenis que circundam aquelas publicações. Para analisarmos como tais políticas eram empreendidas em Maracanaú sentimos a necessidade de promover a ampliação das percepções acerca do que vem a ser uma política de cultura. É neste sentido que compreendemos a definição formulada por McGuigan como aquela que melhor dá conta de nosso objeto de estudo. O teórico inicia sua argumentação acerca do tema se perguntando: “Mas o que é política cultural? Existe mais de uma resposta para essa questão. A resposta mais comum é falar que diz respeito à administração das artes, que deve, claro, ser um interesse dos estudos culturais” (1996, p.01)¹²⁰. Explicitada esta diversidade de sentidos, McGuigan segue dizendo como compreende uma política cultural:

Política cultural [*Cultural policy*] diz respeito às políticas de cultura [*politics of culture*] no sentido mais geral: diz respeito ao choque de idéias, interesses institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos (IDEM, p. 01).

Tal percepção se apresenta como fundamental para a compreensão das teias de relações estabelecidas entre os jornalistas estudantis e os diversos movimentos de juventudes que, com eles, praticam os mais diversos diálogos. É sobre estas interlocuções que discorreremos a seguir.

¹²⁰ As traduções de McGuigan são nossas.

4.1 As Políticas Culturais

Vimos abordando desde o início deste trabalho a política cultural não apenas como política de governo, mas desenvolvida também pelos jornalistas estudantis no contexto - e para além - da política pública de educação. Esta percepção se apresenta profícua quando propomos visualizar a produção dos jornais e das relações advindas deste a partir do laço constitutivo entre cultura e política. A interlocução empreendida entre ambas (cultura e política) parece ser elemento fundamental para compreender as novas e antigas formas de associativismo da juventude. É neste sentido que Dagnino, Escobar e Alvarez tematizam os movimentos sociais mais recentes, ao afirmarem que

Quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural (2002, p. 25).

Pôr em xeque (ou pelo menos tentar desestabilizar) as percepções político-culturais estabelecidas parece ser a bandeira de frente destes movimentos. Estes processos podem até interpelar as políticas culturais de Estado, mas não se reduzem a este tipo de ação. Como em relação a outras políticas públicas, a atuação destes movimentos não se resume ao enfrentamento das omissões derivadas das gestões governamentais. Em termos desta relação restrita (movimentos sociais *versus* governo), as políticas culturais públicas (ou de Estado) estariam mais ligadas às questões de suporte institucional. Seria o que Yúdice e Miller chamaram de ponto que canaliza a criatividade estética e os etilos coletivos de vida. Nos termos dos autores:

A política cultural se encarna em guias para ações sistemáticas e regulatórias que adaptam as instituições a fim de alcançarem suas metas. Em suma, é mais burocrática que criativa ou orgânica: as instituições solicitam, instruem, distribuem, financiam, descrevem e rechaçam aos atores e atividades que estão sob o signo de artista ou da obra de arte mediante a implementação de políticas. Os governos, sindicatos, universidades, movimentos sociais, grupos comunitários, fundações e empresas ajudam, financiam, controlam, promovem, ensinam e validam as personagens criativas (2004, p.11) ¹²¹

As “políticas culturais planejadas de governo” afetam tanto os movimentos sociais como as ONGs a eles ligados. Estas últimas, por sua vez, possuem estatutos de projetos político-culturais não só institucionalizados, mas também expressos em documentos oficiais que revelam suas filiações ético-políticas e que guiarão suas ações. É o caso do Comunicação e Cultura e seus documentos conceituais, código de ética etc. Já

¹²¹ Tradução nossa.

especificamente no âmbito dos grupos nas escolas, percebemos que esta realidade de adesão a um projeto político-cultural é mais fluida. Tanto pela rotatividade, já enunciada mais acima, de participantes como também pelas diversas visões de mundo difusas que ali interagem. Importante é ressaltar que estas pautas políticas e culturais dos jornalistas mais que tencionar a propositura de monitoramento da política de educação na escola também traz a público seus anseios, suas bandeiras e suas disputa de valores na sociedade. Neste sentido, Dagnino, Escobar, Alvarez (2002) argumentam que as contestações culturais não são um subproduto da luta política, mas sim construções derivadas do esforço dos movimentos sociais em redefinir o sentido do próprio sistema político. Sistema compreendido como o Estado Ampliado de Gramsci, ou seja, composto não só pelas instituições governamentais, mas também pelas diversas, difusas e fragmentadas visões de mundo que permeiam a sociedade civil e, aqui, mais imediatamente, que perpassam os cotidianos dos estudantes. Estes, por vezes, tendem a convergir seus discursos nesta percepção do caráter imbricado da política e da cultura, como é possível perceber nas declarações da ex-coordenadora do jornal *Tanakara*:

Política é tudo o que acontece na vida de um indivíduo. Desde a briga dentro de casa com a mãe porque ela não lavou a sua meia. Até a questão do currículo da universidade, a questão com o governador, a questão do uso ou não das células tronco. Tudo isso são questões políticas que envolvem discussões das várias esferas da sociedade. É se posicionar em relação ao mundo¹²²

Note-se que a percepção política da jovem diz respeito às questões tanto político-institucionais da gestão governamental, como as questões culturais de dominação de gênero. É interessante perceber que a estudante tematiza esta hibridação quando aborda a questão das células-tronco. Discussão eminentemente ético-política que demonstra a disputa entre diversos grupos da sociedade que pretendem estabelecer um consenso (inclusive jurídico) em torno do momento em que vida se inicia. Não é à toa que esta foi uma das pautas presentes nos jornais daquele ano. É relevante destacar que esta percepção ampliada de política é abordada de forma similar pelo ex-estudante do Liceu de Maracanaú:

Existem outras formas de se fazer política. As passeatas, a organização de movimentos. A própria parada pela diversidade sexual, o grito dos excluídos. Eu acredito que sejam outras formas de se fazer política [...] Foi no Comunicação e Cultura que eu fui despertando para essa idéia de fazer um mundo onde as pessoas possam viver de uma

¹²² Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

forma mais igual, possam ter direito à liberdade de expressão. Possam discutir, possam amar do jeito que querem amar. Eu acho que minha visão política é basicamente isso¹²³

Estas formas alternativas de política estiveram no bojo da discussão que perpassou a redemocratização brasileira nos anos 1980. Para Dagnino, Escobar e Alvarez (2002) os novos movimentos sociais reivindicavam não só o reconhecimento de suas pautas por parte do Estado, mas também pela sociedade civil. Visto que, ao mesmo tempo em que questionavam as hierarquias fundamentais também disputavam a construção de uma “nova cidadania”¹²⁴.

É importante reafirmarmos que os caminhos da cidadania brasileira são tortuosos, híbridos e ambivalentes. Podemos até afirmar, a partir desta multiplicidade de apropriações e defesa de estatutos, a existência não de uma cidadania, mas, de várias “cidadanias” vivenciadas, resignificadas e reinventadas pelos sujeitos em suas interações sociais cotidianas.

Este processo de construção da cidadania foi apreendido de forma linear e quase evolutiva por Marshall (1967). Na abordagem deste autor, as desigualdades sociais aparecem de forma naturalizadas e insuperáveis, assim como seria insuperável também a existência de classes sociais. Para o autor, “as desigualdades podem ser toleradas numa sociedade igualitária desde que não sejam dinâmicas” (1967, p. 108). Nesta argumentação, a cidadania não passa do reconhecimento, por parte do Estado, de um conjunto de direitos através de uma legislação. Tais direitos aparecem divididos como sendo de “primeira geração” – civis e políticos – e os de “segunda geração” – os direitos sociais. Os direitos civis conquistados no século XVIII são os direitos individuais de liberdade, propriedade, igualdade, de ir e vir, à segurança, direito à vida. São direitos fundamentais da concepção liberal clássica. Já os direitos políticos, alcançados no século XIX, correspondem à liberdade de associação e reunião, à participação políticas, de organização política e sindical e eleitoral, ao sufrágio universal.

Os direitos conquistados no século XX são denominados de direitos sociais, considerados de segunda geração, também são chamados de direitos econômicos e de créditos. Têm como protagonistas os movimentos operários e sindicais. Dizem respeito

¹²³ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

¹²⁴ Também chamada aqui de “cidadania a partir de baixo” ou “cidadania ativa”

aos direitos à saúde, ao trabalho, à aposentadoria, à educação, ao seguro desemprego. Em suma, a garantia do acesso aos meios de vida e bem-estar-social.

Ao contrário dos ditos “países avançados”, onde as conquistas civis, políticas e sociais se deram em momentos distintos e nesta ordem aqui apresentada, no Brasil os direitos sociais são obtidos em contextos de ausência dos direitos políticos e civis durante os períodos autoritários de nossa história. Logo, compreendemos não existir uma essência única, imanente e de desenvolvimento linear do conceito de cidadania e nem seu conteúdo está definido previamente (DAGNINO, 1994). Em verdade, é aquela luta política desencadeadora do processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira que faz surgir este projeto de “cidadania ativa” (DAGNINO, 1994) capaz de extrapolar a aquisição formal-legal de um conjunto de direitos.

A “nova cidadania” não consiste em mera concessão ou manobra política, mas traduz-se em “uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘de baixo para cima’” (DAGNINO, 1994, p. 108). Para a autora, esta seria uma alternativa possível ao limites da democracia liberal e representativa. Em sintonia com as percepções da cientista política acerca dos limites da democracia representativa, o jovem do jornal *O verbo* declara:

Eu acredito que não “rola” [sic] mais fazer sozinho. Não rola [sic] mais de jeito nenhum. E se ainda está acontecendo fazer sozinho é por falta de entendimento das pessoas. Fazer sozinho é esquecer das opiniões dos outros, é não ouvir, é o gestor público dizer: ‘ Se eu fizer isso para a população vai ser melhor e ela vai estar satisfeita.’ É acabar não ouvindo. É a falta de participação realmente. Mas eu acredito que essa outra política que está surgindo possa um dia melhorar a vida das pessoas. Pelo menos com relação a isso eu sou um pouco otimista.¹²⁵

A criação destes novos espaços, tanto os institucionalizados como os mais descontínuos, é pauta evidente da ONG CeC. Ao se viabilizar aquilo que chamamos mais acima de “teia de negociações” entre financiamento, planejamento e auto-gestão dos jornais (Estado, ONG e grupos nas escolas) o que se possibilita em potencial são “novas formas de sociabilidade política, que abrem um jogo de reconhecimento e permitem um novo tipo de regulação capaz de garantir e criar novos direitos” (PAOLI & TELLES, 2000, p. 113). Direitos muitas vezes já estabelecidos formalmente, embora

¹²⁵ Entrevista concedida em 10 de março de 2008.

não efetivados na prática. A exemplo, como já debatemos, da liberdade de expressão na escola.

Além de se apresentar como alternativa à unicidade da democracia representativa, a concepção político-cultural de “cidadania a partir de baixo” também põe em pauta e surge como possibilidade de intervenção da sociedade civil frente ao processo de esvaziamento da esfera pública promovido pela política neoliberal. Como salientam as autoras:

As propostas neoliberais representam uma tentativa de privatização das relações sociais pela recusa da mediação pública dos direitos e esferas de representação; a perspectiva de uma cidadania ampliada, aberta ao debate público de questões pertinentes e à negociação democrática da regras da vida social contrapõe-se à despolitização inscrita [naquele] projeto conservador que reduz a sociedade civil ao mercado, a política à racionalidade técnico-administrativa e os direitos à autonomia privada de indivíduos empreendedores (IDEM, p. 114-115).

Esta corrente neoconservadora tenta neutralizar e despolitizar a esfera pública, mediante a efetivação de práticas e discursos nos quais o cidadão comum é tido como inapto para tratar dos interesses coletivos. Tendo por base este contexto, Vitorino (1992) afirma que o crescente declínio da participação na vida pública possibilita ao Estado uma intervenção que se apresenta como sendo, supostamente, apenas “técnica”, excluindo-se de participação nas decisões os maiores interessados: a população usuária das políticas públicas. Nesta perspectiva os assuntos públicos viram

Um problema de natureza técnica, não suscetível à discussão pública, o que permite ao Estado intervir econômica e socialmente sob a base de tais critérios [os da ciência e tecnologia], excluindo a participação popular, na medida em que o cidadão comum é tido como incompetente para o exercício desse tipo de discussão” (VITORINO, 1992, p. 25).

Outra consequência, que redundava desta anunciada acima é o desaparecimento do que Rubim (1985) considera como uma das categorias principais da democracia: a opinião pública. Esta, evidentemente, só pode ser construída num espaço público onde as questões controversas de interesse de diversos segmentos sociais são debatidas.

Contraposta a esta versão reduzida, a “cidadania a partir de baixo” seria uma perspectiva na qual há a denúncia tanto dos limites do simples gerenciamento do Estado por parte de “técnicos da política” como também põe em xeque a concepção que pretende desmontar tais políticas. A cidadania ativa parece reafirmar o poema de Carlos Drummond Andrade que diz: “Os lírios não brotam das leis”. Aqui o poeta parecia

sinalizar a necessidade de criação e efetivação destas cidadanias alternativas e eternamente disputadas e não apenas a aquisição formal-legal de legislações.

Ainda neste sentido Dagnino, Escobar e Alvarez (2002) argumentam que arenas públicas não-governamentais ou extra-institucionais são essenciais para a consolidação desta nova cidadania proposta pelos grupos e classes sociais subalternos. A participação nesta esfera depende tanto do poder de mobilização como de argumentação dos sujeitos envolvidos. Como nos informa a ex-participante do Jornal *Liberdade Jovem*: “se envolver com a política também não é só sair no meio da rua quebrando tudo, dizendo que o povo é ladrão. Não é só isso. É a gente ter clareza do está sendo investido e procurar ir atrás dos nossos direitos”¹²⁶. Na micro-realidade aqui estudada a abertura deste diálogo público mediado pelo jornal também interage na reconfiguração das próprias percepções político-culturais dos jovens:

De início eu achava que cultura era só ler livros cultos, ler Machado de Assis, José de Alencar. Essas obras mais difíceis. Aquela coisa de ser muito falante, intelectual. A participação no jornal e no grêmio me fez ver que o que está ao nosso redor é cultural. A nossa forma de vestir, a forma de falar, todos os costumes, a música. Tudo o que a gente faz é parte da cultura.¹²⁷

A compreensão do momento cultural do político e do teor político da cultura nos leva a perceber o Clube do jornal na escola como uma política cultural que interage naquelas duas frentes anteriormente mencionadas: tencionando o monitoramento da política de educação na escola e disputando novas culturas políticas.

Filiamos nossa concepção acerca da “cultura política” aos mesmos termos de Dagnino, Escobar e Alvarez, ou seja, como “o domínio das práticas e instituições retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente política” (2002, p. 25). Em outros termos, uma temática não possui uma essencialidade politicamente intocável, mas torna-se política a partir do momento em que é destacado como tal. Assim, reafirmamos a colocação de Gramsci quando o mesmo diz que não há uma hegemonia em si, mas a disputa pelo poder de “tornar-se” hegemônico. O mesmo ocorre com a “cultura política”, quer dizer, ela é o consenso em torno de um aspecto da vida social que, destacado do outras esferas, ganha estatuto de “politicamente relevante”.

¹²⁶ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

¹²⁷ idem

Ora, o que se torna político-culturalmente relevante está longe de passar apenas pela esfera do Estado (no sentido restrito) e de suas políticas públicas. Pelo contrário, é a própria sociedade civil que põe as demandas a serem atendidas pelo poder público e pela própria sociedade civil. Neste sentido, Bolán argumenta: “uma política cultural é algo mais que uma responsabilidade de governo, pois implica a todos os agentes da sociedade, e seus sentidos projetivo de futuro, que implica tanto conflito como adesão a um projeto de transformação social” (BOLÁN, 2006, p. 58).

Veremos no próximo tópico que em termos de movimentações de juventude e de suas políticas culturais estas últimas se apresentam sem uma adesão unívoca às instituições que tradicionalmente as acolhiam, tais quais partidos, igrejas etc. Portanto, nem sempre haverá aquela construção coerente de “projetos de futuro” ou de “transformação social” anunciado na citação anterior. Como nos alerta Canclini (2005), a parcela da juventude engajada nestas manifestações formais de política institucionalizada é ínfima em relação à sua totalidade. Assim como a participação direta no cotidiano de produção do jornal é mínima em relação à totalidade de estudantes de uma escola.

Isso não quer dizer necessariamente que haja uma desmobilização dos jovens e de suas formas de organização. O mesmo autor ressalta ainda que os jovens na contemporaneidade estão mais dispostos a participar de *causas* quer de *organizações*, ou seja, eles aderem às movimentações e não necessariamente a projetos institucionalizados. Veremos mais à frente que este fenômeno aconteceu de forma emblemática com a mobilização empreendida em Maracanaú em torno da conquista da meia-passagem metropolitana. O movimento, que contava com a participação de vários jornalistas estudantis e que chegou a mobilizar cerca 30 mil jovens em manifestações, após a conquista - parcial - daquele direito terminou por não ter continuidade, mesmo que suas bandeiras transcendessem as questões referentes ao transporte intermunicipal e ao direito de ir e vir dos jovens. Há aqui a reafirmação da tese de Canclini (2005) na qual os jovens hoje se mobilizam mais em favor de *causas* específicas, e por vezes eventuais, que por um projeto institucional tradicional. Voltaremos a este tema mais à frente. Por enquanto abordaremos nossa compreensão de juventude como minorias político-culturais.

4.2 Juventude como minoria

Neste tópico discorreremos sobre nossa compreensão de juventude como integrante do vasto campo das políticas culturais minoritárias. Não pretendemos, portanto, fazer uma longa revisão do debate acerca das diversas conceituações de juventude em suas formulações psicológicas, sociológicas ou instrumentalmente definidas pela gestão de Estado. Antes, dialogamos com Barbalho (2005 e 2006) e Sodré (2006) para tecer esse ponto de confluência entre as concepções de minoria e juventude. Para tanto, faz-se necessário delimitar como construiremos aqui estas duas categorias.

Por juventude a UNESCO (2004) entende ser o período do ciclo da vida em que os indivíduos passam da infância à condição de adultos. Esta etapa da vida é cercada de intensas mudanças biológicas, psicológicas e culturais que se relacionam, formatam-se e diferenciam-se de acordo com as sociedades e vivências das quais os jovens fazem parte.

Se levarmos em conta as convenções etárias, segundo as Nações Unidas, são jovens aqueles grupos populacionais que se encontram entre os 15 e os 24 anos de idade. A organização adverte, entretanto que este parâmetro possui uma variação grande mesmo dentro do subcontinente latino-americano. No Brasil, a Secretaria Nacional de Juventude adotou a mesma faixa etária estabelecida pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ), a qual entende como jovens aqueles que estão entre os 15 e 29 anos de idade. Levando em consideração que o público alvo do Clube do Jornal é formado, prioritariamente, por estudantes de ensino médio, ou seja, não inferiores aos 15 anos, estes contemplam as duas convenções etárias acerca do que vem a ser juventude. Todavia, pretendemos utilizar esta categoria de forma não restritiva ao sentido biológico/cronológico¹²⁸. Para tanto, percebemos a articulação com o movimento de minorias uma rica fonte de reflexões.

¹²⁸ As reflexões de Maria Rita Kehl têm sinalizado nesta direção ao transcender a definição de juventude como critério etário fixo. Para a autora é “difícil precisar o que é juventude. Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 anos aos 40, todos os adultos são *jovens*. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Para humildemente deixar de ser jovem e ingressar naquele período de vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva – velhice-, preferem o eufemismo ‘terceira idade’. Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto” (2004 p. 89-90).

Argumentando a construção da juventude como minoria político-cultural, Barbalho (2006) fala da emergência, a partir dos movimentos contemporâneos, de uma “nova política cultural da diferença” que se orienta não por valores abstratos e que se pretendam universais, mas orientada por valores específicos e contingentes, provisórios e processuais. Esta perspectiva seria fundamental para compreender os movimentos de juventude nas artes e nas mídias como expressões de tais políticas. Nos termos do autor:

Compreender os jovens como potenciais minorias é entender que o seu devir apresenta-se como uma linha de fuga, numa sociedade modelada pelos valores daquilo que se estabeleceu como “adulto”, “maduro”- em especial, se esse devir comunga com outros, como negro, o feminino, o homossexual, além de questões de classe. (BARBALHO, 2006, p. 9-10)

Falar de movimentos de minorias é falar daquele processo de luta pela conquista da visibilidade e agendamento¹²⁹ de pautas negligenciadas tanto pelo Estado como pela sociedade civil. Suas diversas expressões são a tentativa de desprivatização e viabilização do debate público ao redor de daquelas bandeiras, que a nosso ver, são sempre políticas e culturais. Como afirma Bolán:

[movimentos] marginais, opositoristas, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes e assim por diante, todos concebidos em relação a uma determinada ordem cultural dominante podem ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos (2008, p. 58).

Esses movimentos enfrentam ou, pelo menos, tentam desestabilizar as percepções hegemônicas que tornam seus integrantes seres abjetos, não-válidos ou fetichizados¹³⁰. Ao propor uma política das diferenças, estes movimentos reivindicam políticas de cultura diferenciadas e põem em xeque as formas hegemônicas de condução das políticas de governo e da sociedade. Como nos lembra Barbalho:

De fato, a luta das minorias é exemplar desse embate entre igualdade e liberdade e da busca de um equilíbrio entre esses dois valores. De um lado, as minorias necessitam afirmar suas diferenças [...] De outro, exigem que o direito de exercer sua singularidade

¹²⁹ Para Girardi Jr. boa parte das lutas políticas se dá pelo agendamento (ou não) de certos temas ou, ainda, pelo seu deslocamento de sentido ou importância. Aqui os poderes dos meios de comunicação não seriam propriamente “nos dizer *o que* pensar, mas *em que* pensar, isto é, na sua capacidade de dar visibilidade a um assunto e fixar uma agenda temática” (2007, p. 128). Nesta mesma direção Rubim diz que o cerce dos meios de comunicação diz respeito ao ato de tornar as coisas compartilhadas, comuns, públicas e afirma que “publicizar ou não, eis um dos momentos onde se instaura uma relação de poder: um dos poderes dos *media* para além das mensagens” (1994, p. 68).

¹³⁰ Sobre a transformação dos LGBTs em corpos abjetos sob a égide da heteronormatividade que os transforma em seres indignos de um estatuto ontológico de existência vide Butler (2002; 2006 e 2008). Sobre a fetichização dos corpos negros, virtualmente expostos em revistas de moda, mas em grande maioria “amontoados” na realidade das prisões, vide Hall (2002).

não implique, na prática, desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas) (2005, p. 30).

Ao tentar dar forma a essas múltiplas e pulverizadas mobilizações contemporâneas Muniz Sodré (2005) propõe a formulação de um conceito do que vem a ser hoje uma minoria. Para tanto, o autor resgata as noções alemãs de *Mundigkeig* e *Ummundigkeige*. E aponta que:

Em Kant, maioria é *Mundigkeig* que implica literalmente a possibilidade de falar. *Mund* significa boca. Minoridade é *Ummundigkeige*, ou seja, impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena, como o *infans* (SODRÉ, 2005, p. 11).

Minoria seria aquela parcela da população que para adentrar o espaço público necessitaria romper com esta condição de tutela e/ou descredenciamento historicamente promovida tanto pelo Estado como pela própria sociedade civil. Compreendemos, portanto, que esta percepção de minoria não se vincula imediatamente a questões numéricas, de contingente populacional, sendo possível, então, pensar em públicos como a negritude brasileira e a própria juventude¹³¹ como minorias político-culturais.

Entender juventude como uma minoria contemporânea requer de nós um resgate, ainda que breve, de um outro acontecimento histórico importante: a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069). Como já assinalamos no capítulo I, o ECA veio para substituir o “Código de menores” de 1979. Este último igualava a pobreza à marginalidade e tinha por objetivo “tratar” os jovens que fossem pobres abandonados (as vítimas) ou delinquentes (os vitimizadores). Fora deste binômio, reafirmamos, não havia uma política das diferenças, seja ela cultural ou qualquer outra, voltada para esta parcela da população brasileira. Tal postura não era exclusividade dos poderes governamentais, pois também podia ser percebida dentro das organizações que atuam na sociedade civil. Um exemplo era a divisão das ações da igreja católica entre pastorais do menor, da juventude e da criança. Parece evidente o corte de classe no “trato” entre a juventude pobre (os menores) e os apenas jovens. Havia ainda esta mesma reprodução de percepções pejorativas em muitas das reportagens da grande mídia nas quais os atos infracionais de jovens abaixo da maioria penal, via de regra

¹³¹ Durante o recorte de tempo que contempla nossa investigação, ou seja, em 2005, o Brasil possuía 30 milhões de jovens segundo o IBGE. Dado acessado no site www.ibge.org.br

eram relatados da seguinte forma: “adolescente é assaltado por menor”. Como se o “menor” também não fosse um adolescente¹³².

Sabe-se que apenas a criação da lei, neste caso específico, o ECA, não é o suficiente para a eliminação destas percepções que promovem uma apartação entre os direitos dos jovens pobres e ricos. Tanto é verdade que muitas destas posturas da grande mídia se reproduzem até hoje, bem como o posicionamento de algumas autoridades políticas que defendem a redução da maioria penal. Entretanto, a promulgação daquela lei é considerada um marco histórico de conquista das entidades, muitas delas ONGs, que disputam no campo institucional e nas diversas instâncias da sociedade civil onde atuam a quebra da hegemonia destas percepções que, mais que apenas percepções, são elementos culturais atravessado por relações desiguais de classe, raça, etnia e geração.

As produções sociológicas de Vera Telles têm se conduzido no sentido da publicização destas questões, muitas vezes negligenciadas pela história oficial do Brasil. Os textos da escritora não chegam a trabalhar a categoria “minorias”, entretanto, ao refletir sobre a formulação sociológica da categoria “pobre”, a autora discorre sobre a construção histórica desta figura como um ser destituído não só de bens materiais, mas também destituído da palavra, do ato de nomear, da possibilidade de falar por si próprio, do *Mundigkeig*:

A realidade do arbítrio, da violência, da iniquidade fica sem palavra para ser nomeada. A destituição do ‘pobre’ encontra aqui a tradução mais completa: a privação da palavra, ou seja, a privação de um mundo de significados no qual suas vontades, necessidades e aspirações pudessem ser elaboradas e reconhecidas nas suas próprias razões (TELLES, 1999, p. 122).¹³³

¹³² No Ceará, os “jornalões” têm melhorado bastante neste sentido. O jornal “o povo” foi eleito em 2003 pela Rede ANDI como a terceira melhor cobertura da mídia impressa sobre temas relacionados à infância e à juventude. A citada Rede apura os acontecimentos diários de 50 jornais e 10 revistas de todo o Brasil. Neste mesmo *ranking* o jornal “O diário do Nordeste” aparece ainda em 20º lugar (LIMA, 2004, p. 21-22). O mesmo não ocorre com a mídia televisiva, no que diz respeito aos chamados “programas policiais”. Em muitos deles, apresentados inclusive por deputados estaduais, ainda é possível encontrar a lógica policialesca e de inferiorização da figura do dito, “menor”.

¹³³ A minoria estaria, portanto, intimamente ligada a fragilidade ou ausência de nomeação, como já apontavam os versos de João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida severina*: “Tudo o que encontrei na minha longa descida, montanhas, povoados, caierias, viveiros, olarias, mesmo esses pés de cana, que tão iguais me pareciam, tudo levava um nome, com que pode ser conhecido, a não ser esta gente que pelos mangues habita. Eles são gente apenas, sem nenhum nome que os distinga. Que os distinga na morte, que aqui é anônima e seguida” (1976, p. 114). É interessante perceber como Judith Butler também tece essa

Devemos, portanto, fazer a advertência de que, ao adotarmos o termo *minorias* não pretendemos retroceder às abordagens paternalistas acerca dos ditos “menores”, mas perceber as tensões específicas existentes dentro destes grupos de jovens. Se levarmos em conta que no estado do Ceará, como em todo Brasil, os indivíduos usuários da escola pública, em sua maioria, são “enquadrados” naquela concepção de “pobre”, veremos também que o jornal na escola vai de encontro a esta percepção quando desobstrui o canal que dá vazão à fala dos “atores mudos” no espaço educacional. Assume, assim, a função de mediador dos processos dialógicos e de formulação de políticas culturais próprias.

Logo, pretendemos com a noção de *minorias* visualizar a construção destes espaços de visibilidade, participação e criação/efetivação/ampliação de direitos e políticas como conquistas cotidianas e inacabadas. E, como tais, passíveis de refluxos. Portanto, nossa análise caminha no sentido de que a simples conquista de direitos não é pressuposto obrigatório de sua efetivação/continuidade.

Para analisar estas movimentações minoritárias da juventude, e de maneira singular no Projeto Clube do Jornal, valemo-nos das quatro principais características que segundo Sodré (2005) comporiam um grupo minoritário, a saber: a vulnerabilidade jurídico social, a identidade in *statu nascendi*, a luta contra-hegemônica e as estratégias discursivas.

argumentação da abjeção dos corpos para além da discussão de gênero e do que ela chamou de heteronormatividade: “O abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'. Para dar uma idéia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato freqüente, como o é o território daqueles identificados como 'casos' psiquiátricos. [...] Poderia enumerar muitos exemplos do que considero ser a abjeção dos corpos. Podemos notá-la, por exemplo, na matança de refugiados libaneses: o modo pelo qual aqueles corpos, aquelas vidas, não são entendidos como vidas. Podem ser contados, geralmente causam revolta, mas não há especificidade. Posso verificar isso na imprensa alemã quando refugiados turcos são mortos ou mutilados. Seguidamente podemos obter os nomes dos alemães que cometem o crime e suas complexas histórias familiares e psicológicas, mas nenhum turco tem uma história familiar ou psicológica complexa que o *Die Zeit* alguma vez mencione, ou pelo menos nenhuma que eu tenha encontrado em minhas leituras desse material. Assim, recebemos uma produção diferenciada, ou uma materialização diferenciada, do humano. E também recebemos, acho eu, uma *produção* do abjeto. Então, não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real”. Captado do site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso . Acessado em 16 de outubro de 2008.

Com relação à vulnerabilidade jurídico social poder-se-ia argumentar que se tem avançado muito nos últimos anos para garantia de direitos para este público. Contudo, estas conquistas são muito recentes e ainda estão se esboçando “na prática”, visto que em grande medida ainda estão apenas na letra da lei. Não podemos esquecer que até o início dos anos 2000 o Brasil era o único país da América Latina a não possuir um Conselho ou Plataforma Nacional de Juventude. Esta crítica seria feita por Sposito e Carraro (2003) quando afirmam que apesar dos avanços em relação à criação de diversos programas governamentais por parte da esfera federal, nos anos 1990, estes programas tinham como forte característica a fragmentação, a ausência de métodos de monitoramento e avaliação. Aquela realidade de descontinuidades vivenciada em termos federais não chegava a se distinguir da vivência das políticas públicas estaduais para a juventude do Ceará. No citado Estado percebemos que as políticas de juventudes estavam vinculadas ao bel prazer do gestor público uma vez que, criada nos últimos anos da gestão Lúcio Alcântara (PSDB) 2003-2006, a Secretaria Estadual de Juventude - SEJUV foi extinta logo no início da gestão posterior, a de Cid Ferreira Gomes (PSB).

Aquela característica fragmentada que marcou as ações junto à juventude nos anos 1990 e na primeira metade dos anos 2000 vai começar a apontar uma mudança somente em fevereiro de 2005, quando o presidente Lula da Silva instituiu a Política Nacional de Juventude, por meio da medida provisória 238, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na lei 11.129 daquele ano. Naquele ano foram também criados o Conselho nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude¹³⁴ e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), considerado por Silva (2005) como a mais importante ação destinada à formulação e discussão das políticas para a juventude, até aquele momento, no Brasil.

Na realidade aqui investigada, quase a totalidade da juventude atendida pelo Projeto Clube do Jornal (PCJ) está amparada formalmente pelo ECA e pela Política Nacional de Juventude, contudo amparos formais não pressupõem amparos efetivos. Entram aqui mais uma vez as questões da política cultural como possíveis criadoras de

¹³⁴ A Secretaria Nacional de Juventude está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e, dentre diversas funções, possui por atribuição a articulação dos projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens entre 15 e 29 anos; interagir com os poderes Legislativo e Judiciário na construção de políticas intersetoriais; estimular a elaboração de políticas voltadas à juventude os três âmbitos da Federação e estabelecer um espaço para a participação do público-alvo na formulação destas políticas.

espaços onde poderão (ou não) ocorrer a publicização da não efetivação ou ampliação de um direito dentro ou fora da escola. Em especial o direito à liberdade de expressão.

Sodré (2005) ainda fala que o grupo minoritário é vulnerável por não possuir estabilidade jurídica e, portanto, por não ter voz. Ora, retomamos aqui a questão específica do jovem jornalista estudantil. Este ainda não completou a maioria e é compreendido como alguém em situação de peculiar desenvolvimento, para utilizarmos os termos do próprio ECA. Ou seja, apesar de ser um sujeito de direitos como um cidadão de qualquer outra idade, sua autonomia é limitada devido ao que o ECA compreende como seu estágio específico de “maturação”. Como vimos anteriormente, este argumento não raras vezes é apropriado e desvirtuado por algumas diretorias que tentam cercear ou exercer de forma policialesca o controle sobre a publicação dos jovens. Neste sentido, reafirmamos que a vulnerabilidade jurídico-social não se elimina apenas com a promulgação de lei, apesar de sua importância. Será no seio da sociedade civil que os consensos acerca da autonomia *versus* tutela dos jovens vão ser constantemente disputados e muitas vezes provisoriamente estabelecidos.

Uma segunda característica que nos ajuda a interpretar a juventude como uma minoria é o que Sodré chamou de Identidade *in statu nascendi*. Para o autor, as minorias estão num eterno recomeço e se reinventando, mesmo que os grupos sejam antigos. Ora, talvez esta tenha sido a característica mais explícita a ser apreendida por nós nos primeiros momentos quando acompanhamos o cotidiano dos grupos nas escolas. Se levarmos em consideração que projeto é desenvolvido predominantemente em escolas de ensino médio perceberemos, geralmente, que tempo máximo de pertença ao grupo será de três anos. Fora esta constatação lógica, há também a fluidez e rotatividade dos membros dos grupos dentro de um mesmo período letivo.

A identidade constantemente sendo reinventada não significa, porém, a amputação ou o apagamento total da história daqueles grupos. Como percebemos mais acima, a história comum gerada no decorrer dos 11 anos de projeto, com todo o seu “folclore” (edições queimadas, subornos, cobertura de grandes eventos) era apropriada e reinventada pelos então jornalistas estudantis. Um exemplo disso é a forma como estes temas (presentes na “memória” do jornal) são resgatados dentro das publicações tendo em vista uma necessidade de estabelecer a publicação do jornal como um espaço

historicamente erigido com características democráticas, alinhadas com os direitos humanos etc.

A construção de jornais estudantis que defendam tais valores está intimamente ligada à terceira característica que, segundo Sodré, compõe uma minoria: a luta contra-hegemônica. Nos termos do escritor: “uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio sem objetivo de tomada de armas” (2005, p. 13). Como já analisamos anteriormente, percebermos que os jovens do PCJ em Maracanaú travam lutas tanto precisamente direcionadas como difusamente orientadas. As primeiras dizem respeito àquelas denúncias já analisadas e que têm por característica serem mais imediatas, por afligirem diretamente o cotidiano escolar (banheiro da escola, quadra esportiva, bebedouros) ou ainda as lutas estudantis bem definidas (como veremos mais à frente nas questões da luta pela meia passagem metropolitana). As segundas lutas, que denominamos de “difusamente orientadas”, dizem respeito às questões dos grupos minoritários que surgem dentro da escola (e mesmo nos movimentos que se articulam com o jornal) e que tencionam a reflexão e mudança de significação de certos temas como as relações de gênero, orientação sexual, etnia, consumo dentro da escola, etc.

Sodré (2005) afirma ainda neste ponto que no processo de luta contra-hegemônica há a apropriação da mídia como um dos principais “terrenos” deste tipo de luta. E adverte que há a possibilidade também destas ações não transcenderem a realidade imediatamente publicizada e caírem no esquecimento se elas se detiverem apenas no que ele chamou de “virtualidades”. Sobre o assunto é importante ressaltar que Arendt (2001) afirma que o espaço público é o espaço do discurso e da ação. E não somente do discurso. Esta imbricação discurso-ação é denominado pelo escritor como “estratégias discursivas”, as quais compõem a quarta característica para se pensar uma minoria. Para Sodré, as “estratégias discursivas” são uma série de “ações demonstrativas” tais quais “passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet” (2005, p. 13) que são apropriadas pelos sujeitos minoritários. As estratégias discursivas apropriadas pelos jornais estudantis, que chegaram até a romper os limites da escola, são apresentadas de forma privilegiada nos próximos tópicos quando analisamos a relação dos jornalistas com o Movimento Livre Arbítrio, bem como as táticas de publicização via jornal de outras bandeiras minoritárias como gênero e sexualidade.

4.3 As pautas político-culturais das produções jornalísticas entre 2004-2005

Neste tópico analisaremos as “estratégias discursivas” adotadas pelos cinco grupos de jovens produtores do jornal estudantil. Para tanto, dividimos o tópico em torno das três pautas e/ou “concepções” de jornal que mais apareceram tanto nas edições de 2004 e 2005 como também nas falas dos informantes durante as entrevistas.

Como já expusemos anteriormente, as questões referentes à escola estão sempre presentes em todas as publicações. Neste aspecto o jornal *Liberdade Jovem* se destaca em relação aos outros, reproduzindo em suas páginas quase que exclusivamente questões ligadas à educação mais imediata desenvolvida na Escola Martins Filho. Entretanto, isso não impediu que alguns jornais assumissem uma linha editorial que ultrapassasse as questões educacionais e que neles imprimissem outras características também marcantes como veremos a seguir:

4.3.1 Grande mídia versus jornalismo estudantil.

O verbo é o jornal que pretende se assemelhar à rotina de um jornal de grande mídia. A publicação não tinha a preocupação de fazer uma “mídia alternativa” no sentido de inovação frente ao modelo predominante de comunicação. Tanto é que em diversos trechos da entrevista reproduzidos até aqui é sempre estabelecido, pelo informante daquela publicação, um paralelo constante entre os dois tipos de mídia.

Tal fato pôde ser constatado quando o jovem argumentava logo acima a necessidade de diferenciação entre a Ouvidoria do projeto e o “verdadeiro” trabalho de um *Ombudsman*. Foi argumentado também que o editorial das edições sempre tinha um caráter de “carta aos leitores” diferentemente dos “jornalões” que, segundo o informante, seriam mais críticos. Há outros momentos ainda não relatados referentes a este paralelo constante, como por exemplo, o questionamento da assinatura dos mesmos editoriais presentes nos exemplares. Lembremos que todos os textos no jornal estudantil são assinados, independente do número de autores. É sabido também que os editoriais dos jornais da grande mídia não são assinados exatamente por contemplarem a opinião da empresa e não do jornalista redator. Por exemplo, nos EUA é comum um jornal como *The New York Times* se posicionar, por intermédio do editorial, no apoio a alguma candidatura a cargo eletivo público. Sobre este tema o ex-aluno comenta sua

insatisfação: “Eu sempre achei muito estranho essa história do editorial ser assinado por uma pessoa. Eu achava muito estranho porque o editorial é uma opinião do jornal.”¹³⁵

Essa postura de questionamento dos “processos jornalísticos” estabelecidos pelo Comunicação e Cultura é uma característica peculiar daquele jornal, característica esta quase ausente nas outras publicações investigadas. Eles defendiam inclusive que a ouvidoria fosse feita apenas depois, e não antes da publicação do jornal, como fazem os “jornalões”. Outra característica que pode ser tomada como integrante do projeto editorial de *O verbo* é que o mesmo tentava estabelecer o princípio da atualidade das notícias, mais vinculado à mídia comercial:

Tinha uns assuntos que eram discutidos na mídia que a gente sempre via e colocava. A história do referendo do desarmamento. No colégio, só quando havia um conflito muito grande e que precisava ser discutido é que a gente pautava o colégio. Mas na grande maioria das vezes eram assuntos da grande mídia mesmo.¹³⁶

Há limitações neste sentido se levarmos em conta que o jornal era produzido no máximo uma vez por mês. Nestas condições não foram raras às vezes em que as pautas se tornaram obsoletas antes da distribuição do jornal, mesmo quando este não parava na ouvidoria por problemas éticos. Diferentemente, por exemplo, do caso do jornal *Tanakara*, no qual as pautas “venciam” por desorganização interna do grupo. Como relata a ex-coordenadora do jornal:

A pauta era definida por todo mundo [...] muitas vezes acabavam os prazos, ninguém entregava. Às vezes as pautas venciam e a gente tinha que re-pautar nós duas [as coordenadoras]. A gente acabava escrevendo matérias frias porque acabavam vencendo as pautas quentes. Na realidade o clube fazia reuniões para marcar reuniões.¹³⁷

Essa é uma característica peculiar que diferenciava *Tanakara* de *O verbo*, pois os integrantes do primeiro jornal se mostravam mais comprometidos com as questões de mobilização social e dos movimentos sociais onde estavam inseridos do que propriamente com o Jornal em si. Isso não quer dizer que há um processo de desvalorização do *Tanakara* frente ao jornal na escola, mas sim uma tendência à sua instrumentalização. Como afirma a entrevistada:

Na época eu não achava que o que eu representava era uma instituição, mas sim uma causa. O jornal era um instrumento para uma causa maior. Era buscar uma sociedade

¹³⁵ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹³⁶ *idem*

¹³⁷ Entrevista concedida em 10 de março de 2008.

melhor, mais democrática, mas igualitária, socialista, se bem que eu não gosto mais desse nome. Mas na época era isso mesmo.¹³⁸

Se em *O verbo* há a tentativa mínima de reprodução dos princípios da grande mídia, percebemos que no *Tanakara* estão presentes princípios que trazem ecos da “imprensa alternativa” dos anos 1970 e algumas de suas problemáticas como a tensão entre autonomia e o aparelhamento ou instrumentalização por outra instância política. Essa forma de organização menos centrada na gestão e na burocracia é apontando por Kucinski como uma das características mais marcantes de alguns dos “nanicos”, como, por exemplo, *O pasquim* o qual “não se via como uma redação convencional [...] não era uma forma de desorganização, mas sim uma nova modalidade de organização não burocrática” (1991, p. 154). Havia ainda nos *nanicos* acima citados a apreensão acerca do possível aparelhamento com movimentos sociais ou partidos como ocorreu, por exemplo, com o jornal *Em tempo*¹³⁹. Ao contrário do Jornal *O verbo*, as integrantes do *Tanakara* não possuíam essa pretensão mais voltada para o jornalismo profissional.

Outra característica marcante de *O verbo* era a preocupação com a forma de abordagem e com a necessidade de ampliar seu público leitor. Em verdade, uma das principais angústias do grupo, ainda segundo o entrevistado, era tornar o jornal atraente para os demais estudantes:

O fato é que o jornal do jeito que ele é não é convidativo para a maioria dos adolescentes. Por que não gostam de ler [...] Então era uma preocupação constante. Com é que eu chamo a atenção para prender a atenção dos adolescentes na matéria? Que tipo de linguagem eu uso? Pelo menos no título. É desenho? É cor? Então é chato você passar vinte, trinta dias num mês produzindo um jornal para você não ver as pessoas lendo, para quando você termina de entregar o cara vai dobrar e colocar dentro do caderno e nem lê em casa.¹⁴⁰

O anseio por pesquisar formas de linguagem, editoração e temáticas que ressoassem no universo dos demais estudantes às vezes colocou os jornalistas do *O verbo* em confronto com a direção da escola. Principalmente em relação às manchetes das matérias. Como num caso em que o Jornal publicou uma matéria intitulada: “Projetos na escola. Para quem? E para quando?” O texto na verdade não apresentava nenhum problema, discorria sobre os projetos ainda não executados e contemplava o direito de resposta do diretor na mesma edição. Entretanto, lido de forma isolada, o

¹³⁸ idem

¹³⁹ Para maiores informações sobre a imprensa alternativa dos anos 1970 vide Kucinski (1991).

¹⁴⁰ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

título da matéria acabava por denotar a relação tensa e de “alfinetadas” que existia entre a direção escolar e alguns integrantes do jornal. Tanto é que ao ser chamado na sala da direção do Liceu de Maracanaú, o escritor da matéria já sabia do que se tratava a convocatória. Em seus próprios termos:

E foi um *bafafá*. [...] Eu já achava que era sobre o título [da matéria]. Então o diretor perguntou: “Raul que nome é esse?”. O nome da matéria. Aí eu fui explicar para [o diretor] o que era que eu compreendia por título e [...] como eu entendia a significação do título [...] E disse que ele como educador [...] deveria ler a matéria para saber do que se tratava. Por que se você for um péssimo leitor ou se você não tiver tempo nenhum você vai ler só o título, mas eu nunca vou lhe aconselhar isso porque às vezes o título é só pra chamar o leitor para o texto e foi isso o que eu quis fazer. [O título] era uma pergunta e essa pergunta tem uma resposta. Se tem um texto embaixo subtende-se que esta seria a resposta.¹⁴¹

Como se pode perceber, o fato não se tratava pura e simplesmente de uma “chamada” mais agressiva para atrair o leitor, mas também de um tencionamento para a efetivação das promessas de campanha do diretor.

Mesmo tentando reproduzir aquele “padrão midiático”, existem circunstâncias que inserem *O Verbo* na condição de uma mídia não-comercial. Além da característica óbvia: a distribuição gratuita, os jornalistas estudantis tinham a percepção *in loco* acerca da boa ou má recepção de seu produto. Sobre esta recepção o jornalista estudantil pondera:

No colégio [...] quando era aquele pessoal do povão que escrevia aí os alunos comentavam: “eita, fulano escreveu”. É aquele pessoal que fica do meio da sala para o fundo. E quando uma pessoa do meio da sala para o fundo escrevia aí o povo fazia aquela algazarra. Então dizem: “Eita, o nome dele saiu no jornal.” E quando um aluno muito popular no colégio escrevia, tinha também aquela movimentação. Aí isso despertava a leitura. [...] Mas tinham aqueles que jogavam o jornal no lixo na nossa frente. Tinha deles que diziam que o jornal não prestava. E a relação com isso, por imaturidade, era uma relação que “tudo bem, se você acha que é assim, deixa”.¹⁴²

Por tematizar questões da atualidade, havia também o ressentimento, por parte dos estudantes que faziam o jornal, pelo fato dos professores não utilizarem as edições em sala de aula, como estratégia de fortalecimento do Jornal. O que poderia potencializar a leitura da publicação:

Você não tinha junto com os professores um dia para trabalhar o jornal, por que o jornal não sai todo dia [...] sai uma vez no mês ou a cada dois meses [...] você não tinha um dia

¹⁴¹ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹⁴² idem

em que o professor parasse a aula dele, pegasse o jornal, abrisse e dissesse: ‘gente vamos ler o jornal, o que é que vocês acham sobre tal assunto, vamos conversar sobre isso?’ Isso nunca existiu na minha vida, nunca vi isso na face da terra. E é uma coisa tão simples porque tem dias em que o professor passa uma aula toda falando da vida dele, falando das contas que tem que pagar e não paga, falando da relação com o esposo ou com a esposa, falando que é mal amado, que tomava drogas quando era adolescente, tem dia que só existe isso na sala de aula.¹⁴³

Inclusive, esta também é a recomendação dada pela ONG sobre a participação do educador da escola junto ao jornal, no caso: o fomento das discussões via jornal em sala de aula. Havia especificamente em *O verbo* a avaliação daquele processo de recepção dos jornais bem como a redefinição de estratégias na busca pelos leitores. Entretanto, um dos obstáculos apresentados pelo grupo na concretização destes propósitos eram as limitações da ONG no oferecimento de capacitação no sentido de formação em técnicas jornalísticas. Salientamos que, no período investigado, a instituição não possuía um profissional da comunicação para dar suporte a este processo. Como *O verbo* pretendia ter como base esse padrão jornalístico mais formal, é o único dos jornais que questiona essa fragilidade da ONG:

Não era uma preocupação do PCJ e nem do CeC instruir para que a gente realmente pudesse fazer um texto jornalístico [...] Porque você não sabe escrever os textos naqueles moldes do jornal *O povo*, do *diário do nordeste*. Mas você sabe pelo menos que tem que ouvir os dois lados, sabe que pode investigar de alguma forma [...] mas nunca foi a idéia do CeC de instruir para esse fim. Era a liberdade de expressão e que essa liberdade de expressão simplesmente fluísse.¹⁴⁴

A afirmação acerca da “simples liberdade de expressão que deveria fluir” deve ser relativizada, uma vez que, dita desta forma, dá a entender que o Comunicação e Cultura simplesmente abandonava nas mãos de seu público-alvo o jornal sem nenhuma capacitação. Em verdade havia cursos técnicos referentes à editoração eletrônica; oficinas instrumentais como de organização, captação de recursos etc.; e também cursos temáticos geralmente voltados para capacitação em gênero, sexualidade, protagonismo juvenil etc.

Todavia, a questão central aqui não são as capacitações desta ordem, mas diz respeito a outras polêmicas que a criação do jornal na escola fez emergir, a saber: a demanda dos estudantes por cursos de produção textual exatamente para tentar suprir essa deficiência acerca dos textos jornalísticos, bem como para minimizar as

¹⁴³ idem

¹⁴⁴ idem

reclamações por parte dos diretores referente a erros ortográficos. Sobre este assunto, foi consenso dentro da ONG que se realizassem atividades de produção textual, o Comunicação e Cultura estaria retirando uma responsabilidade que é do Estado. Ao recordar esta polêmica, a então assessora pedagógica da ONG expõe o contexto em que se deu o abandono da proposta referente aos cursos de produção jornalística:

Era uma coisa que o Coordenador do CeC dizia quando a gente queria fazer as oficinas de português. Que a gente não pode atender, a gente não pode tirar uma responsabilidade que é da escola. Então se os meninos estão com problemas de português, como algumas direções mesmo já falaram para a gente: “ah, esse jornal está cheio de erros de português isso é uma vergonha”. Mas ela mesma se desresponsabiliza do papel dela enquanto escola quando diz isso. E nesse momento a gente diz que esse é um papel da escola. Então o problema é na escola que ela está coordenando. Por que se o papel da escola é a educação então por que a escola olha para ONG, que trabalha uma realidade extra-classe que é o PCJ, e diz que é responsabilidade dela o fato de o jornal está vindo cheio de erros? ¹⁴⁵

É inegável a responsabilidade da escola no papel do letramento de seus alunos, entretanto, independente da questão restrita ao português, ainda em 2005, Araújo aponta a questão da qualidade jornalística das publicações como um dos principais problemas do Projeto Clube do jornal. Segundo a pesquisadora:

Existe uma demanda por oficinas técnicas, com conteúdo jornalístico, mas o Comunicação e Cultura não prevê quando irão [sic] suprir esta necessidade [...] inclusive uma das críticas que é feita ao projeto Clube do Jornal é a qualidade dos informativos. O professor de Comunicação Social da UFC, Ronaldo Salgado argumenta que a falta de um profissional de comunicação prejudica a qualidade das matérias [nas quais] conceitos como o de ouvidoria e de editoria foram modificados e assumem novas características, diferentes das tratadas pelo jornalismo [profissional] (2005, p. 52-54) .¹⁴⁶

Já tratamos aqui das questões estratégicas que fizeram emergir a figura da Ouvidoria no Projeto. Já em relação à não-reprodução de padrões jornalísticos profissionais, tal questão não é percebida como um problema pela a ONG visto que não é sua proposta promover uma similaridade com aquele tipo de jornalismo. Até porque sua atuação visa desde o início a efetivação do que intitula de “mídia alternativa”. Entretanto, para os jornalistas estudantis que intentam estabelecer aquele modelo como projeto editorial, como é o caso do jornal *O verbo*, a tentativa de fazer um “jornal profissional” fica comprometida. Isso não impedia, entretanto, que os alunos se dedicassem na tentativa de aproximação com aquele *ethus*:

¹⁴⁵ Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2006

¹⁴⁶ A pesquisadora se refere à matéria publicada pelo jornalista Ronaldo Salgado no Jornal O povo, em 10 de janeiro de 2005 em comemoração aos 11 anos do Projeto Clube do Jornal.

Na época da meia intermunicipal eu fiz uma matéria gigante sobre a meia. Eu me senti verdadeiro jornalista naquela época. Eu ligava e ligava e ligava e a [empresa] Nossa Senhora de Fátima não se pronunciou. A Cloutran não se pronunciou. Eu acho que quase nenhuma de fato se pronunciou.¹⁴⁷

Voltaremos ao assunto da cobertura jornalística do MLA nos próximos tópicos. Por enquanto apresentaremos outras questões também recorrentes nas publicações, a saber, às relativas aos direitos culturais da juventude. É o que discutiremos a seguir.

4.3.2 Os direitos culturais nos jornais e no cotidiano dos estudantes.

Se a adesão às pautas da grande mídia caracteriza o projeto editorial de *O Verbo*, são os direitos culturais que permearão de forma mais consistente as edições do *Tanakara* e *GAMPH* em especial as referentes ao gênero e à sexualidade.

As apropriações que os autores dos textos fazem dos conteúdos trabalhados pelo Comunicação e Cultura e pelos movimentos podem variar imensamente e de forma alguma deve ser apreendida como uma simples transmissão de conteúdos de um para o outro. É o caso da edição nº 14 do Informativo *GAMPH* onde há uma matéria não discriminatória, mas problemática que põe em pauta os “preconceitos e os tabus na família” a partir da realidade vivenciadas pelos jovens:

Obs: estas expressões. Cozinhar é **coisa** de Mulher. Homem que é Homem não chora. Você concorda com essas expressões? Se a mãe manda seu filho ajudar sua irmã [a] arrumar a casa ele [diz]: eu mesmo não, isto é coisa de mulher. Ou a senhora quer que eu vire mulherzinha?[...] Quanto machismos!!! Essa é nossa realidade, na família, na sociedade existem muitos tabus e preconceitos, fazendo grandes diferenças entre homens e mulheres. Apesar do preconceito e das diferenças, nós mulheres nos superamos de cabeça erguida e conseguimos vencer, quebramos tabus [...] É puro preconceito e machismo dizer que a mulher é menos capaz que o homem!!¹⁴⁸

As reflexões acerca da dominação de gênero promovidas pela ONG e incorporadas nos discursos dos jornalistas estudantis são de valia incomensurável para a formação das novas gerações moradoras de um estado extremamente machista como é o caso do Ceará. As declarações supracitadas feitas pela jovem apontam um relativo “empoderamento” com respeito à temática da não submissão à dominação masculina e à forma pejorativa e rebaixada como se costuma referir à *mulherzinha*. Contudo, o relato se trai logo em seguida quando a estudante reafirma alguns valores conservadores que

¹⁴⁷ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹⁴⁸ Escrito por Cristina Moura, publicado na 14ª edição do *Informativo GAMPH* em dezembro de 2004.

dizem respeito ao suposto “papel da mulher como mãe” e ao “mito do amor materno”: “a mãe é responsável pelos filhos em diversos lugares como, por exemplo: em casa, escola, na igreja e etc. [...] é a responsável em dar amor e carinho à família”¹⁴⁹.

Este trecho do artigo confirma a nossa afirmação de que são as diversas vivências, sejam elas religiosas, escolares, de organização política ou midiáticas que potencializarão a formulação de um consenso provisório acerca dos significados sociais vinculados nos jornais. Não é exclusivamente nem a ONG, nem a igreja, nem a TV, nem o movimento social que incute diretamente este sentido na subjetividade do redator estudantil, mas a disputa de significados entre todas estas mediações.

Em outro jornal percebemos a diferença no teor da mesma abordagem quando é trabalhada por uma jovem engajada em outras mediações, no caso: o cotidiano da militância em movimento social. A estudante do jornal *Tanakara* discorre:

Sabemos que cientificamente o homem não é melhor que a mulher ou o contrário, também sabemos que a maior diferença entre os sexos são as oportunidades estabelecidas pela sociedade atualmente machista [...] A mulher durante séculos esteve às margens da família, da religião e da sociedade.¹⁵⁰

Até aqui a abordagem permaneceu relativamente igual ao começo da abordagem da estudante do *GAMPH*, entretanto este artigo caminha por outras searas que a estudante anterior não atingiu: a discussão dos direitos sexuais e reprodutivos, como o Direito ao Corpo. Sobre o assunto a jornalista do *Tanakara* continua:

Na religião elas as mulheres são submetidas a conceitos arcaicos, tal como casar virgem. O direito que querem nos dar é a obrigação de satisfazer apenas um homem durante a vida. De forma alguma queremos nos sobrepor, pois deixamos bem claro, feminismo não é machismo. Queremos a igualdade já que todos somos iguais. Diferenciados apenas pelo fator biológico¹⁵¹

Aqui presenciamos a retomada da discussão apresentada mais acima por Barbalho (2005) sobre a tensão entre o direito à igualdade e às diferenças como direitos culturais. São os chamados direitos de terceira geração ou ainda direito à diversidade cultural tencionados pelos chamados, novos movimentos sociais. Não é a toa que, neste sentido, a redatora daquele artigo sobre o feminismo afirma:

¹⁴⁹ IDEM

¹⁵⁰ Escrito por Erivânia Menezes, publicado na 21ª edição do *Informativo GAMPH* em maio de 2004.

¹⁵¹ IDEM

Eu participava de movimentos sociais. O movimento livre Arbítrio. Nunca fui filiada a partido político, mas tinha uma simpatia quase visceral pelo Partido dos Trabalhadores e onde tinha discussões debates eu estava lá, podia ser debate feminista, debate de gênero, de questão de desigualdades sociais mesmo. Todo tipo de debate eu queria estar no meio. Eu queria participar. [...] Em relação a gênero tinha a formação do “de igual para igual” na ONG e [...] a gente chamava as meninas da marcha mundial de mulheres para fazer debate e tudo. E estes assuntos acabavam vindo no jornal.¹⁵²

Além do Jornal *GAMPH* e *Tanakara*, outro que vivenciava e refletia sobre as relações de gênero era o *Liberdade Jovem*. Porém, como seu projeto editorial era prioritariamente discutir os assuntos mais imediatos de gestão escolar, este tema nunca teve destaque em suas páginas. Isso não impedia, entretanto, que a discussão promovida pela ONG tencionasse mudanças nesta área da vida dos jovens. Como nos relata a ex-coordenadora daquele jornal:

Eu não tenho idéia de quantos anos passei sem estudar. Foi muito tempo mesmo. Meu pai era muito machista ele achava que mulher não era para estudar. Ele achava que a mulher só era para cuidar de casa e deveria obediência ao marido. [O contato com a ONG] me motivou mais a querer buscar e querer mostrar que é possível quando a gente quer chegar a algum lugar. É possível vencer o machismo. [...] É possível a gente lutar. As pessoas não querem que a mulher participe da vida política, mas a gente não deve ficar quieta. A gente tem que achar um meio de se inserir. E fazer com que as pessoas conseguissem mudar essa visão através dos nossos atos. Então para provar para o meu pai eu tive que chorar muito. Teve dias que eu me sentava para conversar com ele e ele não me levava a sério. Eu dizia: “isso aqui é importante para mim. Eu não nasci para trabalhar em roçado, para plantar feijão. Para estar no meio do roçado no sol quente.[...] Eu queria que o senhor me deixasse estudar porque eu sei que isso é o meu futuro.” E com o passar do tempo ele foi cedendo. Eu pedi “me dê um voto de confiança para eu provar para o senhor que o que eu quero é o melhor para mim. Eu não estou querendo sair do seu domínio. Eu estou querendo a minha vida. [...] Eu não vou querer depender de marido. Eu vou querer traçar meu próprio destino” E nisso tudo o jornal e o grêmio contribuíram muito para que eu tivesse essa visão de mundo e se não fosse isso eu jamais estaria com esta mente mais aberta.¹⁵³

Note-se que os jornais e as discussões realizadas na ONG promovem a emergência de um assunto privado (a questão feminina) para a esfera pública (nas publicações, nos espaços da escola) que por sua vez retornam para a esfera privada (as casas dos jovens) promovendo mudanças substanciais em seu cotidiano. Como é mostrado na fala anterior, isso não ocorre de forma abrupta, como uma ruptura, mas é estabelecido pelo novo conjunto de mediações (aquisição de novos conhecimentos, discussão a partir de outros pontos de vista) que os jovens dispõem dentro e fora da organização não-governamental. A ex-coordenadora do *Liberdade Jovem* relatou que não pretendia, estrategicamente, “sair da dominação do pai” como argumento para ocupar aquela

¹⁵² Entrevista concedida em 10 de março de 2008

¹⁵³ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

esfera pública da escola. Ali, na verdade, a relação de dominação total já aparece quebrada, pois já é aceita a possibilidade de diálogo, da palavra e não existe mais apenas a tentativa de frustrada de convencimento. Estabelece-se, então, uma relação de poder ainda desigual, porém a partir dali se configurando mais dinâmica e, por conseguinte, com a possibilidade de resistência ¹⁵⁴ e de diversificação das concepções de mundo, da cultura.

Portanto, esta “diversidade cultural” tencionada pelas organizações que atuam na sociedade civil não deve ser vista como uma justaposição pluralista de idéias e visões de mundo, como vem ocorrendo ultimamente em diversas análises. Segundo Bernard, o diverso é na atualidade tratado como o “amável, simpático, mas não diz muito” (2005, p. 74). De costas para esta percepção se encontram as noções dos informantes produtores de mídia alternativa, na qual estes aparecem como promotores também de um espaço dentro da escola onde o conflito é legítimo e público. Estando, pois, em sintonia com a retomada que Bernard faz acerca da raiz etimológica do conceito de diversidade, *Diversus*. Para o Francês:

Seu significado [radical] é majoritariamente o de oposto, divergente, contraditório, diferente no sentido ativo, e não o que predomina atualmente, o de “variedade” e até mesmo, de “múltiplo”[...] torna-se importante reatualizar essa etimologia de um *diversus* que não é constatação, mas um movimento que advém da luta, mais do que uma espécie de constatação amável” (2005, p. 75).

Adentrar este debate é refletir sobre a lógica das minorias. Seu cotidiano não é mera convivência pacífica e justaposta entre as diferenças, mas a visualização do devir daqueles diversos movimentos. Essa questão pode ser bem observada nas palavras de ordem feministas: “diferente, mas não desiguais!” e do movimento homossexual norte-americano: “Somos *gays*! Existimos! Acostumem-se com isto! Não se metam com a gente!” ¹⁵⁵. Para Jelin (1996) é o movimento feminista o responsável por este

¹⁵⁴ Esta afirmação do poder como algo relacional pode ser encontrada em Foucault (1995). Lá o autor afirma que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia específica [...] na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isso implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial. [...] para que haja um movimento de cima para baixo, é preciso que haja ao mesmo tempo uma capilaridade de baixo para cima.” (IDEM, P.241 - 250).

¹⁵⁵ No original “We’re queer! We’re here! Get used to it! Don’t fuck with us!”. *Queer* era inicialmente um termo pejorativo do inglês para designar homossexuais masculinos. Sem equivalente preciso em português, a palavra quer dizer ao mesmo tempo algo em torno de bicha, diferente e esquisito. Resignificada e positivizada pelo movimento *gay* a expressão *queer* virou sinônimo das políticas e teoria das diferenças dentro do universo LGBT. A emergência desta “política *queer*” de identificações denota a

descentramento do paradigma dominante que toma o homem ocidental como referência universal e a mulher (e demais minorias) como residual ou inexistente. E continua:

Ao fazê-lo, moveu-se em um espaço contraditório: o reclamo por direitos iguais (aos dos homens ocidentais) e o tratamento igualitário por um lado; o direito a um tratamento diferenciado e à valorização das especificidades de cada categoria ou grupo social, pelo outro. *Isso implica uma tensão inevitável entre o princípio da igualdade e o direito à diferença* (IDEM, p. 22 – grifos da autora).

Essa questão ganha proporções ainda maiores se levamos em conta que são vivenciadas cotidianamente entre jovens que freqüentam a mesma escola e com todo o processo de formação de grupos de auto-afirmação naquelas unidades de ensino. Era tendo em vista esta situação peculiar que a ONG em questão trabalhava junto aos jovens a reflexão no jornal acerca do respeito às diferenças e às igualdades. Por sua vez, os jornais acabavam não só tematizando estes assuntos, mas, inclusive, publicizando atitudes discriminatórias ocorridas dentro ou fora da escola, com é o caso, por exemplo, do fenômeno do *Bullying*.

O *Bullying* é um fenômeno típico da intolerância gratuita. Nele, determinados jovens são perseguidos e atormentados por seus colegas dentro e fora da escola sem motivo aparente. A temática foi historicamente tão secundarizada que nem possui termo equivalente para o português. A tradução do termo original em língua inglesa, seria “o atormentador”¹⁵⁶. Na escola brasileira, bem como nas do resto do mundo, o assunto tendia sempre a ser negligenciado pelos educadores, talvez pelo despreparo, desconhecimento do sofrimento psíquico causado ou pela minimização do problema. Este assunto foi pauta de jornais estudantis após sensibilização promovida pela ONG Comunicação e Cultura. No jornal *Ctrl.Alt.Del* foi abordado sob a manchete: “Talvez você faça sem saber!!!”. Sobre a abordagem da temática na escola, a ex-participante do jornal relata:

Na escola não teve nenhum daqueles casos que são veiculados na TV, com assassinatos. Mas sempre acontece. Aquele preconceito, aquela implicância de certos alunos com outros. Até por que é inevitável a formação de grupos dentro da escola, porque são pessoas diferentes e que às vezes não compreendem isso, que as pessoas são diferentes.

insatisfação de certos ativistas/ teóricos com os rumos do movimento *gay* norte-americano cada vez mais reprodutor de um padrão heteronormativo que, segundo Colling (2008) tentava “demonstrar que os homossexuais são iguais aos heterossexuais, ou seja, de que todos são ‘normais’”. Diferentemente desta concepção, a teoria *queer* “adota a etiqueta da perversidade e faz uso da mesma para destacar a ‘norma’ daquilo que é ‘normal’, seja heterossexual ou homossexual. *Queer* não é tanto se rebelar contra a condição de marginal, mas desfrutá-la” (GAMSON, 2002, p. 151).

¹⁵⁶ Conteúdo acessado no site www.abrapia.org.br em julho de 2005

Acabava criando atritos. Mas eu acho que também faz parte do nosso desenvolvimento passar por esse tipo de coisa. Principalmente acontecia bastante com homossexuais na escola. Também teve uma época que começou a entrar gente pequenininha e teve a implicância como pessoal do primeiro ano. Muita piada, apelidos.¹⁵⁷

Embora nem toda situação de preconceito vivenciada na escola seja uma prática de *Bullying* - este é entendido estritamente como as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivo evidente¹⁵⁸ - a abordagem do tema nos jornais torna pública uma questão até então privatizada, revelando “a outra face”, geralmente negligência, das relações sociais dentro da escola. Concordando com essa afirmação, Rubem Alves reflete sobre a prática do *Bullying* entre os jovens:

Eu fui vítima dele. Por causa dele odiei a escola [...] dediquei-me a escrever sobre os sofrimentos que crianças e adolescentes são submetidos em virtude dos abusos [dos educadores em suas] práticas escolares, mas nunca pensei sobre as dores que alunos infligem a colegas seus. Talvez eu preferisse ficar na ilusão de que todos os jovens são vítimas. Não são. Crianças e adolescentes podem ser cruéis [...] A cada novo dia, ao se preparar para a escola, a vítima sabe o que a aguarda [...] na maioria dos casos, o ‘bullying’ não se manifesta por meio de agressões físicas, mas por meio de agressões verbais e de atitudes. Isolamento, caçoada, apelidos (ALVES, 2005, s/p).

Muito dos perseguidos também são indivíduos que não correspondem aos “padrões” culturais e estéticos hegemônicos na cultura *teen*¹⁵⁹. Sensibilizado com essas expressões de violência na sua própria escola, o jornal *Ctrl.Alt.Del.* apostou na publicização destes conflitos como estratégias, via discurso e ação, de mobilização e reflexão em torno da temática. É o que nos informa a mesma ex-participante:

No jornal a gente acabava por filtrar as informações que precisavam ser batidas nas teclas e a gente colocava em pauta para estar lembrando. [...] Era para estar informando, claro, mas também servia muito para lembrar as pessoas de certos assuntos. Eu acho que o jornal também acontecia neste sentido de estar pondo em pauta esses assuntos negligenciados.¹⁶⁰

É, portanto, publicando os direitos culturais das minorias que o Jornal *Ctrl.Alt.Del.* estreia suas atividades no ano de 2005. Ressaltamos esta característica não por acaso, pois se *O verbo* se apresenta como um jornal voltado para as temáticas da grande mídia; o *Tanakara* e *GAMPH* pautam com destaque as questões dos movimentos de juventude

¹⁵⁷ Entrevista concedida em 02 de junho de 2008

¹⁵⁸ Conteúdo acessado no site www.abrapia.org.br em julho de 2005

¹⁵⁹ A cultura *Teen* está intimamente vinculada ao processo de desenvolvimento de um mercado de produtos voltado para adolescentes e a conseqüente estandardização de comportamentos a partir de seu consumo, como apontou Fisher (1998). Trabalhamos em Sousa e Barbalho (2008) alguns aspectos acerca destas estandardizações de comportamentos e como tais produtos acabam por reconfigurar (ou “recolencionar”) elementos de distinção entre os jovens.

¹⁶⁰ idem

e suas bandeiras e o *Liberdade jovem* se dedica em grande parte às questões de gestão escolar, O *Ctrl. Alt. Del.* tem as suas primeiras edições extremamente influenciadas pelos conteúdos e temáticas político-culturais trabalhadas pela ONG nas oficinas. Demonstrando, assim, que um grupo do jornal ainda em processo de formação de identidade e de projeto editorial é mais “assistido” pela ONG. Inclusive este é o termo que o Comunicação e Cultura utiliza para denominar a primeira edição de um novo grupo iniciado com a inclusão de mais uma escola no projeto: a edição assistida.

Destacamos estas características como predominantes, porém circunstanciais. Ou seja, isso não significa, por exemplo, que o *Tanakara* ou *O verbo* deixem de tratar das questões da escola. Como vimos, a abordagem das temáticas também depende fundamentalmente do agendamento que estas conseguem fazer dentro da escola. Contudo, percebemos que em alguns momentos as demandas dos “estudantes comuns” em relação ao jornal nem sempre eram atendidas. É sobre este assunto o tema do tópico subsequente.

4.3.3 Proposta “política” versus assuntos triviais:

Nem tudo são flores na interação entre os diversos *habitus* que circundam os grupos na escola. Não é a intenção deste trabalho analisar a recepção dos jornais junto ao seu público alvo, até por que os sujeitos de nossa investigação são os produtores e não os “receptores” das publicações. Entretanto, compreendemos que mesmo dentro desta opção metodológica aparecem questões acerca das pautas dos jornais que merecem atenção.

Como mostramos, no caso do jornal *O verbo*, havia uma constante preocupação em tornar o jornal mais atrativo para o público leitor. Entretanto, essa preocupação, apesar de estar de certa forma presente também nas outras publicações, nem sempre redundavam no atendimento à reivindicação das pautas demandadas pelos outros jovens estudantes não participantes do jornal. Certas temáticas eram negligenciadas principalmente quando se tratavam de assuntos mais ligados às amenidades, sendo considerado até como “não-políticos” por alguns editores de Maracanaú. Como a fala da ex-coordenadora do *Liberdade Jovem*:

A gente fazia alternativas como abrir caixinhas de sugestões para as pessoas darem idéias e participarem, mas quando a gente abria a caixinha não vinha nada de conteúdo mesmo.

Nada bom para ser publicado. Vinha muita coisinha inútil. Vinha muita fofquinha, e essas coisas não interessavam muito. Fofquinha de algum artista, essas coisas. E o jornal não estava voltado para isso. A gente queria fazer um jornal crítico para que as pessoas tivessem a oportunidade de ter uma visão mais crítica dos acontecimentos atuais.¹⁶¹

Neste contexto não é de se estranhar certa antipatia dispensada pelos alunos daquela escola em relação ao jornal. Contudo, seria apressado dizer que esta antipatia se traduzia numa rejeição em bloco da publicação e de seus integrantes. Lembremos que naquele mesmo ano de 2004 os integrantes do jornal compunham a chapa que seria eleita pelos estudantes para o Grêmio Estudantil. Por outro lado, é Peruzzo (1998) quem nos alerta sobre o distanciamento que o jornal alternativo pode ter em relação ao seu público quando simplesmente repudia os temas mais afeitos à chamada mídia massiva. A autora argumenta que na ânsia por pautas “engajadas” atribui-se um valor reduzido ao entretenimento, ao humor, ao lúdico e ao lazer. Em suma, negligencia-se a dimensão da fantasia, do sonho e do divertimento que integram a dimensão humana. Nos termos da Comunicadora Social:

Às vezes ela [a comunicação popular] até chega a levar em conta essas dimensões, mas não rara o faz de modo instrumentalizado: o horóscopo é adaptado para um discurso de caráter mobilizatório, por exemplo. Se os meios de comunitários quiserem alçar sucesso e se mostrar democráticos, terão que representar esta prática e trabalhar com os valores culturais onde se inserem (PERUZZO, 1998, p. 132).

Tal situação de instrumentalização aparece algumas vezes no jornal *Liberdade Jovem*. Dentre as situações encontradas nas edições destacamos uma na qual, por ocasião do “dia dos namorados”, o jornal produziu (surdo às demandas pela publicação de “recadinhos do coração”) uma matéria de ¼ de página sobre a “verdadeira-origem-comercial” daquela data.

Parece haver no caso do *Liberdade Jovem* uma espécie de associação entre o formato de comunicação e o conteúdo. Ou se quisermos utilizar os termos de McLuhan, há uma identificação entre o meio e a mensagem. Em outros termos: há no *Liberdade Jovem* uma opção por veicular nos textos escritos aqueles assuntos que a entrevistada assimila como “críticos” enquanto que o humor, o supostamente “despretensioso” é veiculado quase totalmente em charges e quadrinhos. Como vemos nos exemplos abaixo:

¹⁶¹ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008



Figura 4



Figura 5

Não utilizamos o “supostamente despretensioso” por acaso. Como é possível perceber, os quadrinhos acabam por retratar de forma bem humorada questões que dizem respeito à orientação e “iniciação” sexual. O que mostra também a abordagem, em outra linguagem que não está restrita à escrita, de uma política cultural em torno dos direitos sexuais e, conseqüentemente, em torno da concepção de sexualidade que o grupo pretende disputar na escola.

Há de se ressaltar ainda que este era o único dos jornais investigados a produzir todas as ilustrações publicadas. O que possibilitou até mesmo a presença constante de um personagem produzido pelo estudante e desenhista Paulo Henrique. O personagem, como já vimos no quadrinho acima, tenta estabelecer um diálogo e se propõe ser uma espécie de “tipo ideal” do estudante da Escola Martins Filho, como é possível ver em

diversos outros quadrinhos. Selecionamos abaixo um que retrata o modo de vestir, ou nos termos dos jovens, a incompreensão acerca do *look* do estudante daquela escola:

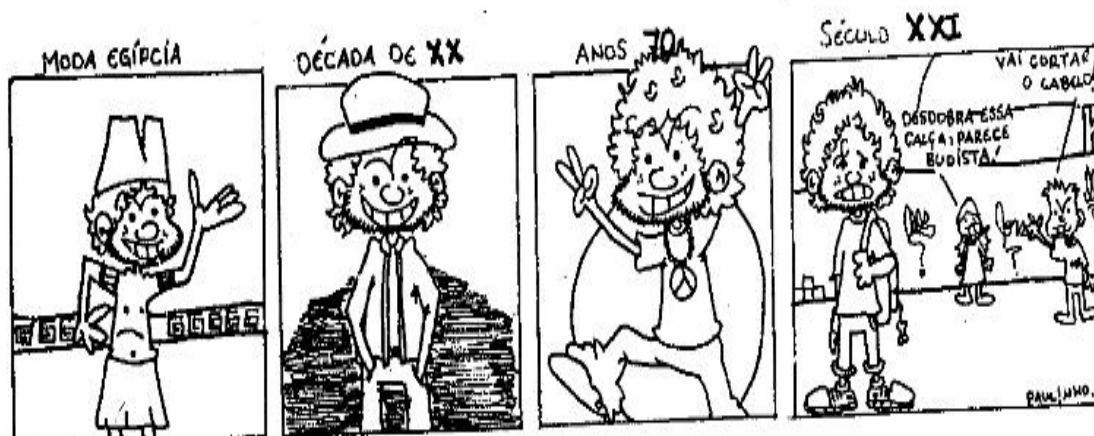


Figura 6

Araújo (2005) ressalta a importância desta identificação e certa constância visual no jornal. Estes traços sedimentariam aquelas características que possibilitam a identificação da publicação pelo leitor, muitas vezes sem a necessidade da leitura de sua capa. Neste quesito *Liberdade Jovem* seriam dentre os jornais analisados o que mais se aproximavam desta constância, tanto pela já citada divisão entre texto e desenho (assunto “sério” e “amenidade”) como pela marcante presença de suas ilustrações.

Se o *Liberdade Jovem* é um jornal que pouco se permitia veicular assuntos ditos mais amenos, o Informativo *GAMPH*, apesar de semelhante resistência, já se apresenta mais aberto a atender estas demandas e, por conseguinte, estabelecer um diálogo maior com seu público leitor:

Nós abrimos em algumas edições um espaço para deixar recadinhos, para ver se o jornal seria mais aceito. Já que as pessoas não tinham esse hábito de querer um jornal só voltado para a questão político-social então abrimos um cantinho no jornal para que as pessoas colocassem recadinhos, uma poesia. A gente trazia uma questão atual, questões sobre política e ele [o jornalista estudantil] interpretava da forma dele e fazia a matéria. Era assim que a gente se organizava [...] o nosso objetivo não era se preocupar se [...] a direção da escola iria gostar. O nosso objetivo era saber se ele era aceito pelos estudantes e não a direção da escola.¹⁶²

Apesar do político ainda ser tido na fala da informante do *GAMPH* como a antítese do “cultural” percebemos que já se apresenta uma preocupação maior com a

¹⁶² Entrevista concedida em 20 de junho de 2008

interlocução entre o jornal e seu público-alvo, viabilizando (e não interditando, como temem os estudantes) a possibilidade de fruição das diversas concepções e modos de ser dos estudantes, bem como daquele vir-a-ser disputado pelo jornal e pela ONG.

Essa fixação dos públicos pelas temáticas amorosas e, não raro, até melodramáticas não é uma exclusividade dos estudantes de Maracanaú. São ainda os estudos culturais de Martin-Barbero (2008) que mostram como uma das principais características da formação das sociedades latino-americanas reside exatamente nesse melodrama. Para o autor, o sucesso das telenovelas, seriados e outros produtos da grande mídia esta na capacidade destas empresas de retirarem do massivo esses elementos de sua própria cultura e jogá-los de volta para o público em forma de produtos televisivos. Seria o famoso movimento no qual, valendo-se da categoria althusseriana, o autor afirma que é o “popular que nos interpela pelo massivo”. Ou seja, é na dinâmica do processo de reconhecer-se do público no produto (aqui especificamente no jornal) que ocorre a interpelação. Nos próprios termos do escritor espanhol:

re-conhecer significa *interpelar* uma questão acerca dos sujeitos, e de seu modo específico de se constituir. [...] Todos se fazem e refazem na trama simbólica das interpelações, dos reconhecimentos. Todo sujeito esta sujeito a outro e ao mesmo tempo é sujeitado por ele [...] [assim] começamos a suspeitar de que o que faz a força de uma indústria cultural e o que dá sentido a essas narrativas [melodramáticas] não se encontra apenas na ideologia, mas na cultura, na dinâmica profunda da memória e do imaginário (MARTIN- BARBERO, 2008, p. 304- 307)

Logo, quando o jornal simplesmente nega a publicização desta dimensão da cultura entre os jovens ele não só esta negligenciando uma pauta amplamente reivindicada como também se distancia da proposta, anunciada pelos editores, na qual o jornal deveria ter “a cara” os estudantes de Maracanaú.

4.4 Tensões entre “pares”: o jornal, grêmios e movimentos de juventude

Neste tópico pretendemos analisar as interlocuções dos jornais estabelecidas com os grêmios estudantis e o Movimento Livre Arbítrio (MLA) de Maracanaú.

Embora os grêmios sejam instâncias institucionalizadas pela política de educação e sejam previstas nos planejamentos pedagógicos da escola, nós o compreendemos também como uma das faces do movimento estudantil e juvenil na instituição de ensino. Tendo em vista este pressuposto que tentaremos demonstrar a afirmativa, já anunciada

anteriormente que, em termos micro, o Clube do Jornal acaba por viver, em relação aos grêmios estudantis, dilemas semelhantes aos vivenciados pelas ONGs diante dos movimentos sociais. A saber: a substituição ou indiferenciação entre ambos.

Esse processo de simbiose entre as duas instâncias coordenadas pelos jovens varia de acordo com a realidade específica de cada escola. Entretanto, como veremos, será quase total a constatação, por parte dos entrevistados, menos do *Informativo GAMPH*, que o jornal estudantil acaba por desenvolver algum papel que, segundo eles, deveria ser prioritariamente do Grêmio.

Para os Jornais *O verbo* e *Tanakara* os grêmios estudantis presentes nas respectivas escolas não desenvolviam uma “verdadeira política” por se ocuparem prioritariamente com atividades relativas a lazer, festas etc.

Todavia, essa postura não impedia que os jornalistas estudantis participassem da organização de alguns destes eventos, bem como da própria chapa do grêmio eleita. Como afirma o jovem do *O verbo*, “havia um grêmio muito pelego e eu participava também. Mas era meio que caminhando junto com o jornal. Apesar de que o grêmio era mais pelego. Era uma relação pacífica”.¹⁶³ Já no *Tanakara*, mesmo tendo uma relação amistosa entre ambos, não havia tal proximidade. Como afirma a ex-coordenadora: “existia certa colaboração. A gente sempre colaborava com as festas. Mas não era uma relação muito próxima.”¹⁶⁴ Muitas das críticas feitas pelos jornalistas estudantis às gestões dos grêmios giram em torno da falta de liderança para dar encaminhamento às questões que, segundo os integrantes do jornal, seriam mais “políticas”, ou nos termos desta última informante, “questões maiores”. Assim ela nos relata as distinções de atitudes de ambos:

Eram duas gestões bem diferenciadas [...] no sentido de que o jornal tinha essa função mesmo de ser um instrumento de luta. O grêmio não. O grêmio tinha uma visão um pouco mais paliativa, de fazer festinha para os alunos, atividades recreativas. Não tinha uma proposta maior.¹⁶⁵

A entrevistada não esclarece qual seria esse “papel maior”, entretanto não devemos esquecer que toda a sua fala apresentada até aqui gira em torno daqueles ideais trazidos dos movimentos de juventude nos quais o Jornal estudantil aparece como um

¹⁶³ Entrevista concedida em 05 de março de 2008

¹⁶⁴ Entrevista concedida em 10 de março de 2008.

¹⁶⁵ Idem

instrumento estratégico para a difusão dos valores de uma sociedade mais democrática e, em última análise, socialista. Se aqui essa “proposta maior” aparece de forma vaga, é na fala do ex-integrante de *O verbo* que se torna possível visualizar a dita inoperância do grêmio em questões mais pragmáticas e relativas às suas competências:

Eu acredito que o grêmio deveria ser uma forma de se fazer política mais rapidamente. O grêmio não precisava esperar um mês para que a edição ficasse pronta [como no caso do jornal]. O grêmio deveria conversar com a direção, como nós fazíamos e no outro dia já deveria estar feito. E isso não acontecia.¹⁶⁶

Poderíamos aqui acusar os jornalistas estudantis de pragmatismo ou que eram “tarefeiros”, entretanto, suas abordagens via de regra não se resumiam a essas questões mais tópicas. Em verdade, uma das características presentes em alguns dos discursos dos jovens entrevistados e matérias publicadas é a tendência a produzir uma análise para além daquela realidade imediata. Como aparece na declaração do mesmo jovem supracitado:

Hoje se eu fizesse parte do grêmio não seria assim. Hoje se eu fizesse parte do Clube do Jornal não seria do jeito que era. Então eu falo, mas eu não culpo o grêmio porque o papel de trabalhar essa maturidade era papel de professor, mas a grande maioria não faz. Então a educação perpassa por isso. [...] E até onde vai esse ensinar crítico? Porque praticamente [o professor] está de pés e mãos atadas pela direção do CREDE, se ele não é concursado, se ele você é apenas um contratado temporariamente.¹⁶⁷

Se é verdade que o entrevistado de *O verbo* mudaria hoje a situação vivenciada no passado com o grêmio, o mesmo não ocorre com os jornais *Ctrl. Alt. Del* e *Liberdade Jovem*. Nestes, a relação além de ser também amigável era de efetiva parceria e até indiferenciação. Visto que, no caso específico deste último jornal, os componentes do jornal eram os mesmos do grêmio. Sobre o processo eletivo que levou a esta simbiose e à gestão conjunta jornal-grêmio, a ex-coordenadora do jornal relata:

Eram três chapas e a gente conseguiu vencer. [...] A gente tentava conciliar o jornal com o grêmio, pegava as informações dele para divulgar na escola. Divulgar movimentos onde a gente estava trabalhando com o grêmio para ser publicado no jornal para que os alunos tivessem acesso. Unir as duas coisas já que se tratava de duas coisas que estavam dentro da escola para ajudar o colégio, então decidimos que tudo o que fosse relacionado ao grêmio nós iríamos publicar no jornal para os alunos tivessem esse acesso.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹⁶⁷ idem

¹⁶⁸ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

Recordamos que o *Liberdade jovem* é o jornal com maior presença de pauta de denúncia intra-escolar em suas edições. Estando ambos amalgamados, não é por acaso que nesta relação *Liberdade jovem*-grêmio é inexistente o binômio no qual a imagem do jornal se vincula à denúncia e cobrança por mudanças estruturais enquanto que o grêmio promoveria apenas eventos recreativos ou com objetivo de arrecadar fundos para minorar algumas deficiências da escola. Na verdade, o que ocorre é uma indiferenciação das duas instituições. Como é possível perceber na fala a mesma entrevistada:

A gente estava trabalhando em parceria. Eu lembro que o último evento que fizemos na escola [...] nós fizemos também um *dance* que o pessoal gostava muito. Teve a questão de o grêmio combater muito as drogas dentro da escola, principalmente a bebida. A gente fazia festas [...] para arrecadas dinheiro para investir no esporte dentro da escola. Para comprar redes e colocar na quadra. Para melhorar a escola.¹⁶⁹

O fato dos mesmos participantes fazerem parte das duas instâncias faz com que a informante acabe por identificar as atividades realizadas como sendo de ambos, tanto jornal como grêmio. Se aqui esta relação aparece como interessante para os rumos do movimento estudantil na escola, o mesmo não ocorrerá na percepção do informante do *Jornal Informativo GAMPH* como ele mesmo nos relatou:

Só tinha uma pessoa, que era tesoureira do grêmio, que fazia parte do jornal. E eu nunca gostei dessa relação muito próxima do grêmio com o jornal porque se tivesse essa relação muito próxima, a gente não teria a mesma facilidade em expor as limitações do grêmio. “Por que é meu amigo, não vamos fazer isso com fulano” [...] Eu adoraria ter participado do grêmio, mas enquanto jornal eu nunca procurei estar lá por que você acaba confundindo. São duas instâncias da escola que trabalham no mesmo intuito. Em prol do aluno, em prol da comunidade, mas que são bem independentes e bem diferentes.¹⁷⁰

Se anteriormente Toro (2007) foi enfático ao reiterar que a educação não resolve o problema da comunicação e vice-versa, exatamente pelo fato de pertencerem a campos distintos e possuírem estatutos diferentes, parece ser correto também conduzir essa assertiva em termos de grêmio e o jornal. Vale ressaltar que *O Informativo GAMPH* era desenvolvido na única escola, dentre as entrevistadas, onde o grêmio realmente fazia uma mobilização extra-escola em torno de outras questões juvenis que não se restringiam às atividades recreativas. Este fato parece estar ligado à compreensão da diferenciação entre grêmio e jornal. Não queremos, contudo, dizer que o grêmio

¹⁶⁹ idem

¹⁷⁰ Entrevista concedida em 20 de junho de 2008

abandonava as pautas mais recreativas ou que os integrantes do jornal deixavam de participar das mobilizações políticas, como ainda relata o entrevistado:

O grêmio promovia inter-classe, festas de concludentes, passeios. Também organizava manifestos na questão da greve de professores. Tinha uma parceria com o jornal: a gente levava o pessoal para as reuniões. Mas era o grêmio que levava uma porção de aluno para as manifestações em relação à meia metropolitana e a gente enquanto jornal procurava ajudar o grêmio. O grêmio conseguia abarcar todo mundo. Reunir, buscar ônibus e o jornal não tinha essa questão toda por que já era uma coisa mais limitada. O jornal não tinha a mesma facilidade que um grêmio. E a gente publicava o jornal e cobria nas manifestações.¹⁷¹

Diante dos casos concretos não é, portanto, possível dizer que há uma mecânica substituição do Grêmio por parte dos jornais. É possível, todavia, falar de uma ocupação, por parte do jornal, de lacunas deixadas pelo grêmio. A criação do jornal, ao promover aquele instrumento de monitoria da escola, passa a ser mais efetiva em relação às conquistas de mudanças imediatas na escola. Tal fato deve ser atribuído à própria dinâmica instituída pelo Direito de Respostas, na qual o gestor, ao tomar conhecimento de que alguma questão referente à escola será publicizada na próxima edição do jornal, poderá se antecipar à distribuição da publicação e providenciar a resolução de determinados problemas antes da circulação do periódico.

Já quando o assunto transcende as questões escolares, o Jornal estudantil tende a aparecer não mais como um articulador, mas predominantemente como um acompanhador das movimentações estudantil em torno de determinada temática. Foi o que ocorreu em relação ao Movimento Livre Arbítrio (MLA).

Como o jovem do Informativo *GAMPH* relatou na fala anterior, o período entre 2004 e 2005 foi intensamente marcado pelo diálogo entre os diversos jornais de Maracanaú e as manifestações em pela instituição da meia passagem metropolitana promovidas pelo Movimento Livre Arbítrio (MLA).

Segundo os informantes, o MLA surge como um movimento que posteriormente viria a integrar uma frente de luta, em Maracanaú, tendo por principal horizonte imediato a luta pela meia passagem intermunicipal na região Metropolitana de Fortaleza.¹⁷² Todavia, já vimos em algumas falas mais acima que o movimento não

¹⁷¹ idem

¹⁷² No anexo IV é possível ver a primeira matéria, publicada num jornal estudantil de Maracanaú, que pauta em 2004 esta questão. Como é possível perceber, naquele momento o movimento intitulado MLA

encerrava seu agendamento de reivindicações nesta pauta. Como nos disse o ex-militante do jornal *O verbo*:

O principal objetivo do MLA era a meia intermunicipal. Que ela chegasse a todos. [...] E, além disso, tinha as bandeiras de diversidade sexual. De defender os direitos sexuais, tinha a bandeira de gênero, direitos das mulheres. Era um negócio muito amplo. Mas a principal mesmo era a luta pela meia municipal e os direitos sexuais de meninos e meninas de homossexuais. E aí a gente fazia formação nos colégios, na própria casa de uma das meninas que era coordenadora do MLA e tinha a própria formação da gente. A gente assistia filme, debatia. Era muito massa (sic).¹⁷³

Todos os jornais pesquisados divulgaram de alguma forma as reivindicações, encaminhamentos e agendas do movimento. Além disso, havia sempre a participação de algum membro dos “clubes” nas reuniões e mobilizações promovidas pelo MLA, seja de forma mais engajada (caso de *O verbo*, *Tanakara* e *Liberdade Jovem*) ou com maior teor de “cobertura jornalística” (Caso de *GAMPH* e *Ctrl. Alt. Del.*).

Embora tenha sido o jornal que menos abordou as temáticas vinculadas ao Movimento Livre Arbítrio, o *Ctrl. Alt. Del.* foi, dentre as edições analisadas, o grupo que apresentou de forma mais completa a narrativa do surgimento e das bandeiras daquele movimento. Estamos falando da matéria de capa de sua 5ª edição publicada em setembro de 2005. Nela podemos perceber de emergência e formulação da narrativa acerca do movimento. A matéria é iniciada com uma contextualização na qual é possível situar a percepção dos jovens acerca do município em que vivem e suas precárias políticas culturais:

Antes que qualquer galo pense em um grito tecer a manhã, os berros das máquinas têxteis que têm cortado por toda a noite um ciclo vital desumano já acordaram a cidade. Pessoas se revezando para produzir o que muitas vezes não podem comprar: roupas, bebidas e eletrodomésticos, são os principais produtos.¹⁷⁴

Obviamente, as redatoras estão se referindo a um dos maiores pólos industriais do estado do Ceará presente no município do Maracanaú, o qual emprega boa parte não só da juventude, como de toda a população economicamente ativa daquela cidade. As rotinas repetitivas, os baixos salários e limitada perspectiva de melhoria na qualidade de vida são a tônica do artigo: “talvez pela pouca perspectiva que nossos pais tinham adquirido com esse estilo ‘operário’ de vida, gerou-se um senso comum de que ter o

ainda não existia, mas já era possível ver uma forte movimentação que culminaria com a sua criação e posteriormente a com conquista – parcial – da sua principal reivindicação.

¹⁷³ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹⁷⁴ Escrito por Jack e Mara. Publicado na 5ª edição do *Informativo GAMPH* em setembro de 2005.

ensino básico e servir à indústria ou às atividades do comércio, já era suficiente”¹⁷⁵. Esse consenso em torno do “operário-padrão” como meta de vida a ser atingida passa a ser questionado pelos jovens, quando começam a reivindicar mais que uma política de emprego e passam a refletir e divulgar informações sobre a ausência de equipamentos públicos que viabilizem políticas culturais naquele que é o terceiro município do Ceará em população:

Uma cidade com aproximadamente 200.000 habitantes, ganhou um *shopping center*, mas espera ainda por um teatro. O povo [...] não se manifesta por um centro de cultura ou uma biblioteca bem estruturada [...] tudo é tão lento. Não há um canal de TV local, não há um jornal ou rádio livre dos interesses da administração pública municipal. Agonizam algumas outras manifestações.¹⁷⁶

Note-se que todo o discurso do texto gira em torno da ausência de políticas de cultura e de comunicação, tanto estatais como da sociedade civil. Diante deste “vácuo” de mobilização político-cultural constata-se a emergência de um duplo movimento. O primeiro diz respeito à absorção de algumas ações culturais para dentro da órbita do mercado como os *shoppings*, os cinemas etc. Já o segundo movimento fala da emergência de um grupo de maracanaenses que tanto reivindica as transformações culturais na sociedade civil (com as bandeiras feministas, LGBTs, negras) como por parte do Estado, principalmente referente ao respeito do exercício do direito constitucional de ir e vir, com base na meia-passagem metropolitana. Essa bandeira se torna essencial para o movimento principalmente se levarmos em conta que entre 2004 e 2005 os principais equipamentos culturais e de educação superior do Ceará estavam localizados em Fortaleza e que eram quase inexistentes em Maracanaú. Como nos revela uma informante:

Era uma coisa que mexia muito com o orgulho dos estudantes não ter como vir para cá [Fortaleza]. Para além das questões bonitas, educacionais que a meia passagem proporciona, tem também a questão do lazer. Do acesso mesmo a vir ao centro de Fortaleza. Porque para quem mora em Maracanaú, antes da meia passagem ser criada, era muito restrito ao trem [...] Hoje que tem a meia passagem ainda é restrita imagine naquele tempo.¹⁷⁷

É neste contexto de inviabilização do acesso às políticas de Estado, bem como a vontade de tencionar propostas político-culturais para aquela realidade municipal, que

¹⁷⁵ Idem

¹⁷⁶ Idem

¹⁷⁷ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

emerge na cena cultural de Maracanaú o Movimento Livre Arbítrio (MLA), como está descrito ainda naquela matéria de capa do jornal *Ctrl. Alt. Del*:

Alguns estudantes, trabalhadores e desempregados, tinham em comum além do sentimento de indignação pelo quadro em que se encontrava a cidade [de Maracanaú] o hábito de assistir nos fins de semana o vai e vem das pessoas ao som das músicas ordinárias e sexistas e o ritmo da violência crescente e banalizado [...] Amigos de longa data e com um gosto musical em comum e um olhar crítico sobre o meio em que vivem resolveram montar um grupo no qual fossem debatidos meios de intervir na comunidade [...] essa geração influenciada pelo rock, fanzines e que teve acesso a atividades de movimentos anarquistas, comunistas, punk, etc. viam uma alternativa a esse senso comum e ao capitalismo como um todo.¹⁷⁸

As diversas filiações ideológicas (ou até mesmo a não-filiação) vão convergir para aquele já anunciado ponto em comum que afligia a juventude do município: o alto custo do transporte intermunicipal. Sobre o tema aquela mesma reportagem continua:

Das experiências de intervenções e reuniões [do movimento] percebeu-se a necessidade de um foco de atuação no qual houvesse a possibilidade de uma garantia concreta de direito. Dentro de vários problemas da juventude do município diagnosticamos que o acesso à educação profissionalizante ou superior ou a qualquer outro emprego que não fosse o industrial estava comprometido para as pessoas da região metropolitana de Fortaleza, no Ceará, devido ao alto custo da passagem. A partir desta constatação decidimos apostar na luta pela meia passagem estudantil metropolitana.¹⁷⁹

Via de regra, os participantes do jornal estavam presentes nessas formações e reuniões de deliberação do MLA. Dessa forma o jornal, em alguns casos, não só “cobria” os acontecimentos, mas também fazia parte da construção das mobilizações. Era o caso do *Tanakara*:

O jornal gostava sempre de estar informado sobre como estava o andamento do processo que estava tramitando na assembléia legislativa. Aí existiam pessoas de dentro do Clube que participava do movimento. Aí pessoas de dentro do clube toda vida traziam informativos trazidos do movimento. E o clube [do jornal] também serviu para aumentar o número de pessoas dentro do movimento. Porque a partir do momento que uma pessoa ia lá trazer os informativos essa pessoa ia começar a participar ativamente¹⁸⁰.

Essa participação ativa nas reuniões não quer dizer que todos os estudantes que faziam o jornal aderiam ao MLA e suas bandeiras de luta. Como vimos argumentando até o presente momento, o “clube” na escola é um “terceiro espaço” diferente de todos os outros que viabilizaram a sua constituição, tais quais a escola, a ONG e as outras organizações de juventude. Tendo em vista esta configuração é possível entender por

¹⁷⁸ Escrito por Jack e Mara. Publicado na 5ª edição do *Informativo GAMPH* em setembro de 2005.

¹⁷⁹ Idem

¹⁸⁰ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

que a simples tentativa de transposição do *habitus* do MLA para dentro do cotidiano do grupo, mesmo tendo diversos participantes em comum, não foi uma tentativa bem sucedida dentro daquele mesmo jornal. Sobre o tema a ex-coordenadora do *Tanakara* afirma:

A gente sempre fazia roda de formação política dentro do movimento livre arbítrio. Eu tentava levar a formação política para dentro do clube, mas na realidade o pessoal não tinha muito o hábito de ler. E para fazer formação política tem que ler alguns livros. E o pessoal queria fazer a façanha de escrever artigos sem ter o hábito de leitura. Não que eu tivesse um [grande] hábito de leitura, mas de vez em quando eu lia um outro texto. Aí a gente sempre entrava em contato com outros autores.¹⁸¹

É evidente que os problemas acerca do hábito de leitura são gravíssimos no Brasil, entretanto a questão da citada dificuldade na “formação política” transcendia a não-leitura dos textos. É deste grupo a fala citada no segundo capítulo deste trabalho na qual a ex-coordenadora afirma que os participantes só ocupavam os cargos por *status* e não se interessam pelo jornal como um instrumento de luta maior, de construção democrática, do socialismo. Ora, o que parece estar em jogo aqui é a resistência dos outros integrantes frente ao possível aparelhamento do jornal junto ao MLA ou outros movimentos de juventude. Compreendemos que por mais legítimas que fossem as bandeiras do movimento elas não eram idênticas às do jornal na escola. Em outros termos: assim como o jornal estava na escola e não era da escola, a publicação também estava presente no movimento, mas não era do movimento.

Tais conflitos dentro dos “clubes” mostram mais uma vez que nem todos os estudantes aderiam a uma diretividade unívoca de ideologia, seja de esquerda ou de direita. A presença dessa diversidade de pensamentos dentro da publicação parece ser um dos impulsos-chave promovidos pela ONG com vistas à publicização das diferenças. Diferença esta que inclui a opção por não participar do movimento de juventude fora da escola. Como nos expõe a ex-coordenadora do *Liberdade jovem*:

Eu nunca gostei muito de querer participar desses movimentos estudantis fora. E eu sempre tive um pouco de receio [...] Já o [editor do jornal] era muito dedicado ao Movimento Livre Arbítrio. Ele sempre teve aquele espírito muito revolucionário dele. No jornal tinha gente espírita, católica, protestante, só que a gente nunca teve nenhum choque com relação à religião. Já em relação à política era diferente. [O editor] era o mais envolvido com a política. Ele e o [desenhista do jornal]. O [desenhista] era mais de teoria. O [editor] não era só de teoria. Ele gostava mesmo era de agir. Ele ia mesmo, encarava. Ele admirava muito o socialismo. [...] Teve uma época que eu peguei uma discussão com

¹⁸¹ idem

[ele] devido ao socialismo [...] Aí a gente ficou um tempão sem se falar, mas depois a gente voltou.¹⁸²

Notemos que na fala da estudante a filiação religiosa não aparecem imediatamente como conflituosa talvez por aquela questão expressar certo consenso, dentro do grupo, em relação ao direito às liberdades individuais presentes não só no código de ética do jornal, mas no próprio *habitus* democrático proposto pela ONG. Já em relação às filiações imediatamente eleitas por eles como “políticas”, o consenso ou, se quisermos utilizar os termos de Arendt (2000), os sentidos da política (compreendida como filiação ideológica), ainda não estabeleceu um significado relativamente estável no mundo comum. Percebemos que este conflito em torno da política é caracterizado pela sua permanente latência exatamente pelo fato de, ao contrário da religião, haver um ator (no caso o MLA) que tenciona e questiona esses sentidos e limites dessa própria política. Política esta, a nosso ver, eivada de cultura. Tem-se novamente a interpelação entre cultura e política.

Como apontamos acima, apesar de serem entidades com estatutos diferentes, o jornal sendo um meio de comunicação e o MLA um movimento, não eram poucos os pontos de convergência entre ambos. Tanto é verdade que somente esses pontos de convergência poderiam tencionar a supracitada tentativa de indiferenciação entre ambos.

No mais, o movimento também é visto como uma inspiração para muitos dos participantes dos “clubes”. Como nos afirmou o então coordenador do jornal *O verbo*: “O MLA servia como fonte. Como motivação para a luta no MLA e para a luta no Clube do Jornal pra quem participava dos dois. E era um movimento onde a gente estava sempre bebendo das idéias.”¹⁸³. Seja apenas como cobertura jornalística, seja como militante, o Clube do Jornal sempre aparece como importante elemento de divulgação das pautas do movimento:

Então a gente do jornal ficava sabendo dessas manifestações e era estabelecida aquela rede de informações [...] todo mundo se comunicando, percebendo que eram causas importantes para a juventude. Então a gente sempre procurava estar divulgando para todo mundo. Teve uma manifestação na [avenida] treze de maio até a Assembléia Legislativa e a gente chamou todo mundo para conversar sobre a questão da [meia passagem] metropolitana. A gente chamava todas as escolas. Os jornais de Maracanaú e de Fortaleza

¹⁸² Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

¹⁸³ Entrevista concedida em 10 de março de 2008

foram. Algumas pessoas também de Itaitinga, Aquiraz. Teve algumas reuniões que foram na sede do Comunicação e Cultura. Agora nunca teve uma pessoa para dizer assim você vai para tal canto¹⁸⁴

Esta manifestação em direção à Assembléia Legislativa, presente nas edições publicadas no segundo semestre de 2005, talvez tenha sido a maior mobilização daquele movimento. A participação massiva dos estudantes deu-se, dentre outros motivos, pela possibilidade de indeferimento do projeto que regulamentaria a meia intermunicipal. Sobre a ocasião relembram os então coordenadores dos jornais *O verbo* e *Tanakara*, respectivamente:

Existiam outros movimentos em Maracanaú e aí tal hora o MLA sentiu a necessidade de juntar forças para que fosse conseguida pelo menos a proposta de meia passagem metropolitana cheia de recortes, altamente esquartejada do jeito que estava tramitando na Assembléia legislativa. Porque nem isso ia ser aprovado [...] E aí todo mundo se juntou. Fez a frente de luta e tal. Depois da frente de luta é que foi pancada [sic]. Grito lá dentro daquela assembléia legislativa. [...] E depois disso tudo aí foi aprovada a meia e faltava só a parte de implementação.¹⁸⁵

O Movimento Livre Arbítrio ainda tinha uma grande aceitação em Maracanaú. A gente ainda tinha lutas muito fortes. Fazia grandes manifestações com trinta mil pessoas aqui em Fortaleza, na assembléia legislativa. Nem lembro o tanto que eu gastei de dinheiro, o tanto que eu lutei, que eu perdi tempo, disposição e saúde nessa assembléia legislativa.¹⁸⁶

Conquistado, muito parcialmente¹⁸⁷, aquele direito, o MLA começou a se dispersar tendo seus militantes sido absorvidos por outras organizações, movimentos e partidos políticos. Acontecimento semelhante ocorreu no mesmo período com aqueles estudantes mais à frente dos jornais na escola. Segundo os entrevistados, muitos deles, depois do fim do MLA e também com a precarização das atividades do Comunicação e Cultura, acabaram por se engajar em alguns destes outros movimentos ou

¹⁸⁴ Entrevista concedida em 20 de junho de 2008.

¹⁸⁵ Entrevista concedida em 05 de março de 2008.

¹⁸⁶ Entrevista concedida em 10 de março de 2008.

¹⁸⁷ O tom de decepção da ex-participante do Clube do Jornal é similar dentre todos os outros entrevistados. Embora tenha sido implementada, a bandeira da meia-passagem levantada pelo MLA, amplamente divulgada e debatida pelos jornais estudantis, ao adentrar o processo formal de negociação política na Assembléia Legislativa foi completamente empobrecida. Uma vez que a reivindicação dos estudantes dizia respeito à utilização ilimitada da meia estudantil tendo em vista o acesso aos equipamentos culturais da Região Metropolitana de Fortaleza tais quais centros culturais, teatros, cursos de línguas, etc. Ao contrário disso, o texto aprovado permitiria apenas a utilização da carteira de estudante no máximo duas vezes por dia e apenas de segunda a sexta-feira. Sua confecção ficou ainda restrita para aqueles estudantes que comprovassem matrícula na rede de educação básica ou superior exclusivamente do município de Fortaleza. Restringia-se assim, a concepção de estudante à educação formal, que por sua vez é completamente diferente da política cultural tencionada pelo MLA e pelos jornais naquela época, a saber: a compreensão do estudante em processo de aprendizado para além dos muros da escola e do município.

instituições¹⁸⁸. É importante ressaltar que este momento já diz respeito ao início do ano de 2006, ano em que a ONG Comunicação e Cultura diminuiu drasticamente suas atividades em todo o Ceará devido ao não-repasse dos recursos financeiros previsto pela SEDUC. Encerrava-se um ciclo de atividades no qual o Clube do Jornal era um projeto prioritariamente desenvolvido junto a jovens estudantes de ensino médio e possuía toda essa rica teia de relações aqui apresentada. Hoje, daqueles 11 jornais desenvolvidos no município de Maracanaú, em 2005, resta em funcionamento apenas o *Ctrl. Alt. Del.* que atualmente se chama *Expressão digital*.

Os jornalistas estudantis concluíram o ensino médio, o MLA terminou, o Comunicação e Cultura remodelou suas atividades e os jovens mais vinculados à liderança no PCJ foram ocupar outros espaços (universidade, partidos, outras ONGs) levantando, nestes outros contextos, suas bandeiras minoritárias e político-culturais. Dentre os entrevistados, é unânime a contribuição do Jornal na escola para este processo de participação e construção de cidadanias e democracias alternativas.

¹⁸⁸ Para visualizar em quais instituições atuam hoje os entrevistados, vide o perfil de cada um deles no anexo II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Iniciamos este estudo expondo como a literatura do escritor Caio Fernando Abreu nos mobilizara e interpelara em relação ao nosso objeto de estudo. Nossa inquietação, ao ver os constrangimentos vivenciados pelo escritor gaúcho durante a sua prática jornalística¹⁸⁹, era saber quais os constrangimentos específicos vivenciados pelo jornalismo estudantil e quais seriam os significados que os jovens davam aos conflitos que emergiam naquela teia de relações tecidas dentro de *O verbo, Tanakara, Liberdade Jovem, GAMPH e Ctrl. Alt. Del.*

Questionávamos ainda como se dava a forma de produção/apropriação dessa mídia estudantil que se pretende alternativa pelos estudantes dela produtores. Deslocávamos, portanto, a análise do meio (o jornal, pretensamente, em si) para as mediações que tecem tais processos. Ou seja, passávamos a nos questionar se seria o meio (o jornalismo), uma atividade inferior, desumanizante, repetitiva e em última instância sem o **novo**, como subtendia Abreu (2002) ou seriam as mediações que constroem este espaço que determinariam seu estatuto de **novidade** ou mero mimetismo?

Nossas interpretações confluem para o fato de que o jornal é um dos resultados finais do conjunto de tensões, mediações e disputas que o cerca. Neste sentido, reafirmamos que o meio (neste caso o jornal) não é a mensagem (seja ela qual for). Negamos exaustivamente a formulação mcluhaniana, para reafirmar que também a ONG (como meio) não promove a efetivação direta e sem mediações de suas mensagens, sejam elas quais forem (alternativas, libertadoras, solidaristas ou assistencialistas). Logo, a teia de relações empreendida pelo e no Jornal estudantil não é de forma alguma resumível como sendo uma atividade coordenada pelo Comunicação e Cultura. Como também não é possível dizer que há uma “blindagem” do jornal em relação aos educadores na escola. Antes, reafirmamos que é na interação destas três instâncias (ONG, escola e movimentos de juventude) que o jornalismo estudantil assume aquele duplo movimento: tencionar o Estado (no sentido restrito) por políticas e

¹⁸⁹ Caio Fernando Abreu trabalhou não só nos principais veículos comerciais de comunicação impressa no do Brasil (integrou a primeira equipe da revista *Veja*, foi redator da *Manchete*, *Pais & Filhos*, *Isto é*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Nova*, *POP*, *Zero Hora*, *Gallery Around*, *Leia Livros e Correio da Manhã*), como também colaborou em diversos órgãos de imprensa alternativa dos anos 1970, tais quais, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Ficção*, *Inéditos*, *Paralelo e Escrita*.

direitos e a busca por mudanças na sociedade civil com esteio em suas políticas culturais.

Ao longo de nossa investigação podemos visualizar algumas das relações estabelecidas entre jornal e educadores na escola. Percebemos que o movimento de libertação da fala, o direito à opinião têm por consequência a construção de um espaço público de monitoramento das ações da escola via jornais estudantis. É por conta da sua cobertura jornalística que as questões mais pragmáticas referentes às gestões são aceleradas e resolvidas. Logo, a publicação promove a movimentação e a participação do corpo discente na decisão dos caminhos da vida escolar.

Por tudo isto é que percebemos predominante, a existência de duas formas de mudança da realidade: a intervenção mediante o uso da força ou mediante a política. Compreendemos que a democracia é exatamente a possibilidade de lidar com os conflitos sem o uso da força, ao estabelecer uma relação dialógica na qual discursos e ações plurais podem vir à tona numa disputa real e simbólica. Neste sentido, o projeto Clube do Jornal aparece como um elemento democratizador em potencial na escola (e em momentos estratégicos, fora dela), uma vez que auxilia a fruição dos diferentes diálogos e a publicização de realidades negligenciadas. Por tais motivos, percebemos o PCJ como um potencial instrumento pedagógico não só para os alunos, como para toda a comunidade escolar. Temos então que a escola como um dos locais privilegiados nos quais os estudantes podem fazer uso do discurso e da ação.

A efetivação destes discursos e ações não é fácil. Em verdade, não só Estado brasileiro (no sentido restrito), mas a nossa heterogênea sociedade civil também possui segmentos extremamente reacionários quando o assunto em pauta é divisão de poder. Neste sentido, o jornal estudantil emerge como um serviço de utilidade pública e não apenas como um instrumento para o entretenimento. O PCJ ajuda na formação da vida pública da escola lançando “outras noções” de democracia, cidadania e direitos culturais, como contrárias às noções de direitos vivenciadas hegemonicamente.

Neste sentido, o papel da ONG Comunicação e Cultura é fundamental, embora não seja necessariamente determinante. Aquela instituição é fruto do desenvolvimento histórico de uma tendência: a emergência de novos “atores” e movimentos sociais que disputam a consolidação e ampliação da democracia brasileira. Esta tendência não deve

ser vista, entretanto, como uma atividade sem sujeitos, como prevê Althusser, mas antes como fruto da luta histórica pelo acesso e ampliação de direitos políticos, civis, sociais e culturais. Nesta perspectiva, percebemos a mídia alternativa como um importante elemento de contra-hegemonia e publicização das agendas negligenciadas ou, para utilizar os termos de Hannah Arendt, condenadas ao mundo privado, à invisibilidade.

A noção de Gramsci acerca do Estado Ampliado (sociedade civil + sociedade política) se apresentou fundamental neste trabalho para visualizarmos como a política de cultura do jornal atua na construção de esferas públicas que assumem uma função estatal, nos temos do escritor italiano, embora não-governamental. Ou seja, o jornal estudantil atua como uma dimensão instituinte da política pública de Educação e de outras ligadas à juventude. Seria parte do que Gramsci, se apropriando da noção de Estado ético em Hegel, chamou de o “conteúdo ético do Estado”. Ou seja, é a sociedade civil como a parte da totalidade social que tenciona e define os limites ético-político-culturais da sociedade política (o Estado no sentido restrito), bem como as suas próprias concepções de mundo. E utilizando os termos de Arendt, podemos dizer que na realidade micro aqui investigada, o jornal estudantil, como elemento que atua na sociedade civil, questiona e põe em pauta novas discussões que disputam a construção daquele “sexto sentido da humanidade”, o que a autora chamou de mundo comum.

A construção deste “espaço alternativo” de participação na escola (e fora dela) é vista por nós como uma conquista cotidiana inacabada. A nossa noção da “fragilidade da teia de relações” se confirma ao percebermos que, infelizmente, a configuração destes espaços aqui analisada não existe mais hoje. E questionamo-nos sobre todos os jovens que perderam a oportunidade de vivenciar estas experiências nestes últimos três anos nos quais a ONG reduziu drasticamente suas atividades nas escolas públicas estaduais. Ou seja, naquelas instituições de ensino em que quase a totalidade de seu público é formada por estudantes jovens.

Outra dimensão constituinte de direitos e vivências político-culturais é quando o jornal assume para si (ou pelo menos divulga) as bandeiras do Movimento Livre Arbítrio. Naquele momento, a juventude maracanauense pressionara claramente o poder de Estado, e mais especificamente o Legislativo estadual, para a institucionalização da sua força reivindicadora, traduzida, em última instância, pela luta pela meia passagem intermunicipal estudantil. Não foi o objetivo dessa pesquisa reconstituir as teias de

relações e os efetivos ganhos dos jovens a partir do momento em que a pauta da meia passagem entrou na agenda do Estado (no sentido restrito). Entretanto, foi possível perceber que, a proposta de Lei foi empobrecida ao extremo, provavelmente por conta do capital político mobilizado pelos empresários dos transportes, junto aos deputados. Mesmo assim, como foi possível perceber que nos depoimentos dos entrevistados, a articulação MLA-Jornal (a despeito de suas problemáticas) foi tida como uma fecunda aprendizagem e vivência político-cultural. Ela não se restringia à mobilização e em torno da garantia do direito constitucional de ir e vir (o que já é muito), mas também tencionou a sociedade maracanauense em torno de valores alternativos no que dizem respeito às relações de gênero e sexualidade, por meio da promoção de debates nas escolas, “formação política” no próprio movimento e a promoção de eventos, como shows. Não devemos esquecer também a participação do jornal tanto na divulgação das pautas do movimento como no processo de mobilização para as manifestações.

A nosso ver, a dissolução deste espaço público de interlocução, que é promovido pelo jornal, significa o enfraquecimento da própria vida pública da escola, da formação de jovens que – potencialmente - desenvolvem habilidades voltadas para o discurso e a ação e, conseqüentemente, para dirigir ou controlar aqueles que dirigem, como dizia Gramsci. Enfim, com a redução do Jornalismo estudantil, a partir de 2006 o que há é enfraquecimento da própria construção democrática, não porque a ONG seja portadora de uma virtude imanente que esteja ausente na escola, em outras ONGs ou na gestão de Estado, mas porque ela teve a lucidez de fomentar a tessitura de um conjunto de relações nas quais há possibilidade dos “públicos mudos” conquistarem uma voz própria, onde há a possibilidade de participação efetiva na construção da vida pública da escola, com uma dinâmica própria estudantes. Em suma, um local onde o **novo** pode surgir. Este **novo** – como potência – está presente nas teias formadas pelo Projeto Clube do Jornal entre os anos de 2004 e 2005. Como afirmou o ex-coordenador de *O verbo*:

Naquela época era o ápice. Tinha oficina todo dia. E tinha vale transporte e tinha alegria [...] E tinha a [assessora pedagógica] entrando pela sala para dar oficina com os pés descalços e tinha a [outra assessora pedagógica] gesticulando demais nas oficinas. Para a gente, pequeno, com onze anos, treze anos era muito massa [sic], era tudo muito **novo**.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Entrevista concedida em 05 de março de 2008. Como nosso objetivo nessa pesquisa não estava focado na análise da trajetória individual pós-jornal dos interlocutores, optamos por reproduzir em forma de Anexo as percepções que os mesmos têm hoje sobre a importância que a participação no jornal teve e tem para as suas vidas. Para tanto, vide Anexo III.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, C. **Morangos mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. **Caio Fernando Abreu: cartas**. Org. Ítalo Moriconi: Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

_____. **O ovo apunhalado**. Porto Alegre: L&pm, 2001.

_____. **Os dragões não conhecem o paraíso**. São Paulo: Cia das letras, 1988.

ABREU, M. **Serviço social e a organização da cultura**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, E. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor” In **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano 25, nº. 80, Cortez, 2004.

ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos in _____. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, P. **Gênese teórica e prática da educomunicação in XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos: Intercom, 2007.

ALVES, R. **A forma escolar da tortura**. Folha de São Paulo. São Paulo, 31/05/2005, s/p.

ANDRADE, C. **Reunião**. 6. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

ARANTES, J. Virgínia Woolf: uma narrativa amarrada pelo lirismo. In **Cadernos Entrelivros**. Ano I, No. 1. São Paulo: Duetto, 2007.

ARAÚJO, A. **A identidade da juventude nos jornais estudantis**. UNIFOR: Fortaleza, 2005.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994

_____. **A condição humana**. 10. ed. Rio e janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BARBALHO, A. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In BARBALHO, A.; PAIVA, R. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. No ar da diferença: mídia, cultura e juventude. In UFG. **Comunicação e informação**. V. 9, n. 1, Goiânia: FACOMB, 2006.

BERNARD, F. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural in BRANT, L. **Diversidade cultural, globalização e culturas locais**. São Paulo: Escritores Editora/ Instituto Pensante, 2005.

BHABHA, H. O terceiro espaço. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. s/l: n°24, 1996.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOLÁN, E. **La política cultural: temas, problemas y oportunidades**. Cidade do México: CONACULTA, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Lisboa: Difel, 2005.

_____. **Razões práticas**. Papirus: São Paulo, 1997.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. Criticamente subversiva. In. JIMÉNEZ, R.; MÉRIDA, M. **Sexualidades transgressoras: uma antologia de estudos queer**. Barcelona: Içaria, 2002.

_____. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer. Trad. Susana Bornéo Funck In. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso (acessado em 16 de outubro de 2008).

CANCLINI, N. **Diferentes desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. Introdução à edição de 2001: as culturas híbridas em tempos de globalização. In CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. Campinas: Papirus, 1990.

CARVALHO, I. Criança, adolescente e ONG. **Cadernos CRH**, nº30/31, 1999.

CESAR, A. **Inéditos e dispersos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLLING, L. **Teoria queer**. In www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/teoriaqueer (acessado em 03/06/2008).

COSTA, A. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo**. Belo Horizonte:Universitária,2001.

_____. **Protagonismo juvenil**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, S. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia e configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COUTINHO, C. **Cultura e Sociedade no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Marxismo e política: a dualidade dos poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Gramsci**. Porto Alegre: L & pm, 1981.

COUTINHO, C; TEIXEIRA, A (Orgs). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

COUTINHO, C (Org). **Gramsci e a América Latina**, Rio de janeiro; Paz e Terra, 1988.

DA MATTA. R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ªed. Rio de janeiro; Rocco, 1997

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: as transformações nos discursos e práticas da esquerda latino-americana. In ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. Os movimentos sociais e a construção de uma nova noção de cidadania. In: DAGININO, E (org.) **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAVIDSON, D; WEEKLEY, D. Gramsci e os direitos humanos. In COUTINHO, C; TEIXEIRA, A (Orgs). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DORE, R. **Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil** in Cadernos Cedes, Campinas, 2006.

DURIGUETTO, M. Sociedade civil, esfera pública e terceiro setor; a dança dos conceitos. In **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano 26, nº. 81, Cortez, 2005.

FANTIN, M. Perspectivas teórico-metodológicas da Mídia-educação. in **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos: Intercom, 2007.

FERNANDES, R. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIEGE, H. (org). **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2003.

FISHER, R. Mídia e produção de sentidos: a adolescência em discurso. in SILVA, H.(Org) **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro:Graal, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMSON, J. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? In. JIMÉNEZ, R.; MÉRIDA, M. **Sexualidades transgressoras: uma antologia de estudios queer**. Barcelona: Içaria, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GENET, J. **O diário de um ladrão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GIRARDI Jr, L. **Pierre Bourdieu: questões de sociologia e comunicação**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007.

GOHN, G. **Os sem-terras, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONDIM, L. **Pesquisa em Ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A concepção dialética da história**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. Textos selecionados de Gramsci. in. COUTINHO, C. (org) **Gramsci**. Porto Alegre: L&pm, 1981.

GULLAR, F. **Os melhores poemas de Ferreira Gullar**. São Paulo: Global, 1986.

HAGUETTE, T. **O Cidadão e o Estado: a construção da cidadania brasileira**. Fortaleza UFC, 1994

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Universitária, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social na contemporaneidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M e CARVALHO R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo/Lima: Cortez/CELATS, 1983.

JELIN, E. Cidadania e alteridade: o reconhecimento da pluralidade. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. s/l: n°24, 1996.

KEHL, M. A juventude como sintoma da cultura. In NOVAES, R; VANUCCI, P. **Juventude e sociedade: educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta/ Página aberta, 1991.

LANDIM, L. (org). **Ações em sociedade: militância, carência, assistência etc**. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LAURELL, A. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo, In LAURELL, A. (Org). **Estado e política social no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez/Cedec, 1995.

LISPECTOR, C. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LIMA, F. A imprensa cearense entre os primeiros no ranking da ANDI. In. UNICEF; CEDECA. **Mídia, criança e adolescente: por uma comunicação responsável**. Fortaleza: UNICEF/ Expressão, 2004.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. A ontologia de Marx in NETTO, J.(org.) **Lukács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981 (Grandes cientistas sociais, n°. 20).

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Rio e janeiro: UFRJ, 2008.

_____. **O ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004.

- MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINELLI, M. (ORG.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras: 1999.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MCGUIGAN, J. **Culture and public sphere**. New York: Routledge, 1996.
- MCLUHAN, H. **McLuhan por McLuhan: entrevista e conferências do profeta da globalização**. Rio e Janeiro: Ediouro, 2005.
- MELO NETO, J. **Morte e vida severina**. 9. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- MILAN, Y. **Comunicação e educação: Um ponto de mutação no espaço de confluência**. São Paulo: USP, 2004.
- MONTAÑO. C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2ª ed. São Paulo, Cortez: 2003.
- MINAYO, C.(org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.
- NETTO, J. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NOGUEIRA, M. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização In COUTINHO, C; Teixeira, A (Orgs). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15/ UNESP, 2000.
- PAIVA, F. O papel político das ONGs. In FIEGE, H. (org). **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2003.
- PAOLI, M. & TELLES, V. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. **Cultura e política**

nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PERUZZO, C. **Comunicação nos movimentos populares: a participação a construção da cidadania.** Petrópolis: vozes, 1998.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAVIOLO, D. e LIRA, J. **Ética no jornalismo escolar.** Fortaleza: Comunicação e Cultura: 1998.

RUBIM, A. Dos poderes dos *media*: comunicação, sociedade e política. In FAUSTO NETO, A. (org). **Comunicação, cultura & poder.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

_____. Sociabilidade, comunicação e políticas contemporâneas. In UFBA. **Textos de cultura e comunicação.** Salvador: UFBA, 1985.

SAFRANSKI, R. Heidegger, Hannah Arendt e Jaspers no pós-guerra. In._____. **Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal.** São Paulo: Geração editorial, 2000.

SENNETT, R. **O declínio do homem público.** São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SILVA, W. **O antropólogo e sua magia.** São Paulo: EDUSP, 2000.

SILVA, A. **A comunicação no fazer das políticas públicas de juventude.** Fortaleza: UFC, 2007. (monografia de graduação)

SHILD, V. Novos direitos sociais? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias” in ALVARES, S. ;DAGININO, E.; ESCOBAR, A. (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais da América Latina.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SOARES, L. **Os Custos sociais do ajuste Neoliberal na América latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, I. **Comunicação/Educação: Emergência de um novo campo e o perfil se seus profissionais.** São Paulo: USP, 1999.

_____. Potencial pedagógico in **Revista Onda Jovem**. Nº8, ano III. São Paulo, 2007.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In BARBALHO, A.; PAIVA, R. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUSA, F. **Solidão e isolamento do homem contemporâneo**: diálogos entre Caio Fernando Abreu e Hannah Arendt. Fortaleza: UECE, 2007 (mimeo).

_____. **Ong “comunicação e cultura” e SEDUC**: uma análise do “encontro” estabelecido entre sociedade civil e Estado para a construção de espaços públicos nas escolas estaduais de Fortaleza. Fortaleza: UECE, 2005 (monografia de graduação).

SOUSA F.; BARBALHO, A. **Jornalismo estudantil descolecionando as culturas jovens**. In. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT 2008, Salvador. Anais... Salvador, ENECULT, 2008. CD-ROM.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1981.

TEIXEIRA, A. A Atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade In **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, V. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TORO, B. Futuros possíveis. in **Revista Onda Jovem**. Nº8, ano III. São Paulo, 2007.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com Juventude**. Brasília: UNESCO, 2004.

VITORINO, I. **Ideologia e Poder no Pensamento Frankfurteano**. UNICAMP: Campinas: 1992. (mimeo)

YASBEK, M. Terceiro setor e despolitização da questão social brasileira In PERES C, PRATES, L. (org) **Voluntariado e a gestão de políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

YUDICE, G. A globalização da cultura e a nova sociedade civil in ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

YÚDICE, G; MILLER, T. **Política cultural**. Barcelona: GEDISA, 2004.

WOLFE, T. Introdução in MCLUHAN, H. **McLuhan por McLuhan**: entrevista e conferências do profeta da globalização. Rio e Janeiro: Ediouro, 2005.

DOCUMENTOS:

COMUNICAÇÃO E CULTURA. **Projeto primeiras letras**: o ensino fundamental na era da comunicação. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 2005a.

_____. **Conceitual do projeto clube do jornal**. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 2005b.

_____. **Projeto Clube do Jornal**: editoria de igual para igual – Protagonismo juvenil na construção de relações de gênero mais igualitárias e no enfrentamento da violência contra a mulher. Fortaleza, 2004a.

_____. **Relatório Anual 2003**. Fortaleza, Comunicação e Cultura: 2004b.

_____. **Protagonismo Juvenil**. Fortaleza, Comunicação e Cultura: 2004c.

_____. **Carta enviada ao Instituto Ayrton Senna**. Fortaleza, maio de 2001a.

_____. **Protagonismo juvenil, uma proposta a partir da experiência**: correspondência enviada ao Secretário de Educação e ao Coordenador do escritório do Unicef. Fortaleza, junho de 2001b.

_____. **Clube do jornal escolar:** uma experiência do protagonismo juvenil nas escolas públicas do Ceará. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 1999.

DURÃO, J. **II seminário sobre o Terceiro Setor:** o posicionamento político do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: S/E, 2004.

RAVIOLO, D. **Folha educativa nº1:** projeto clube do jornal. Fortaleza: Comunicação e Cultura, S/Da.

_____. **Folha educativa nº3:** ouvidoria. Fortaleza: Comunicação e Cultura, S/Db.

_____. **Folha educativa Nº4:** prestação de contas. Fortaleza: Comunicação e Cultura, S/Dc.

RAVIOLO, D; GOMES, O. **Folha educativa Nº5:** o comerciante do bairro é um parceiro do jornal. Fortaleza: Comunicação e Cultura, S/D.

RAVIOLO, D; LIRA, J. **Folha educativa Nº2:** código de ética do jornalismo na escola. Fortaleza: Comunicação e Cultura, S/D.

SEDUC. **Eleições dos diretores das escolas públicas estaduais.** Correspondência eletrônica: santanavc@seduc.gov.br. 19/10/2004

SOUSA, F; ALBUQUERQUE, M. **Guia institucional da ONG Comunicação e Cultura.** Fortaleza: s/e, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de entrevistas:

Com os jornalistas estudantis:

1. Quais foram os motivos que levaram você a participar do jornal estudantil?
2. Quais os objetivos do Jornal estudantil na escola?
3. Como se dava as relações com o Núcleo Gestor da Escola? Quais as principais dificuldades enfrentadas?
4. Como se dava a relação com a ONG, em especial com os assessores pedagógicos? Quais as principais dificuldades?
5. Como se dava a relação com a Ouvidoria do Projeto?
6. Como era o cotidiano dentro do grupo?
7. Havia algum tipo de relação entre Jornal e Grêmios estudantis?
8. Era estabelecida algum tipo de interlocução com movimentos fora da escola? (Juvenis, estudantis, partidos, religiosos, etc)
9. Como era definida a pauta de cada edição?
10. Houve alguma polêmica em relação a alguma edição?
11. O que você acha da participação da Juventude Hoje?
12. O que significava política para você?
13. O que significava cultura?
14. O que significava ONG para você?
15. Quando estava no Jornal você se sentia representando alguma instituição ou causa?
16. Quais os limites e as possibilidades do Jornal estudantil na escola?
17. Qual foi a importância do Jornal estudantil na sua vida?

Com os educadores da ONG Comunicação e Cultura:

1. Como surgiu o CeC?
2. Quais foram os motivos que levaram a instituição CeC a mudar seu público alvo de movimentos sociais para escolas públicas (Crianças e adolescentes)?
3. Quais os objetivos do CeC hoje?
4. Como surgiu o PCJ?

5. Quais os objetivos do PCJ?
6. Em sua opinião, qual o papel do Estado hoje na sociedade brasileira contemporânea?
7. Como você percebe as ONGs na vida brasileira atual?
8. E a ONG CeC, qual papel tem desempenhado face ao Estado, especificamente, o Cearense?
9. Como você compreende/ o que significa ONG para você?
10. Como você compreende/ o que significa Terceiro Setor para você?

Com a Coordenadora da SEDUC e diretoria de escola:

1. Como surgiu a aproximação/parceria entre CeC e SEDUC?
2. Em sua opinião, qual o papel do Estado hoje na sociedade brasileira contemporânea?
3. Como você percebe as ONGs na vida brasileira atual?
4. E a ONG CeC, qual papel tem desempenhado face ao Estado especificamente o Cearense?
5. Como você compreende/ o que significa ONG para você?
6. Como você compreende/ o que significa Estado para você?
7. Como você compreende/ o que significa Terceiro Setor para você?
8. O que a escola espera da ONG nesta parceria?
9. Qual o grau de envolvimento da direção no cotidiano do PCJ?

ANEXO II

Perfil dos entrevistados:

Os jornalistas estudantis:

Entrevista 1: sexo masculino. É **ex-coordenador do jornal *O verbo***. Tem 19 anos. Participou do Projeto Clube do Jornal (PCJ) por 5 anos (2001-2005), período no qual cursou entre a 7^a série do ensino fundamental e o 3^o ano do ensino médio. Integrou a gestão 2004-2006 do grêmio estudantil do Liceu de Maracanaú e foi militante do Movimento Livre Arbítrio (MLA) e da Frente de Luta Pela Meia Passagem Intermunicipal. Atualmente coordena um projeto de economia solidária e customização de produtos financiado pela Ashoka.

Entrevista 2: sexo feminino. **Coordenou o jornal *Tanakara***. Tem 19 anos. Participou do Projeto Clube do Jornal por 3 anos (2003-2005), período no qual cursou o Ensino médio. Entretanto, saiu do jornal antes de concluir o 3^o ano por alegar divergências ideológicas com os participantes. Foi militante do Movimento Livre Arbítrio (MLA) e da Frente de Luta Pela Meia Passagem Intermunicipal no mesmo período. Apesar de nunca ter sido filiada a partidos políticos, alega que naquela época “nutria uma simpatia quase visceral pelo Partido dos Trabalhadores”. Participou ainda de movimentos como “Marcha Mundial de Mulheres” e “A Morte do Capitalismo”. Atualmente cursa graduação em Filosofia na UECE onde desenvolve estudos sobre o existencialismo sartreano, não integrando nenhuma organização político-partidária ou movimento social.

Entrevista 3: sexo masculino. É **ex-coordenador do Jornal *GAMPH***. Tem 21 anos. Participou do PCJ por 4 anos (2003 - 2006), período no qual cursou o último ano do ensino fundamental e todo o ensino médio. Apesar de ter participado de diversas manifestações do MLA não se percebeu com um militante do movimento. Atualmente é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT); é militante da juventude negra do Ceará pela ONG Kalunga e faz parte do Instituto PAX Nobsi – ONG que trabalha a alfabetização de jovens e adultos.

Entrevista 4: sexo feminino. **Coordenou o Jornal *Liberdade jovem***. Tem 26 anos. Foi sócia-fundadora da publicação no final de 2003 e participou deste até o início de 2005, período no qual cursou parte do ensino médio. Integrou a gestão do grêmio da escola Martins Filho entre os anos de 2003 e 2004. Nunca participou de nenhum movimento fora da escola a não ser os vinculados à igreja protestante pentecostal que frequenta. No momento cursa graduação em Letras/espanhol na UECE e participa de ONG ligada à assistência social.

Entrevista 5: sexo feminino. Tem 18 anos de idade. **Participou do jornal *Ctrl.Alt.Del*** exercendo a função de editora, uma vez que a coordenação daquele grupo era descentralizada. Participou do projeto entre os anos de 2005 e 2006, período em que cursou os dois primeiros anos do ensino médio. Atualmente não participa de nenhuma organização que atua na sociedade civil e está se preparando para o vestibular.

Os educadores:

Entrevista 6: Identificado aqui como **coordenador da ONG**. Sexo masculino. É sócio-fundador da ONG Comunicação e Cultura e desde sua criação em 1991 exerce o cargo de Coordenador Geral. Tem 52 anos de idade. Possui graduação em Sociologia e Mestrado em Ciência Política. Trabalha na instituição há 21 anos. Nunca participou de outra organização social.

Entrevista 7: identificada como **coordenadora do Projeto Clube do Jornal**. Sexo feminino. Tem 40 anos de idade. Possui graduação em pedagogia e é mestranda em Educação. Trabalha na ONG há 8 anos. Iniciou seu trabalho lá em 2001 como prestadora de serviços para o Projeto Primeiras Letras. A partir de 2004 assumiu a Coordenação do PCJ, cargo que exerceu até o ano de 2008, quando passou a coordenar o Projeto Primeiras Letras. Foi membro do Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, trabalhou numa cooperativa de trabalhadores rurais, em escolas filantrópicas e com alfabetização de trabalhadores da construção civil.

Entrevista 8: identificada como **assessora pedagógica da ONG** tem 25 anos. Sexo feminino. É estudante de Serviço Social. Foi público-alvo do Projeto Clube do Jornal, durante seu ensino médio (1997 a 1999), o qual cursou em duas escolas públicas estaduais. Há sete anos mantém permanente vínculo com a instituição, pois além de ter

feito parte do jornal na escola, atualmente é funcionária da ONG. Foi estagiária, prestadora de serviços de digitação (2000-2001), até chegar à equipe pedagógica quando entrou na Universidade em 2002. Entre este ano e 2008 exerceu a função de Assessora Pedagógica e hoje é a atual coordenadora do Projeto clube do jornal. Além do jornal estudantil, participou de grupo da Igreja e de duas gestões do Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará.

Entrevista 9: identificada como **coordenadora de gestão da SEDUC**, é graduada em Pedagogia, especialista em metodologia da educação e em gestão pública e em 2006 cursava o Mestrado profissional em Políticas Públicas, ainda naquele ano completara 27 anos de trabalho na SEDUC. Lá exerceu diversas funções, dentre elas, professora de língua portuguesa e inglês, diretora eleita e reeleita numa escola da rede estadual de ensino, coordenadora da Célula de Ensino Médio da SEDUC-sede entre os anos de 2000 e 2002 e Coordenadora da Célula de Apoio à Gestão Escola na SEDUC entre os anos 2003 e 2006. Participou do Movimento de juventude Católica, Movimento familiar Cristão. É filiada à Associação dos Professores, Associação e Servidores do Estado do Ceará e fez parte do Comitê intersetorial de políticas para a juventude representando a SEDUC em 2005/2006.

Entrevista 10: identificada como **coordenadora de escola da rede estadual**, é graduada em Pedagogia com habilitação em orientação educacional e especialista em gestão escolar. Em 2005 estava na escola há um ano. Participou do Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará e foi secretária de finanças do Diretório Central de Estudantes - DCE da mesma universidade.

ANEXO III

A importância de ter participado do jornal estudantil:

Informante de *O verbo*: “No Jornal eu descobri o que eu quero fazer para o resto da minha vida e descobrir o que eu acho que eu sei fazer de melhor: escrever. Descobri que é possível melhorar cada vez mais, seja a escrita, a oralidade, a comunicação”.

Informante de *Tanakara*: “Eu acho que eu não seria a pessoa que eu sou se eu não tivesse passado por aquela experiência. Eu sinto muitas saudades das reuniões, das pessoas. [...] A gente passa por processos na vida e as coisas vão passando, mas foi muito gratificante, foi muito bom mesmo. Se eu não tivesse participado desse projeto eu não seria quem eu sou hoje. Porque tudo o que eu passei serviu de escada para eu formar os conceitos, os pré-conceitos e os não-conceitos sobre mundo. Apesar de depois que a gente passa por aquilo a gente tem uma visão panorâmica e claro que a gente tem críticas a fazer, por ser uma questão de juventude, era a adolescência começando, e aí que a gente tem críticas mesmo, porque a gente muda muito. Às vezes nem tanto, mas um pouco e o massa é isso. A gente ficar no devir. Não ser eterno e acabado, feito, formado. Se tivesse que fazer outro clube do jornal diferente daquele eu faria. [...] A primeira vez que eu fui ao centro de Fortaleza sozinha foi num dia em que o professor me tirou de dentro da sala, me colocou dentro de um ônibus e me mandou para o Comunicação e Cultura.”.

Informante de *GAMPH*: “O comunicação e Cultura contribuiu com uma parcela de como eu penso hoje. Eu [...] estava lá livre e desimpedido, procurando me articular, mobilizar, eu estava no processo. A gente sabe, quem passou pelo projeto, a dor de cabeça que a gente tinha. A gente queria entregar o jornal e o povo não deixava. A gente queria fazer o jornal e não tinha matéria e não tinha dinheiro. Era professor dizendo que o jornal não estava bom. Era crítica de um lado, de outro. Erro ortográfico nem se fala. E com toda a dificuldade a gente procurava lançar os jornais e eu só tenho a agradecer porque quem participou mesmo do projeto procura estar num movimento social. Hoje em dia eu saí do Comunicação e Cultura e fui pro Instituto de Juventude Contemporânea, o IJC, agora estou em um outro momento da minha vida que é a formação da Kalunga. Eu vi naquela possibilidade que o Comunicação e Cultura me mostrou um leque de outras possibilidades. Eu vi que eu posso lutar e tentar melhorar a

nossa sociedade. Agora eu acho que para mim é a vez da militância no movimento de juventude negra. Os outros seguimentos a gente vai debater sim, mas, para mim agora é importante estar militando por essa causa. Então muitas pessoas que participaram do jornal estão em algum movimento, ou militando em algum canto pelo social. Achando que é possível uma nova sociedade, é possível um outro Brasil, é possível um outro mundo.”

Informante de *Liberdade jovem*: “Me fez crescer muito intelectualmente, conheci muita gente legal, eu aprendi a conviver com diversas pessoas, diversas religiões, a ser mais tolerante. Isso motivou também muito. Eu gostava muito de ler, e fui cursar Letras. [...] Eu sempre gostava muito de escrever, mesmo que eu não faça comunicação, mas o jornal, no fundo, foi ele que me motivou a escrever. O jornal contribuiu para o meu amadurecimento intelectual, a saber escolher o que eu queria ser no futuro. E a época que teve revolução na escola, mesmo, foi a época do jornal.”

Informante de *Ctrl. Alt. Del.*: “Teve muita importância. Às vezes a gente está fazendo as coisas e pensa que está fazendo aquilo ali só por fazer mas hoje em dia eu olho para trás e vejo que cresci bastante dentro do jornal, dentro das oficinas eu aprendi muita coisa, no meu ciclo social eu cresci bastante. Muito do que eu sou hoje em dia eu devo a essa experiência. Não passou em branco de forma alguma. Muito do que eu sou hoje em dia como cidadã eu devo à experiência do jornal. Eu seria muito diferente se não tivesse passado por ele.”

ANEXO IV:

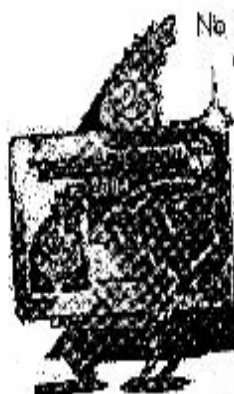
**Primeiro jornal estudantil de Maracanaú a abordar a questão da meia
passagem intermunicipal em 2004:**



Clube do Jornal dos Alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Prof. Clodoaldo Pinto - Jereissate 1 - Maracanaú - Ce - Maio/2004 Nº 21

Estudantes lutam por direitos

em Maracanaú



No início do primeiro semestre de 2003, os estudantes não suportando mais o aumento abusivo das passagens de ônibus que dificulta cada vez mais o acesso à escola, começaram a organizar um Fórum estudantil para discutir essa questão. Aconteceram vários debates, paralisação de avenidas, sessão especial na câmara municipal de Fortaleza e manifestações rumo a prefeitura. Atualmente, o Fórum recebeu inúmeras adesões do Movimento Popular, dos Sindicatos e das estudantes de Maracanaú que lutam pela redução dos preços das passagens e pela meia metropolitana unificando, assim, a luta dos estudantes. A lei estadual nº.12323 de 29/06/94 do Deputado Inácio Arruda, concede 50% de abatimento nas passagens de ônibus aos estudantes que residam nas microrregiões e RMF, não sendo claro o suficiente para conceder esse direito aos estudantes. Em cima da emenda do Deputado

Chico Lopes o movimento conseguiu levar a discussão para a Assembleia: "Isso não é impossível porque já foi aplicada em alguns estados. Mas precisamos ter um movimento que seja capaz de ir até o fim, desde a Assembleia até o governador do estado e em caso de veto, voltar para a Assembleia até ser aprovada" diz Afonso Thiago Nunes de Sousa.

Segundo a Deputada Luiziane Lima - em matéria do Jornal o O Povo do dia 29 de agosto de 2003 - "A luta pela meia passagem é histórica dentro do movimento estudantil cearense". Para ela é preciso abrir um debate sobre o direito de ir vir dos estudantes. A carteira de estudante vem garantir também o direito à cultura e ao esporte. Esse será inclusive, assunto de novas discussões com a classe estudantil.

Daniel Paulo e Eriwânia